

Alguém tem que aguentar

mulheres que resistem
à violência política de
gênero e raça em
Santa Catarina



Cintia de Oliveira



Alguém tem que aguentar

*mulheres que resistem à
violência política de gênero
e raça em Santa Catarina*

Sumário

I. Caça à vereadora.....	11
II. “Política é tempo e dinheiro”	23
III. “Iremos matar você”	33
IV. Retornos e saídas.....	45
V. “Conter danos”	53
VI. Angústia, alívio e novas angústias.....	63
VII. “Alguém tem que aguentar”	77
VIII. Vanguarda e atraso.....	89
IX. Fora de lugar.....	101
X. “Miséria entre as frestas”	111
XI. Abrindo trilhas.....	123

Prólogo

10 de julho de 2022 foi um dia quente de inverno em Criciúma, principal cidade da região sul de Santa Catarina. Na tarde daquele dia haveria a Parada LGBTQIAPN+. Vereadora do município, Giovana Mondardo (PCdoB) iria participar do evento e fazer uma fala no trio elétrico. Isso era importante também para mim, porque eu estava fazendo uma reportagem perfil dela, para a disciplina de jornalismo especializado em política, que estava cursando no curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Antes disso, pela manhã, eu havia marcado uma entrevista para entender melhor sua trajetória política e o trabalho de seu mandato, que em 2022 estava na metade. O que interessava para o meu texto era sua posição na Câmara Municipal de Criciúma. Ela era a única eleita pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) no estado e única opositora na Câmara. Também foi a parlamentar mais jovem eleita na cidade, aos 27 anos, na primeira candidatura, e a segunda mais bem votada de 2020, com 2.430 votos.

Durante a entrevista, relatou uma série de violências que vinha sofrendo desde a campanha eleitoral. Havia publicado inúmeras notícias falsas sobre ela, em uma tentativa de assassinato de reputação. Sofreu vários processos e um episódio de assédio moral e sexual. As histórias me causaram tristeza, mas também senti um alívio. Já havia cogitado seguir carreira política durante a adolescência e início da vida adulta. Pensei ter escolhido um caminho “certo” ao deixar a política para trás.

O egoísmo desse pensamento eu realizei rapidamente. Demorou mais para perceber que, quando uma mulher é atacada no espaço político, é para mostrar que nenhuma de nós está a salvo. A violência de gênero é sempre coletiva. Quando entendi isso, veio a necessidade de fazer algo.

Dessa inquietação nasceu esse trabalho. Há diversas outras mulheres que passam pelo que Giovana passou e, assim como ela, também resistem à violência. Elas não abandonam a política em função de um projeto de avanço dos direitos das mulheres, em um contexto de baixa representatividade. Ao longo dos próximos capítulos algumas dessas histórias são narradas.

Logo no início das pesquisas também descobri que, desde 2021, há uma lei que tipifica e criminaliza a violência política de gênero e raça. A lei 14.192/2021 considera violência política de gênero “toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos da mulher”. Essa violência também pode se dar de diferentes formas: simbólica, moral, econômica, física, sexual ou, ainda, combinando essas modalidades. Pode ser cometida tanto no ambiente físico como no virtual.

Junto com as histórias de vereadoras com atuação em Santa Catarina que passaram por violência política de gênero e raça, esse trabalho aborda a implementação da legislação, as dificuldades de punir agressores e garantir a segurança de mulheres eleitas.

O primeiro capítulo retrata a perseguição política sofrida pela vereadora de São Miguel do Oeste, Maria Tereza Capra (PT). O segundo capítulo trata das barreiras que mulheres enfrentam na política, desde a falta de incentivo e financiamento até a violência política de gênero e raça. Mostra ainda o que vem sendo feito para combatê-la.

A terceira parte retrata como cinco vereadoras de diferentes regiões de Santa Catarina foram ameaçadas e como as ameaças são recorrentes para as mulheres na política, em especial para feministas. Também descreve como essas violências vêm de redes de ódio ligadas à extrema-direita. O quarto capítulo mostra

como Maria Tereza retomou o seu mandato e como conviveu com os homens que a cassaram.

A quinta parte deste trabalho trata de como os casos de violência política não são punidos e como um grupo de procuradoras(es) do Ministério Público tem atuado para melhorar a situação. Também aborda as denúncias de violência política de gênero em Santa Catarina.

O sexto capítulo retrata a tentativa de Carla Ayres (PT), vereadora de Florianópolis, de buscar punição ao homem que a agarrou no plenário da Câmara Municipal. O sétimo, como Giovana Mondardo (PCdoB), vereadora de Criciúma, passou por uma série de agressões que afetaram sua saúde mental, mas mesmo assim continua firme em seu projeto político.

O oitavo capítulo “Vanguarda e atraso” mostra duas faces de Santa Catarina: protagonista na representatividade e resistência de mulheres e como isso vem sendo atacado nos últimos anos. O nono capítulo trata da primeira vereadora negra de Florianópolis, Tânia Ramos (Psol), e da violência política racista que sofreu ao longo do mandato.

A nona parte expõe a experiência de Marlina Oliveira (PT), primeira vereadora negra de Brusque, e como ela foi achando espaços para atuar politicamente em um cenário desfavorável. O último capítulo aborda a visão coletiva da política da vereadora de Florianópolis, Cíntia Mendonça (Psol), e como as mulheres vão abrindo caminho umas para as outras.

Capítulo I

Caça à vereadora

“**E**u fui morta por nove meses”. Para Maria Tereza Capra (PT), a cassação de um mandato é uma morte política, um dos piores tipos de violência política de gênero que pode ser cometido. Vereadora pelo terceiro mandato consecutivo em São Miguel do Oeste, extremo oeste de Santa Catarina, ela teve seu mandato cassado em fevereiro de 2023.

Foi cassada, oficialmente, por ter divulgado um vídeo denunciando um gesto feito por manifestantes bolsonaristas em frente a um quartel do exército na sua cidade. Maria Tereza associou à saudação nazista, *sieg heil*, o ato dos integrantes do protesto, que cantaram o hino nacional com mão estendida em frente ao corpo. No entanto, ela denuncia que a real motivação foi ser uma mulher de esquerda e feminista em uma Câmara Municipal dominada por homens alinhados com a extrema-direita.

Na quarta-feira de Finados de 2022, 2 de novembro, Maria Tereza pretendia passar o dia recolhida em casa. Ela não gosta de marcar tarefas ou afazeres nesta data. Além disso, ela e os filhos estavam com um mal-estar, que suspeitavam ser dengue. O filho havia vindo de Porto Alegre para votar na cidade natal e passar o feriadão em família, juntando-se à mãe e à irmã adolescente.

Eles tinham motivo para felicidade. Luiz Inácio Lula da Silva (PT) havia vencido Jair Messias Bolsonaro (PL) nas eleições presidenciais alguns dias antes, em 30 de outubro. Uma grande vitória

para o Partido dos Trabalhadores e para a própria Maria Tereza, filiada há 16 anos e presidente municipal do PT. Mas, mesmo felizes, eles não conseguiram comemorar. Estavam com medo.

No segundo turno de 2022, São Miguel do Oeste deu 65% dos seus 25.192 votos para Jair Bolsonaro. Em Santa Catarina foram 69%. Parte desses eleitores acreditavam, sem nenhuma prova, que a vitória de Lula sobre Bolsonaro foi fraudada e pediam que as Forças Armadas Brasileiras dessem um golpe de Estado. O clima na cidade estava tenso desde o resultado do primeiro turno. Grupos bolsonaristas no WhatsApp organizaram listas de boicote a negócios cujos donos eram petistas ou supostamente haviam votado em Lula. O Capra Advocacia & Consultoria, escritório da vereadora, estava numa dessas listas.

Após o resultado desfavorável do segundo turno da eleição, caminhoneiros apoiadores de Bolsonaro bloquearam o acesso a São Miguel do Oeste, chamado de Trevo Paraíso. A BR-163 foi fechada no quilômetro 614, assim como em outros 300 pontos de rodovias em 25 diferentes estados do país. O grupo também montou acampamento em frente ao 14^o Regimento de Cavalaria Mecanizado (RCMEC), localizado na mesma rodovia.

O bloqueio e o acampamento estavam indo para o terceiro dia naquela quarta de Finados. Os filiados do PT pediam para que Maria Tereza fizesse uma nota repudiando as manifestações antidemocráticas. Ela estava escrevendo, corrigindo e tratando da nota com os colegas, quando recebeu um vídeo.

Gravadas em frente ao RCMEC, as imagens retratam o momento em que um empresário local, em cima de um trio elétrico, incita os bolsonaristas a cantarem o hino nacional. A multidão é um mar de verde e amarelo, de camisetas da seleção brasileira e bandeiras do Brasil. Centenas de manifestantes cantam o hino com a mão direita estendida em frente ao corpo, direcionados para um tanque de guerra. Essa gravação foi feita por um dos participantes do ato e rodou as redes sociais. Foi apontado como um gesto de apologia ao nazismo e ganhou uma projeção nacional.

Quando viu a gravação, Maria Tereza ficou estarelecida. Logo em seguida ela mesma sacou o seu celular e fez um vídeo. Primeiro publicou a nota de repúdio no perfil do PT e depois publicou o vídeo no perfil pessoal do Instagram.

“Oi, pessoal. Aqui é a Maria Tereza Capra.

Sou presidente do Partido dos Trabalhadores de São Miguel do Oeste e falo como cidadã migueloestina também: uma vergonha o que aconteceu, o que São Miguel do Oeste está passando neste momento. Sendo reconhecida nacionalmente como lugar onde manifestantes que não se conformam com o resultado das eleições do dia 30 de outubro, porque perderam a eleição, se reúnem em frente ao quartel do Exército, 14^o RCMEC, trancam uma via federal, a BR 163, depois de uma decisão judicial do Ministro Alexandre de Moraes, desrespeitando a lei totalmente, para mostrar e se manifestar contrário a um resultado democraticamente feito pelo povo brasileiro, que é a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva. Isso é um absurdo, mas não termina por aí. Além de tudo, esses manifestantes ainda fizeram saudação nazista. Ergueram a mão naquela posição. Isso é repetir um dos momentos mais dramáticos, eu diria o maior drama que a população mundial viveu, que foi o nazismo. Milhões de judeus, milhões de pessoas foram mortas em nome de uma melhoria da raça e Santa Catarina é o berço das células neonazistas neste país. Em São Miguel do Oeste acabou de ser identificado uma célula neonazista e agora pessoas vestindo as cores da nossa bandeira, verde e amarelo, se manifestando em frente ao quartel do exército, nas barbas das autoridades, e ainda fazem, trancando uma rodovia federal, ainda fazem uma saudação nazista”

Depois dessa publicação sua vida nunca mais seria a mesma. “Tudo virou um caos”. Começou a receber inúmeras mensagens no WhatsApp e no Instagram. Foi xingada e ameaçada até mesmo por pessoas conhecidas. “Uma coisa horrorosa”, lamenta ela. Foi tanta repercussão negativa que cerca de uma hora depois Maria Tereza apagou o vídeo.

Ela não foi a única a se manifestar sobre esse caso. Figuras como o jornalista Leandro Demori e o influencer Felipe Neto já haviam apontado a semelhança do gesto à saudação nazista. Ainda no mesmo dia, 2 de novembro de 2022, começaram discussões no grupo do WhatsApp dos vereadores de São Miguel do Oeste para fazer moções de repúdio contra as pessoas que fizeram essa associação. Maria Tereza escreveu: “se vocês vão fazer uma moção de repúdio contra mim, já quero avisar que não vou assinar”. A moção contra a vereadora foi organizada e estava pronta para ser votada no dia seguinte. Para ela, esse momento foi ainda mais cruel e simbólico do que quando, mais tarde, cassaram seu mandato. “Eles devem ter lido o *Malleus Maleficarum* e fizeram a sessão”. O livro a que ela se refere, também chamado de “Martelo das feiticeiras”, é um manual de caça às bruxas da Inquisição. Seu conteúdo diz que as mulheres seriam propensas a fazer pactos com o demônio e praticar feitiçaria. É um marco histórico dos discursos que alegam que a “maldade” é uma característica intrínseca das mulheres.

Fora, Capra

No dia 3 de novembro de 2022, a Câmara Municipal de São Miguel do Oeste estava lotada para ver a moção de repúdio contra a única vereadora petista da Casa. Muitos dos espectadores usavam verde e amarelo ou carregavam bandeiras do Brasil. A gravação desta sessão está disponível no Youtube da Câmara e foi consultada para essa reportagem¹.

Todos os vereadores homens estavam no plenário. São 11 entre 13 que ocupam o cargo. Maria Tereza não estava, assim como Cris Za-

1. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=Ltl7coEBpmY&t=7180s&ab_channel=C%C3%A2maradeVereadoresdeS%C3%A3oMigueldoOeste

natta (PSDB), as duas mulheres vereadoras da legislatura de 2021 a 2024. Quando o vereador Wagner Rodrigues dos Passos (sem partido)² lê a justificativa de ausência da Maria Tereza, por motivo de saúde, a numerosa plateia entoou um grito de provocação.

As provocações do público ressoam enquanto Wagner e o presidente da Câmara, Vanirto Conrad (PDT), riem. As risadas dos vereadores são seguidas pelos aplausos da plateia. Homens começam a gritar “lixo, lixo”.

O resultado da moção já estava definido antes mesmo dela ser votada. Todos os vereadores presentes foram co-autores do documento: Carlos Agostini (MDB), Elói Bortolotti (PSD), Gilmar Baldissera (PP), Moacir Fiorini (União Brasil), Nélvio Paludo (PSD), Paulo Drumm (União Brasil), Ravier Centenaro (PSD), Wagner Rodrigues dos Passos (sem partido), Valnir Camilo Scharnoski (PSDB), Vanirto Conrad (PDT) e Vilmar Bonora (PSD). Todos homens, todos brancos, todos de direita.

No documento acusam a colega de causar “impactos negativos e devastadores à imagem do município e sua honrada população”. Também a acusam de caluniar os moradores da cidade, que são “pessoas de bem, povo nobre, de fé, trabalhador e ordeiro, valores estes refletidos no ato cívico realizado no último dia 02 de novembro de 2022”. Antes da aprovação da moção, todos utilizaram a tribuna.

O ódio em relação à esquerda, que a petista representa naquela Casa, é explícito na fala dos vereadores. Elói Bortolotti (PSD) diz que as pessoas “foram na onda da esquerda maldita” na eleição presidencial. Para Nélvio Paludo (PSD), São Miguel do Oeste é a oitava melhor cidade do Brasil porque ali “não se come pão com mortadela”, expressão utilizada para se referir pejorativamente ao PT e a movimentos sociais.

2. Os partidos dos envolvidos foram descritos conforme à época dos fatos. Wagner dos Passos renunciou ao cargo de vereador em julho de 2023 e não voltou a se filiar em algum partido. Já Vanirto Conrad depois de um processo de expulsão do PDT, se filiou ao União Brasil em maio de 2024.

Vários parlamentares também admitiram ter participado dos atos golpistas. Caso de Moacir Fiorini (União Brasil), Valnir Scharnoski (PSDB). Ravier Centenaro (PSD) disse que esteve, inclusive, no momento em que cantaram o hino. “Estava lá também e só não estava com o braço estendido porque havia alguém do meu lado.” Quando contestam a vitória do PT na eleição presidencial e dizem que Maria Tereza não merece ser considerada vereadora, são aplaudidos de pé pela plateia, que balança suas bandeiras do Brasil.

Já o primeiro-secretário, Vagner dos Passos (sem partido), exigiu iniciar um processo administrativo contra Maria Tereza. O presidente da Câmara, Vanirto Conrad (PDT), disse ter passado todos os três dias no acampamento em frente ao quartel. De acordo com ele, a colega vereadora deveria “criar vergonha na cara e começar a ir na missa, que às vezes o padre manda levantar a mão”. Também disse que quando Maria Tereza fez o juramento na formatura em direito, “ela não deve ter erguido a mão, ela deve ter erguido a perna, porque daí não é nazismo”. Vanirto também garantiu à plateia que iriam entrar com um pedido de cassação de mandato da colega enquanto a plateia gritava “fora, Capra”.

Antes da sessão acabar, o empresário Itamar Schons tomou a palavra. Pediu para a plateia rezar um Pai Nosso e estender seus braços direitos, apoiando-se nos ombros da pessoa ao lado. Estariam repetindo o gesto da manifestação do dia anterior, que havia sido liderado por ele e depois apontado como apologia ao nazismo. No entanto, durante o protesto clamando por um golpe de Estado, os manifestantes estavam cantando o hino nacional com o braço direito estendido à frente do corpo e não na lateral, como ele pediu na Câmara Municipal.

De casa, Maria Tereza assistiu à aprovação da moção de repúdio contra si. Já sabia que ia perder o mandato. Era apenas questão de tempo. Ela conseguiu ficar só mais três dias em São Miguel do Oeste. Nesse curto período, continuava recebendo ameaças e temia que se concretizassem. Temia ser agredida, morta ou que atacassem sua família.

Um sinal de alerta foi quando teve o carro riscado. Outro quando descobriu que estava sendo monitorada. Companheiros de partido estavam “infiltrados” em grupos bolsonaristas e viram pessoas relatando onde ela circulava na cidade e quando saía de casa. Um desses grupos se chamava “Justiça para São Miguel”, criado justamente por conta do vídeo de Maria Tereza.

O tipo de “justiça” defendido por membros do grupo está transcrito nos Boletins de Ocorrência que a vereadora registrou. As ameaças eram explícitas: “ela vai engolir as palavras dela quando sair na rua de São Miguel”, “tem que ir todo mundo lá e fazer ela sentir o couro ardido”. Em outras, fica explícita a motivação partidária e de gênero das ameaças: “Esse povinho do PT que postou uma insanidade dessas tem que tomar na cara mesmo” e “a gente tem que infernizar a vida dessa mulher, para fazer essa mulher se mudar de São Miguel”.

Também compartilharam seu atestado médico, dizendo que ela havia pago o médico para faltar na sessão de 3 de novembro. O próprio médico que a atendeu na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) compartilhou áudios dizendo que ela o havia enganado para conseguir o documento médico.

No dia 6 de novembro de 2022, Maria Tereza colocou o pai, a filha e a sobrinha dentro de um carro e partiu rumo a Porto Alegre. Sair da cidade foi um “desespero total”. Ao invés de pegar o caminho convencional, fizeram uma rota alternativa. Não havia pontos de bloqueio nas vias que tomaram, mas todas as vezes que passavam por cidades com manifestações bolsonaristas, ela se escondia dentro do carro. Tinha medo do que poderia acontecer se fosse reconhecida. Sua imagem já tinha ganhado projeção nacional, sendo compartilhada nos grupos de mensagem de bolsonaristas.

“Onde eu me enfiei?”

Na entrevista concedida a este livro-reportagem em 2 de julho de 2024, Maria Tereza falou com voz firme e com postura altiva sobre as violências que sofreu. A voz só embargou e os olhos marejaram ao falar de momentos marcantes de sua vida, como ao contar da primeira vez que viu o mar. Foi em Florianópolis, estava com 18 anos e já tinha passado no concurso da Polícia Civil. Foi para a capital fazer a formação, uma das primeiras vezes que saiu do interior para o litoral. Ela nasceu em Canoas, região metropolitana de Porto Alegre, mas viveu em pequenas cidades na região de fronteira entre o norte do Rio Grande do Sul e o extremo oeste de Santa Catarina.

As lágrimas também vieram aos olhos enquanto falava de pessoas que levaram a sério sua denúncia, como Adriana Dias. Quando a vereadora já tinha chegado em Porto Alegre, recebeu um telefonema dela. Não sabia quem Adriana era, mas quando ela se apresentou como socióloga e pesquisadora de células neonazistas no Brasil, Maria Tereza pensou: “meu Deus do céu, onde eu me enfiei?”. Adriana tinha apenas uma pergunta: “Você está em segurança?”

Sim, ela já estava em segurança, mas esse diálogo foi o que trouxe a noção do risco que a vereadora correu. Maria Tereza pensava que todas as pessoas da manifestação não entendiam o que estavam fazendo, que era uma questão de ignorância. Também achava que as ameaças eram apenas ódio à esquerda. “Eu pensava assim: é da política. Esses caras, esses malucos, estão querendo me pegar porque são um bando de grossos, machistas, homofóbicos, racistas e odeiam o PT. Então eles vão me pegar.”

No entanto, a pesquisadora lhe explicou que aquele gesto foi um “apito de cachorro”. O termo é muito utilizado por estudiosos de neonazismo, para descrever uma mensagem que para a população em geral não tem significado, mas tem para esse grupo espe-

cífico. Segundo essa interpretação, para a maioria das pessoas na manifestação de São Miguel do Oeste, estender a mão em frente ao corpo foi apenas para “manifestar boas energias” ao rezar, mas havia pessoas envolvidas com neonazismo e que passaram um recado a outros adeptos da ideologia.

Adriana Dias era antropóloga e faleceu em janeiro de 2023, depois de dedicar a carreira acadêmica a mapear e combater células neonazistas em todo o país. Seu trabalho teve papel fundamental em uma visita feita pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) a Santa Catarina. Em 10 e 11 de maio de 2024, uma comitiva do CNDH visitou Florianópolis e Blumenau, ouvindo pesquisadores e especialistas sobre o tema.

A vinda dos conselheiros foi um dos desdobramentos de um relatório apresentado à Organização das Nações Unidas (ONU), que alerta sobre o avanço do neonazismo no Brasil. Segundo reportagem da Agência Brasil, publicada em 09 de abril de 2024, a visita no estado foi baseada num trabalho de 2022 da antropóloga, que mapeou 63 células neonazistas só na cidade de Blumenau, Santa Catarina. Ela constatou o crescimento de 270% de células neonazistas no Brasil entre janeiro de 2019 e maio de 2021, em todas as regiões do país, mas com especial concentração no território catarinense.

Um dos casos de descoberta e desmonte de célula neonazista aconteceu em São Miguel do Oeste, menos de um mês antes das manifestações bolsonaristas. Segundo a Polícia Civil divulgou à época, um homem suspeito de integrar um destes grupos foi preso na cidade em 20 de outubro de 2022. Na casa dele foram apreendidas armas fabricadas com impressoras 3D, que planejava utilizar em ataques a pessoas em situação de rua.

Nessa operação foram presos mais cinco homens, com idade entre 20 e 30 anos. Além da prisão na cidade do extremo-oeste, os outros suspeitos foram detidos em Florianópolis, São José, Joinville e Maravilha (pequena cidade, vizinha de São Miguel do Oeste). Os integrantes da célula se encontravam em um sítio,

onde utilizavam coletes com suásticas e treinavam como usar armas de fogo. O grupo se intitulava a “Nova SS de SC”.

A partir disso, foi feita uma nova investigação para descobrir outras organizações que tinham contato com aquela célula. De acordo com informações que foram divulgadas pela assessoria da Polícia Civil, a segunda operação ocorreu em 11 de julho de 2023 e cumpriu 15 mandados de busca e apreensão. Duas pessoas foram presas em flagrante com material que fazia apologia ao nazismo, armas de fogo e munições. As ordens judiciais foram cumpridas nas cidades catarinenses de Florianópolis, Blumenau, Joinville, e Curitiba. Incluíram ainda Praia Grande, em São Paulo; Curitiba, Maringá e Marialva, no Paraná; Nova Petrópolis e Passo Fundo, no Rio Grande do Sul.

Essas investigações foram feitas pela Delegacia de Repressão ao Racismo e Delitos de Intolerância (DRRDI), a única delegacia estadual especializada na área em todo o Brasil. Está em atuação desde 2021 e é sediada em São José, cidade vizinha de Florianópolis.

O Ministério Público de Santa Catarina também tem uma Promotoria especializada no combate de crimes de racismo, ódio e intolerância, a 40ª Promotoria de Justiça da Capital. Foi a promotoria responsável por investigar a possível apologia ao nazismo no caso de São Miguel do Oeste pelo procedimento 06.2022.00004402-6. O processo é público e pode ser consultado na íntegra pelo site do MPSC.

A investigação foi conduzida por policiais civis e membros do MPSC da região de São Miguel do Oeste. Chama a atenção no relatório que nenhum interrogatório foi feito formalmente. Itamar Schons, que pediu para os manifestantes estenderem a mão em frente ao corpo, respondeu os investigadores por áudios no WhatsApp. O homem que gravou as imagens do ato prestou “esclarecimentos” em um vídeo gravado pelos investigadores. Ainda segundo o documento, outras pessoas foram ouvidas “informalmente”, mas não foram identificadas. A investigação foi arquivada em dezembro de 2022, com base nesse relatório.

Quando gravou e publicou aquele vídeo, Maria Tereza não tinha como saber de todos esses acontecimentos. Só sabia do jovem que foi preso por participar de célula nazista na sua cidade e do alto número dessas organizações no estado. Por isso ficou tão indignada, a ponto de gravar um vídeo denunciando a situação. Por isso também nunca se retratou.

Ela recebeu uma série de propostas para que se retratasse antes da cassação do seu mandato. Diziam que se se desculpasse por ter apontado a semelhança do gesto da manifestação com uma saudação nazista não seria cassada. “Eu não me retratei. Nunca me retrataria e, se acontecesse de novo, falaria de novo, talvez com um megafone ainda maior do que aquele que eu escolhi”.

Maria Tereza continua com a convicção de que a denúncia foi legítima. Mesmo que os manifestantes não tivessem intenção de fazer apologia ao nazismo, aquela é uma simbologia que nunca deve ser utilizada e foi o que ela defendeu durante a votação do seu processo em 3 de fevereiro de 2023. Até hoje ela participa de eventos de combate ao neonazismo e é reconhecida como uma militante antifascista.

Capítulo II

“Política é tempo e dinheiro”

As mulheres têm três níveis de obstáculos para chegar até uma eleição. Todos eles vêm dos papéis de gênero, do que se espera de uma mulher na sociedade e como isso permeia as relações sociais. Essa análise é da doutora em ciência política, Rayza Sarmiento, professora da Universidade Federal do Pará (UFPA). Ela pesquisa sobre democracia, gênero e mídia e tem trabalhos publicados sobre violência política de gênero.

A primeira barreira elencada pela pesquisadora é a cultura política. As mulheres não são entendidas enquanto pessoas capacitadas para representar a população. Assim como acontece com as pessoas negras e outros grupos oprimidos, como a população LGBTQIAPN+. A política é entendida como um espaço feito por homens e para homens e, ainda, um tipo de homem específico: branco, heterossexual, cisgênero e de classe alta.

Dentro desse obstáculo cultural ainda há uma dificuldade da própria mulher se enxergar como uma candidata e ter condições materiais para ocupar um cargo público. “Política é tempo e dinheiro. As mulheres não têm as duas coisas”, avalia a pesquisadora. Isso porque sobre as mulheres recai o trabalho reprodutivo, que é a responsabilidade do trabalho doméstico, da gestão familiar, da criação das crianças, do cuidado com pessoas idosas ou doentes.

Esse trabalho empurra as mulheres para o espaço privado, ocupa muito tempo da vida e não é remunerado. A Pesquisa Na-

cional de Domicílios (Pnad Contínua), de 2023, mostra que as mulheres dedicam em média 21,3 horas semanais de trabalho doméstico, quase o dobro dos homens, com 11,7 horas.

Além disso, as mulheres recebem menos no mercado de trabalho. De acordo com o 2º Relatório Nacional de Igualdade Salarial, de 2024, que avaliou a remuneração em 50.692 empresas com 100 ou mais empregados, a média salarial dos homens é de R\$ 4.495,39, enquanto a das mulheres é de R\$ 3.565,48. Quando se compara por raça, as mulheres negras ganham, em média, R\$ 2.745,26 cerca de 50% do salário de homens brancos, que chega a R\$ 5.464,29.

Depois da barreira cultural, que engloba o trabalho reprodutivo, há a segunda etapa, a organização partidária. “O partido político é um grande porteiro da candidatura e do possível sucesso eleitoral”, explica Rayza. Se o partido ao qual essa mulher está filiada não incentiva e não distribui recursos de forma minimamente igualitária, as chances de sucesso eleitoral são mínimas. Os partidos “precisam dar recursos para ela fazer campanha, precisam distribuir esse recurso, precisam destinar tempo de TV e de rádio no horário político e precisam dar condições para que essa disputa seja feita”.

Essas barreiras resultam na sub-representação das mulheres em todos os cargos de poder, mas principalmente na política. As Câmaras de vereadores representam o menor nível de poder no sistema político brasileiro e mesmo assim as mulheres são minoria. Nas eleições de 2024, em Santa Catarina, entre 2912 vagas de vereador nos municípios foram eleitas apenas 577 vereadoras, o que representa cerca de 20% dos eleitos.

Os dados pioram quando se trata de mulheres negras e indígenas. Das vereadoras eleitas, foram 32 negras, sendo 22 pardas e 10 pretas, e 2 indígenas. Em porcentagem, 18% das eleitas foram mulheres brancas, 0,75% de pardas, 0,3% de pretas e 0,06% de indígenas. Números que estão muito longe da composição da população. Segundo o Censo do IBGE de 2022, a população de Santa Catarina

é formada por 50,7% de mulheres. Cerca de 23% dos catarinenses são negros, sendo 19% pardos e 4% pretos. Indígenas são 0,3%.

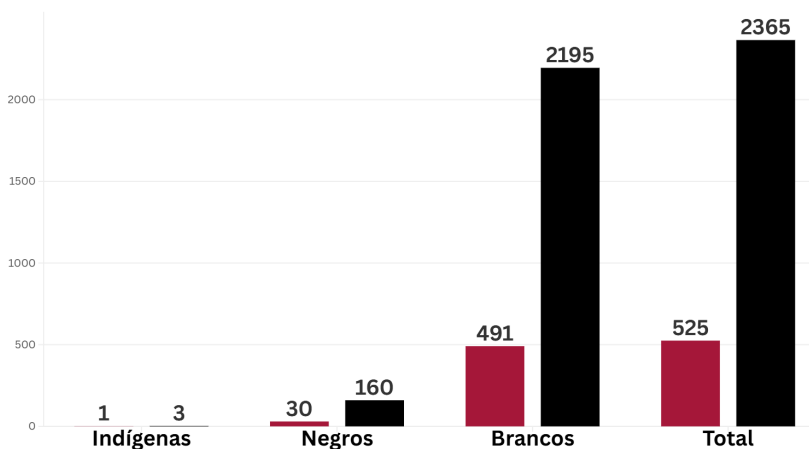
Mesmo que permaneça baixa, em números absolutos, a representação de mulheres aumentou. Passou de 525 eleitas em 2020, para 577 em 2024. Também foram eleitas mais duas mulheres pretas e uma indígena em relação à eleição de 2020. No entanto, como aumentou o número de vagas para vereador de uma eleição para a outra, o percentual de vereadoras continua o mesmo, 20%.

Já a representação de pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas, contabilizando mulheres e homens, teve um aumento real. Chegou a 8% em 2024, enquanto em 2020 havia sido 6,5%. De indígenas foi 0,27% em 2024 e em 2020 havia sido 0,13%.

A tendência do crescimento da representação de mulheres, mesmo que lenta, se repete em todo o Brasil, principalmente nas eleições municipais. Entre as eleições de 2000 e 2020, o número de candidatas a vereadora mais do que dobrou, passando de 70 para 180

Vereadoras(es) eleitas(os) em Santa Catarina por gênero e raça, 2020

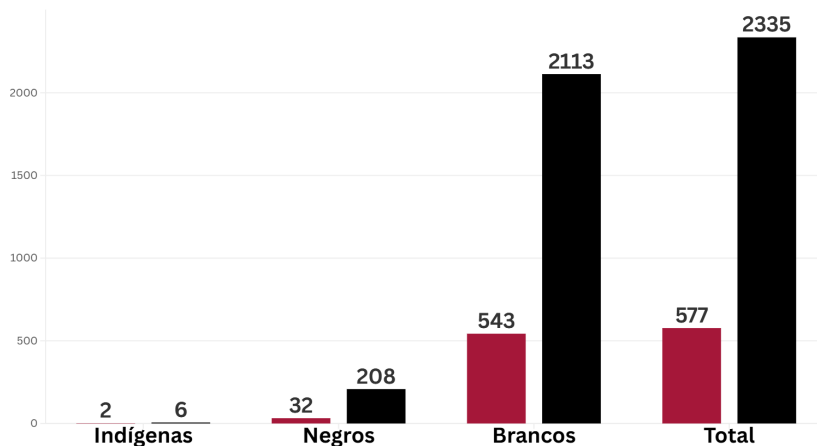
■ Mulheres ■ Homens



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (TSE)

Vereadoras(es) eleitas(os) em Santa Catarina por gênero e raça, 2024

■ Mulheres ■ Homens



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (TSE)

mil. Também houve um aumento de 33% de vereadoras eleitas. É o que aponta a cartilha *Mais mulheres no poder, mais democracia*, lançada em 2024 pelo Ministério das Mulheres.

Essa melhora se deve, em grande medida, a uma série de legislações que vêm sendo implementadas e aprimoradas ao longo dos anos. A primeira delas entrou em vigor em 1997, estabelecendo cotas de candidaturas para as mulheres nas vagas de vereadoras, deputadas estaduais e federais. A lei 9.504, estabelecia que os partidos deveriam reservar no mínimo 30% e no máximo 70% das vagas da chapa para cada sexo. Mesmo o texto da lei não dizendo explicitamente que é para mulheres, na prática, significa que deve ter no mínimo 30% de candidatas femininas.

No entanto, a lei não era cumprida. Como a redação do texto dizia “reserva”, então os partidos lançavam menos candidatos homens e deixavam os 30% das vagas femininas sem candidatas, “reser-

vadas”. A situação só mudou a partir de 2009, com a lei 12.034, que diz explicitamente que cada partido deve preencher o mínimo de 30% de candidaturas por mulheres.

Mesmo assim, os partidos se utilizam de candidaturas “laranja” para burlar as cotas. Compõem as listas com candidatas reais que não fazem campanha e não têm perspectiva de se eleger. Algumas vezes são cadastradas sem o conhecimento e consentimento da mulher. Somente entre 2023 e 2024, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) confirmou fraude às cotas em 81 casos, ocorridos em seis estados diferentes. A punição é a anulação dos votos da chapa, com perda do mandato dos eleitos. Em alguns casos, os envolvidos são declarados inelegíveis.

Outro problema que vem se tentando combater é a falta de distribuição de recursos para candidatas mulheres. As candidaturas são bancadas com os recursos públicos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e a distribuição entre os candidatos é feita pelos diretórios e presidentes dos partidos, em sua maioria homens. Em 2024, dos 29 partidos registrados no TSE, apenas 6 estão sendo presididos por mulheres e apenas duas são negras.

Em 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a distribuição dos recursos do fundo eleitoral deve ser proporcional ao número de candidaturas por gênero. E respeitando o mínimo previsto na cota, de 30% de recursos para candidaturas de mulheres. Em 2023, o STF também garantiu que a distribuição de recursos deve ser proporcional ao número de candidaturas de pessoas negras na chapa.

A última barreira

Uma mulher na política, depois de superar desafios culturais, partidários e de financiamento e conseguir ser eleita, vai preci-

sar enfrentar mais uma barreira: a violência política de gênero. A professora Rayza Sarmiento avalia que essa violência é mais uma tentativa de restringir o acesso ao poder. Fazer com que as mulheres e outros grupos marginalizados saiam dos ambientes políticos. Quanto menos esses grupos se organizarem para ocupar o poder, mais o grupo de sempre mantém-se no domínio.

As violências também pioram conforme a identidade da mulher. “Se a gente pensar interseccionalmente, com mulheres negras, com mulheres lésbicas, com mulheres trans, essas opressões só pioram. A experiência da violência vai somando elementos que tornam essa vivência ainda mais complicada”. O ápice da violência política de gênero é o feminicídio político, quando uma mulher é assassinada por sua atuação política, como o que aconteceu com Marielle Franco, em 2018.

Mesmo com o assassinato de Marielle, as mulheres continuaram se candidatando e chegando aos cargos legislativos. Em um contexto de popularização dos movimentos feministas, essa violência impulsionou um movimento de lançar candidaturas de mulheres negras. Em 2020, muitas das chamadas “sementes de Marielle” foram eleitas para Câmaras de vereadores. Ana Lúcia Martins (PT), primeira vereadora negra de Joinville, maior cidade catarinense, se autodenominou uma dessas sementes quando foi eleita naquele ano.

No entanto, as eleições de 2020 foram muito violentas. Segundo levantamento do TSE, de janeiro a novembro daquele ano foram 263 crimes registrados contra candidatos e pré-candidatos, 99 foram assassinatos ou tentativas de assassinato. Segundo Rayza, as eleições municipais tendem a ser mais violentas que as eleições gerais e, em especial, para as mulheres.

No ano seguinte, 2021, foram aprovadas duas leis para combater a violência política. A lei 14.197 prevê que violência política é “todo o ato que visa restringir, impedir ou dificultar o exercício de direitos políticos a qualquer pessoa em razão de seu sexo, raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”. A legislação criou o

artigo 359-P do Código Penal e o crime tem como punição reclusão de 3 a 6 anos.

Já a lei 14.192 trata a violência política de gênero. A aprovação atende a reivindicações de movimentos feministas no país, que vinham denunciando ataques às candidatas e mulheres eleitas. A legislação considera “violência política contra a mulher toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos da mulher”.

Essa lei criou o artigo 326-B do Código Eleitoral, que criminaliza os atos de “assediar, constranger, humilhar, perseguir ou ameaçar, por qualquer meio, candidata a cargo eletivo ou detentora de mandato eletivo, utilizando-se de menosprezo ou discriminação à condição de mulher ou à sua cor, raça ou etnia, com a finalidade de impedir ou de dificultar a sua campanha eleitoral ou o desempenho de seu mandato eletivo”. A pena para esse crime é reclusão de 1 a 4 anos e multa e a competência é da Justiça Eleitoral.

A especificidade da lei é defendida por especialistas, pois a violência política contra mulheres é diferente da praticada contra homens. Ela se utiliza de estereótipos de gênero e misoginia. Segundo a cartilha *O que é violência política contra a mulher?*, Elaborada pela Câmara Federal, os ataques às mulheres são a seus corpos e sexualidade. “Assim, as mulheres são mais ameaçadas com fotos íntimas, são as maiores vítimas de assédio e, além disso, têm sua família e filhos pequenos expostos e ameaçados”.

A violência também se dá de várias formas e em espaços diferentes. Pode ser moral, psicológica, simbólica, física ou sexual e acontecer no espaço físico ou virtual. Conforme a mesma cartilha, as formas mais comuns desse crime são ameaças, desqualificação, difamação, violação da intimidade, desvio de recursos de campanhas ou demora excessiva para repassar os recursos às candidatas, inviabilizando o uso.

O documento também lista os comportamentos que não são criminalizados pela lei, mas que são violências políticas de gênero e de-

vem ser combatidos. É o caso da constante interrupção da fala da mulher, impedindo de concluir pensamentos ou frases; apropriação de ideias por homens; violência emocional ou manipulação para colegas acreditarem que é louca ou histérica; questionar reiteradamente o conhecimento da mulher sobre os temas que está discutindo.

Depois da aprovação da lei 14.192 e de ser procurado por organizações da sociedade civil, o Ministério Público Federal (MPF) criou um Grupo de Trabalho (GT) para tratar da violência política de gênero. Esse GT mapeia casos e também provoca o Ministério Público nos estados para iniciar investigações.

O grupo é comandado pela Procuradora Regional da República no Distrito Federal, Raquel Branquinho. Ela avalia que a lei trata da violência política de forma sistêmica, que não serve apenas na área criminal. Isso porque a legislação também proíbe propagandas políticas que discriminem ou estimulem a discriminação das mulheres, em relação ao seu gênero, mas também à cor, raça ou etnia. Além disso, diz que os partidos devem ter normas para combater a violência política contra mulheres e que em debates eleitorais para cargos legislativos deve-se respeitar a proporção de candidatas, conforme as cotas.

Capítulo III

“Iremos matar você”

Depois de sair de São Miguel do Oeste, Maria Tereza Capra (PT) permaneceu três meses em Porto Alegre junto de seus familiares. Tinha medo de voltar para casa depois de tantas ameaças. Estava completamente perdida até ser ajudada pela ex-senadora de Santa Catarina, Ideli Salvatti (PT). Em fevereiro de 2023, Ideli organizou uma reunião para a vereadora no Ministério das Mulheres e a levou “pela mão” até lá. Maria Tereza estava tão abalada que não tinha forças para andar, mas quando chegou no Ministério se sentiu acolhida.

Também teve uma reunião no Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. Foi incluída no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas. Por esse programa, ela saiu de Brasília com a garantia de que teria escolta da Polícia Federal (PF) para voltar a São Miguel do Oeste. No entanto, quando desembarcou em Florianópolis a escolta foi cancelada. Em resposta a esse livro-reportagem, a PF informou que não seria sua competência fazer a escolta de vereadores. O serviço só pode ser prestado ao presidente, vice-presidente, ministros em missão oficial e autoridades estrangeiras em visita ao Brasil. O órgão também informou que houve a presença de policiais federais em São Miguel do Oeste no dia da sessão da cassação, 3 de fevereiro de 2023, e não houve “qualquer ocorrência digna de nota”.

A família, em Porto Alegre, não queria que retornasse para Santa Catarina, mas ela não ia abandonar a cidade na qual tem uma his-

tória de mais de 35 anos. São Miguel do Oeste é a cidade na qual ela morou na adolescência, da qual saiu para estudar e trabalhar e voltou para fazer a vida. É a cidade onde ela montou seu escritório de advocacia, entrou na carreira política e teve seus dois filhos.

Além disso, Maria Tereza é uma mulher feminista. Diretora estadual de mulheres do Partido dos Trabalhadores, é a pessoa que “bate na porta” das companheiras de partido para estimular: “tem que ser candidata”. Não ia desistir de seu mandato. “Como eu vou dizer ‘não tenha medo’ se eu não enfrentar esse tipo de situação?”.

Saiu direto de Brasília para encarar o julgamento de sua cassação, que aconteceu em 3 de fevereiro de 2023. A gravação está disponível no Youtube da Câmara Municipal de São Miguel do Oeste e o vídeo tem mais de nove horas de duração. Todo o processo também foi consultado para essa reportagem.

O clima estava tenso. Diferentemente da sessão de novembro, em que aprovaram moção contra ela, o então presidente da Câmara, Vagner Passos (sem partido) pede que a plateia não faça manifestações, como aplausos, “que possam atrapalhar os trabalhos”. Na plateia cheia havia uma disposição cromática: na parte esquerda, pessoas de vermelho e, à direita, de verde e amarelo. Um quarteto de policiais militares está no canto do plenário. Maria Tereza ainda não está presente.

Começa a leitura de cada uma das acusações. A primeira denúncia foi protocolada pelo advogado Breno de Pizzol Barroso. A acusação é cometer infração político-administrativa por utilizar o perfil do Instagram para propagar notícias falsas e atribuir aos “cidadãos de Santa Catarina e de São Miguel do Oeste o crime de fazer saudação nazista e de ser berço de células neonazistas”.

A segunda denúncia contém praticamente o mesmo conteúdo e é assinada por várias pessoas: Luiz Guerini, Marilene Santin Guerini, Daiana Michele Sossmeier, Ivone Dalla Corte, Marcelo de Walau da Silva, Everson Elio Rospide, Karin Fabiana Mollmann, Jecson Pazini, Vera Lúcia Soares Oliveira Bandieira, Juarez Segalin, Deizi Bandieira, Itamar Fonini e Laerte José Rasch. Além

dos que assinam diretamente, em anexo há um abaixo-assinado com 1266 assinaturas. A punição que pedem já é conhecida: cassação do mandato da petista.

Passada cerca de uma hora e meia do início da sessão, começam aplausos e gritos. Maria Tereza chegou ao plenário. O presidente da Câmara pede silêncio em tom exaltado e não é atendido. Então, suspende a sessão. Durante todo o intervalo, a vereadora é abraçada e apoiada por vários companheiros de partido. A sessão é retomada, com a plateia no mesmo lugar, e a leitura do processo dura cerca de quatro horas.

Passava das 23 horas quando Maria Tereza recebe a palavra para fazer sua defesa. Ela defende o vídeo divulgado e a motivação para tê-lo gravado. Fala da gravidade das manifestações golpistas e da realização do gesto semelhante a saudação nazista. “Nem tudo que parece é, mas tudo que é parece.”

Demonstra como os vereadores e os manifestantes escolheram alguém para culpar pela repercussão negativa dos atos que fizeram. “Ao invés de terem promovido uma moção de repúdio a mim, tivessem feito uma reunião e discutido o simbolismo daquele ato, que todo o mundo, todo o mundo se espantou, teria sido mais produtivo. Mas ao invés disso, argumenta que a queimaram como uma bruxa. “Vieram para cá e gritaram: ‘lixo’”.

Alega também que o gênero é central no processo de cassação e é um ataque à participação política das mulheres. “Nós temos aqui onze homens, uma mulher ausente e uma que vai ser cassada. Isso é a representatividade de São Miguel do Oeste?”. Para ela, “a luta mais difícil dentro da política é incluir mulheres”. Afirma que as mulheres têm dificuldades desde pequenas, porque não são enxergadas como políticas. Além disso, são mães e as principais, se não as únicas, responsáveis pelos filhos. “A gente carrega o filho e tem que deixar ele em casa para ir para a campanha; os homens não passam por isso”.

Em seguida, apresenta um quadro de moldura branca. A foto retrata ela mesma, alguns anos mais jovem, sorrindo ao lado da

ex-presidente Dilma Rousseff (PT). Dilma foi a primeira mulher presidente do Brasil, eleita em 2010 e reeleita em 2014. Sofreu um processo de impeachment em 2016, por ter sido considerada culpada em um processo baseado na lei de responsabilidade fiscal. No entanto, pesquisadores o consideram um processo infundado e um dos maiores episódios de violência política de gênero do país. Maria Tereza argumenta que São Miguel do Oeste não deve repetir novamente essa história.

A vereadora falou por 15 minutos e deixou o resto das duas horas que tinha para seu advogado. Ele pediu que o processo fosse arquivado ou que fosse aplicada uma advertência, ao invés da cassação. Os dois pedidos foram rejeitados. No momento da votação, cada vereador teve até 15 minutos de fala. A retratação foi novamente cobrada de Maria Tereza por vários colegas e novas acusações foram feitas. Carlos Agostini (MDB), por exemplo, acusou-a de buscar popularizar seu nome a nível nacional falando na mídia que estava sofrendo perseguição por ser mulher, que estaria “se vitimizand”.

Quando chega a vez de Maria Tereza, a vereadora vota contra a cassação e convida todos que estão com ela a se retirar. “É a última vez que me pronuncio nessa Casa até eu retornar. Quero clamar as pessoas que estão me acompanhando para que, assim que eu finalizar meu voto, me acompanhem para nos retirarmos. Nós já sabemos qual vai ser o resultado durante todo esse pseudo-processo de cassação, em um tribunal de exceção. As pessoas que estão me condenando são as mesmas que estavam lá fazendo o gesto. Essas pessoas se dão o direito de, aqui nesta Casa, determinar o futuro da representatividade da mulher da esquerda”.

Quando vão embora, ficam apenas os onze vereadores na mesa e cerca de 30 pessoas na plateia. Como todos já sabiam, a cassação do mandato foi aprovada por 10 votos a 1. Assim que saiu do plenário, Maria Tereza estava sem seu mandato e permaneceria assim por nove meses, até 21 de novembro de 2023.

Mais violência

A cassação do mandato de Maria Tereza Capra (PT), vereadora de São Miguel do Oeste, não implicou em uma violência apenas para ela. Na madrugada de 4 de fevereiro de 2023, assim que foi cassada, ela e mais quatro vereadoras de diferentes regiões de Santa Catarina receberam um e-mail contendo diversas ameaças e xingamentos. Além dela, foram ameaçadas Ana Lúcia Martins (PT), de Joinville, Carla Ayres (PT), de Florianópolis, Giovana Mondardo (PCdoB), de Criciúma, e Marlina Oliveira (PT), de Brusque. Cada uma recebeu em seu e-mail institucional uma mensagem com diferentes ofensas, mas todas citavam Maria Tereza.

O que essas mulheres têm em comum? São todas vereadoras de esquerda, abertamente feministas, que defendem o antirracismo e os direitos das pessoas LGBTQIAPN+. Além disso, todas elas haviam feito publicações nas redes sociais defendendo a vereadora de São Miguel do Oeste e denunciando que a retirada de seu mandato era uma violência política de gênero.

Nesses e-mails, receberam xingamentos misóginos e machistas: “prostituta”, “vagabunda”, “biscate” e “vaca”. A estrutura dos e-mails era basicamente a mesma, dizendo que não deveriam defender Maria Tereza, mas cada uma recebeu diferentes ofensas, de acordo com suas identidades. Com Carla foram lesbofóbicas. Ela foi chamada de “machorra”, “sapatona” e “doente mental”. Para Ana Lúcia e Marlina, mulheres negras, as ofensas foram racistas, como “macaca preta” e “king kong de Brusque”. Giovana e Maria Tereza foram ameaçadas de morte.

Para a vereadora de São Miguel do Oeste, o e-mail ameaçava: “nem merece ser estuprada”, “tem que morrer de pancada”. Essa frase é uma repetição da violência política de gênero que Jair Bolsonaro (à época filiado ao PTB-RJ) cometeu contra Maria do Rosário (PT-RS) em 2003. Os dois eram deputados federais,

quando Bolsonaro disse à Maria do Rosário que não a estupraria porque ela não merecia, afirmação que repetiu em 2014 durante uma entrevista.

Em outro trecho, o e-mail cita o ex-presidente, Jair Bolsonaro, fala explicitamente que ela não deveria ter denunciado a saudação nazista feita na manifestação em São Miguel do Oeste e a ameaça de morte.

“Não devia ter denunciado os patriotas por fazer a Saudação Romana diante do quartel Maria Tereza, São Miguel do Oeste não é uma cidade nazista, é uma cidade NACIONAL-SOCIALISTA mas você é burra demais para entender isso sua vacavelha. Vai entender quando o presidente Bolsonaro voltar ao poder, estamos conspirando para isso, não fomos derrotados em Brasília, a vitória final virá e iremos matar você [...] Seus dias e os da sua família estão contados, sua vadia.”

As mensagens foram assinadas com o nome de Vanirto Conrad, que era presidente da Câmara Municipal de São Miguel do Oeste entre 2021 e 2022. Ele deixou o cargo em janeiro de 2023. No mesmo mês também foi expulso do Partido Democrático Trabalhista (PDT), após investigações da Polícia Civil o apontarem como um dos líderes das manifestações pedindo golpe de estado no município. A expulsão era citada nos e-mails e, por esse motivo, também ameaçava de morte o presidente estadual do PDT, Manoel Dias. No entanto, a mensagem veio de um servidor anônimo e a autoria foi negada pelo vereador.

As parlamentares denunciaram o caso ao Ministério Público Federal como crimes de violência política de gênero e ameaça. Segundo Carla Ayres, a resposta do órgão foi “silêncio”. “Tivemos muito pouco acolhimento tanto da Polícia Federal, quanto do Ministério Público, como da Polícia Civil do Estado. Muito pouco encaminhamento”, critica Carla.

A justificativa dos órgãos responsáveis foi a de que não há tecnologia investigativa para esse tipo de situação. O e-mail foi disparado de um provedor de anônimo, o *jitjat*, que encobre a lo-

calização real de quem mandou a mensagem. O autor enviou as ameaças de um computador no Brasil, mas consta que foi enviado de outro país, por conta do encobrimento do provedor. Nenhuma das vereadoras soube dizer se houve algum tipo de investigação e o caso permanece sem solução.

O maior suporte que receberam foi do Ministério dos Direitos Humanos, do Programa de Proteção de Defensores dos Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas, do qual Maria Tereza (PT) já fazia parte e as outras parlamentares foram incluídas depois das ameaças. Giovana Mondardo, vereadora de Criciúma, eleita em 2020 pelo PCdoB, explica que era um grupo de mulheres que entravam em contato semanalmente com elas, dando acolhimento e passando formas de autoproteção.

As responsáveis também visitaram os gabinetes das vereadoras em Santa Catarina. Giovana elogia a atuação delas, mas ao mesmo tempo entende que é uma proteção insuficiente. “Elas tinham que atuar em rede. Era tipo assim: você quer que a gente acione a Polícia Militar? Você quer que a gente acione a Polícia Civil para fazer ronda na tua casa? Chegou até avançar, conversas assim, para ter segurança particular”.

Ela optou por não ter rondas. Havia se mudado recentemente e um dos motivos foi justamente a violência política que vinha sofrendo. Não queria que a polícia soubesse onde morava. “São grupos majoritariamente compostos por conservadores e acaba que são também dominados por grupos políticos daqui”. Respondeu que preferia não ter ninguém fazendo ronda em sua casa, porque teria “mais medo”. Ela também não contratou segurança privada.

Depois de passar por esse programa de proteção, a vereadora de Criciúma chegou à conclusão de que o dispositivo federal para combater violência política de gênero e raça é irrisório. “Nem existe, porque a verdade é essa. Acho que só se movimenta quando uma tragédia acontece, isso é muito triste”.

Rede de ataques

As ameaças de estupro e morte são recorrentes contra políticas de esquerda. Segundo a pesquisadora Rayza Sarmento, a violência política de gênero atinge todas as mulheres na política, mas a forma com que atinge as de esquerda é mais agressiva. Os ataques contra as mulheres de direita tendem à sexualização e à ridicularização pela aparência, enquanto as mulheres de esquerda são desumanizadas, com discursos de ódio e de desejo de matá-las.

Ao mesmo tempo, tanta agressividade convoca à resistência. Para Rayza, são tantas violências e desrespeitos que precisam de uma resposta e a resposta é continuar na política. Saber de todos os obstáculos e das agressões e ainda querer se candidatar é um grande exemplo. “Uma grande metáfora de que as mulheres resistem e não têm outra alternativa se não resistir”.

Isso fica evidente nos casos abordados nesta reportagem. A maior parte das vereadoras catarinenses já havia recebido ameaças de morte, de estupro, ofensas preconceituosas e outras violências antes. Giovana Mondardo (PCdoB), vereadora de Criciúma, lembra que já havia passado por tanta violência desde sua primeira candidatura em 2020 que até “desdenhou” dessa ameaça. “Eu olhei aquilo e fiquei ‘isso não é nada’, eu já estava cascuda com as coisas”.

Giovana também teve um pedido de cassação protocolado contra ela na Câmara Municipal de Criciúma, em novembro de 2022. Praticamente igual ao caso de Maria Tereza, era uma denúncia de quebra de decoro parlamentar. O motivo também era ter feito uma publicação no Instagram, associando o gesto dos manifestantes de São Miguel do Oeste, de cantar hino com o braço estendido, à saudação nazista. Em um dia, ela conseguiu conversar com todos os colegas para que o pedido fosse rejeitado. Se tivesse demorado mais para votar a denúncia, acredita que teria sido cassada também.

Em um evento realizado na Câmara Municipal de Florianópolis, em 8 de fevereiro de 2023, para discutir as ameaças, as parlamentares relataram violências que já haviam sofrido. Ana Lúcia Martins (PT), primeira vereadora negra eleita em Joinville, sofreu violência desde o dia em que foi eleita. Em 15 de novembro de 2020, uma conta falsa publicou em uma rede social: “agora só falta a gente matar ela e entrar o suplente que é branco” e “os fascistas mandaram avisar que ela que se cuide”. As ameaças foram feitas por um homem que dizia fazer parte da “Juventude Hitlerista” de Santa Catarina. A Polícia Civil identificou o responsável como um homem, morador da cidade, mas não divulgou sua identidade.

“Todos os dias, eu preciso pensar que eu estou sob ataque, que estou sob a mira, que estou sob ódio de pessoas que não me reconhecem como sujeita”, disse Ana Lúcia. Para a vereadora, elas representam uma transformação social em processo. “Por isso que essas forças se levantam contra nós, porque não tem mais espaço para essa intolerância”.

Também durante o evento, Marlina Oliveira (PT) relatou que “o temor, a fragilidade, o cansaço batem na porta todos os dias”. Para ela, mesmo que esses sentimentos as visitem, quem as ameaça não vai conseguir alcançar seu objetivo de fazê-las desistir da política. “Nós não iremos tolerar que nenhuma mulher desista de estar neste espaço”.

Carla Ayres concorda que existe um cansaço para as mulheres que se propõem a ocupar espaços tão violentos como as Câmaras Municipais. “Eu estou cansada de ir na Polícia Civil, de fazer Boletins de Ocorrência por ameaças; por ameaças à minha assessoria e assédio dentro do plenário e ter que ouvir, dentro da Delegacia da Mulher, que gosto de ir na delegacia porque me veem sempre lá”.

Entre 2021 e 2024, Carla recebeu mais cinco ameaças de morte. Uma delas veio em junho de 2023, dizendo que ela deveria retirar o projeto de distribuição gratuita de absorventes menstruais para meninas em escolas públicas, lei que propôs. Se continuasse

com a proposta iria ser morta. “*Eu juro, mas eu juro do fundo do meu coração que eu vou trocar o meu Corsa por uma pistola 9 milímetros e vou comprar uma passagem só de ida para meter uma bala na sua cabeça e em todas as sapatonas, negros, gays, homossexuais que estiverem aí*”. Essa ameaça citava o endereço onde ela mora.

O remetente do e-mail é o mesmo que ameaçou a deputada estadual por São Paulo, Thainara Faria (PT), em janeiro de 2023. Parte do conteúdo dessa mensagem está disponível no pedido de investigação que o Ministério Público Federal fez sobre o caso. O autor diz que está “cansado de macacas gaysistas” que “pregam contra homens brancos de bem”. Além disso, afirma que comprou uma “pistola 9 milímetros com seis cartuchos de munição” para matá-la .

O trecho é muito parecido com a ameaça Carla e também a uma mensagem que Talíria Petrone (Psol), deputada federal pelo Rio de Janeiro, recebeu em 25 de julho de 2024. “*Eu juro, mas eu juro que SE VOCÊ NÃO RENUNCIAR A SEU MANDATO DE DEPUTADA E A SUA CANDIDATURA A PREFEITA DE NITERÓI E ABANDONAR A POLÍTICA vou comprar uma pistola 9 milímetros no Morro do Engenho aqui no Rio de Janeiro e vou te matar.*” A mensagem também cita o endereço do gabinete da deputada na mensagem.

Além das semelhanças no conteúdo, as mensagens foram enviadas de um provedor de e-mail anônimo do Tor, que é um programa utilizado para entrar na *deep web* e nos fóruns anônimos, os *chans*. Esses fóruns são espaços conhecidos por propagar violência contra as mulheres, extremismo de direita e neonazismo. Nenhum dos casos teve resolução e cada ameaça foi tratada em seu estado, como casos isolados.

A ameaça em conjunto das vereadoras de Santa Catarina também é muito parecida com um caso de Minas Gerais, em que o responsável era membro de um *chan*. A semelhança foi apontada pela vereadora Carla Ayres (PT), que disse ter ficado feliz com o desfecho diferente do caso. Entre 2022 e 2023, as deputadas estaduais, Beatriz Cerqueira (PT), Bella Gonçalves (Psol) e Lohanna (PV) vinham recebendo uma série de ameaças de morte e es-

tupro. As mensagens anônimas eram enviadas para seus e-mails institucionais e foram denunciadas à Polícia Civil várias vezes.

Em agosto de 2023, o Ministério Público estadual (MP-MG) começou a investigar o caso e o suspeito dos crimes foi preso em maio de 2024. Segundo o MP mineiro, o agressor morava em Olinda, Pernambuco, e organizava o envio de ameaças com outros usuários dos *chans*. O autor não teve a identidade revelada, mas foi divulgado que também coagia adolescentes a se automutilarem e a lhe enviarem fotos nuas. Nos *chans* de que participava também havia publicações com incitação à pedofilia, necrofilia, imagens de estupros, assassinatos e pornografia infantil.

Capítulo IV

Retornos e saídas

Maria Tereza Capra (PT) entra na Câmara Municipal de São Miguel do Oeste escoltada. É acompanhada por um homem em cada braço. Do lado direito seu pai, Jaime Capra e do lado esquerdo o presidente do PT municipal, Juarez da Silva. É 21 de novembro de 2023, às 19 horas de uma terça-feira. Ela já não estava mais na presidência do partido e fazia nove meses que havia sido morta politicamente.

Foram nove meses da cassação do seu mandato, mas ela não entrava para trabalhar na Câmara Municipal de São Miguel do Oeste havia mais de um ano. Desde a aprovação da moção de repúdio contra ela, em 3 de novembro de 2022, a vereadora só usou a palavra naquela Casa para se defender no seu julgamento de quebra de decoro, em 3 de fevereiro de 2023.

Antes de entrar para o plenário, foi recebida por apoiadoras na entrada da Câmara, que a abraçaram uma atrás da outra e depois encheram o lado esquerdo da plateia do plenário. Há homens, mas a maioria esmagadora é de mulheres e muitas vieram de outras cidades da região, como Chapecó e Concórdia. No entanto, o público não é tão grande quanto nas sessões que aprovaram moção contra ela e a cassaram. A maior parte das cadeiras está vazia.

Na tribuna, Maria Tereza usa todos os seus cinco minutos regimentais de fala para fazer agradecimentos. Agradece a todos que choraram e aguentaram com ela nesses meses de afastamento. Agradece em especial a sua família, que teve que fugir com ela, mas não fala os motivos da fuga. “Está registrado em todos os processos, nos anais do judiciário.” “Agora é o momento de continuar o trabalho por São Miguel do Oeste.”

Com esse discurso Maria Tereza retoma o seu mandato, depois de travar uma batalha judicial que assegurou a sua volta à Câmara Municipal de São Miguel do Oeste. A fala discreta e contida não combina com a sua personalidade, que ela mesma diz ser “briguenta”. Não combina tampouco com o que estava sentindo. “O meu sentimento era de extrema raiva, tinha vontade de fuzilar aqueles caras. Uma vontade de falar tudo que eu pensava. Mas sobretudo, uma solidão, uma dor muito grande”.

O árduo trabalho de se conter foi necessário por uma combinação de motivos, jurídicos e políticos. O primeiro é que ela voltou “depenurada”. Seu mandato foi garantido por uma liminar, ordem judicial provisória, até que o processo de anulação da cassação fosse julgado pelo judiciário. Só com esse julgamento seria decidido definitivamente se poderia ou não continuar no cargo. Mesmo assim, a Câmara Municipal recorreu da liminar. Para Maria Tereza, esse recurso mostra que seus colegas não se conformam com seu retorno. Todos esses processos e recursos continuam na Justiça, mas com o fim do mandato, em dezembro de 2024, serão arquivados.

Outro motivo do retorno contido foi a orientação dada pelos dirigentes do PT, por conta de alianças políticas para eleição de 2024. “Eles tinham medo que eu voltasse para lá e metralhasse todo mundo, no sentido figurado”. Por isso, ela nem pensou em um discurso para sua volta, só pensou no que não poderia falar. Não poderia expor de maneira enfática as violências, as injustiças e as humilhações a que foi submetida. “Foi uma volta muito doída.”

Esse foi mais um dos momentos dolorosos que ela vem administrando. Ao longo desse mais de um ano, de 3 de novembro de 2022 até 21 de novembro de 2023, foi dosando o sofrimento para não desmorar. Escolhia pelo que sofrer em cada momento, porque se pensasse em tudo que passou iria “pirar” e ainda precisava seguir com a vida no meio de tudo isso.

Durante o ano traumático, as mulheres foram fundamentais para ela: “95% das pessoas que estavam lá no meu retorno eram mulheres”. Foram outras mulheres que a acolheram, que a levaram para buscar proteção, que estavam lá para ver seu retorno. Nesse período também foram as mulheres que fizeram a sua comunicação, as suas companheiras do Afronte, juventude do PT.

Já na Câmara, quem ficou foi um homem, o suplente Márcio Santin. Ela considera que ele tinha uma postura menos combativa, dialogava com todos os vereadores que a cassaram. “Isso foi triste, foi cruel”, mas entende que ele precisava trabalhar enquanto ela não voltava. Quando voltou para a Câmara, o diálogo foi muito difícil.

Maria Tereza passou por uma série de humilhações e desrespeitos e teve que conviver e trabalhar junto com quem praticou tais violências. “Eles não me respeitaram como pessoa quando disseram que eu deveria ter feito gesto de formatura com a perna, quando eles disseram que eu deveria ir embora da cidade, quando eles disseram que eu sempre fui assim”. Os colegas perderam qualquer respeito que Maria Tereza tinha por eles.

“Eu estava em um espaço e não respeitava ninguém. Isso é muito ruim para qualquer sobrevivência. Eu não respeitava, não confiava, não falava, eu não tinha nada para falar com eles. Então, eu passei, novembro, dezembro, aí o recesso e em fevereiro, quando começaram as reuniões novamente, eu não conversava com ninguém. Eu sequer dizia ‘boa noite’. Eu só dizia ‘obrigada, presidente’. Não falava ‘colegas vereadores’; eu risquei a palavra ‘colega’”, afirma.

Mesmo com esses sentimentos, precisava dar conta do trabalho legislativo. Retomar efetivamente o seu mandato. Para isso, em meados de fevereiro de 2024, teve uma conversa com o novo presidente da Câmara, Paulo Drumm (União Brasil). Ele havia assumido depois da renúncia de Vagner Passos (sem partido). Maria Tereza sintetiza os termos da conversa: “Vocês não me querem aqui, mas a justiça quis que eu estivesse aqui. Não somos amigos, mas nós 13 temos uma missão, que é concluir esse mandato. Você sabe muito bem que eu sempre defendi o Parlamento, então quero dizer que enquanto vocês recorrem da decisão que me colocou de volta, eu vou seguir trabalhando. Só quero saber se você vai me deixar trabalhar ou não”.

A resposta dele foi positiva. Disse ter outra forma de lidar com os colegas, que as coisas mudariam com ele na presidência da Casa. Assim, a rotina voltou a alguma normalidade e Maria Tereza está sendo adequadamente tratada. Considera, porém, que tal postura teve mais a ver com o período eleitoral de 2024 do que propriamente por respeito a ela. O apoio do Partido dos Trabalhadores faz muita diferença para a eleição a prefeito. Se o partido não tivesse candidatura própria, poderia beneficiar Paulo Drumm, que se candidatou ao cargo. No entanto, o PT lançou seu candidato, Juarez da Silva e nenhum deles se elegeu. O eleito foi Edenilson Zanardi, do PL, que era vice-prefeito na gestão anterior.

Fora da Câmara

Maria Tereza não foi candidata nas eleições de 2024. O mandato que recuperou será seu último, ao menos até 2030. Ela está inelegível porque foi condenada judicialmente por crime contra a lei de licitações. Entre 2010 e 2012, foi secretária municipal de Cultura, Lazer e Turismo, em São Miguel do Oeste, durante a gestão do prefeito do PT, Nelson Foss da Silva. No período, contratou uma série de shows, que, segundo o processo, não tiveram o “devido procedimento licitatório”.

“Uma bola de ferro que tenho no meu pé, porque onde eu vou o processo está me assombrando”, descreve. Em primeira instância, foi condenada a três anos de reclusão, mas o Ministério Público recorreu dessa sentença. Em 2022, no meio de seu terceiro mandato, ficou inelegível por ter sido novamente condenada a seis anos de reclusão. Naquele ano, chegou a registrar candidatura a deputada federal. A ideia era ser candidata para ganhar visibilidade e, não se elegendo, concorrer à prefeitura de São Miguel do Oeste em 2024. Mas teve a candidatura cassada pelo Tribunal Regional Eleitoral.

Ela considera esse processo, iniciado ainda em 2012, a primeira perseguição política que sofreu. A contratação que fez seguia o mesmo modelo que o governo anterior fazia e a gestão seguinte continuou a realizar. Consistia em contratar artistas para shows, com uma dispensa de licitação. No entanto, o Ministério Público considerou que o trâmite violava a lei de licitações, que os shows deveriam ser contratados diretamente pela prefeitura, por um valor mais barato. Apesar da condenação, ela não será presa, pois a pena é baixa, tem bons antecedentes e é ré primária.

Já Nelson Foss da Silva, prefeito daquela gestão, foi preso em abril de 2024. Além das irregularidades na contratação dos artistas, o dono da empresa contratada era sócio da sua esposa em um jornal da cidade. Ele teria, então, favorecido o empresário com a dispensa de licitação pela proximidade com a família.

A condenação de Maria Tereza foi citada de forma lateral nas denúncias de cassação de seu mandato. Não foi um fator tão importante na cassação, mas é determinante para seu futuro. Não pode mais ser eleita, mas já tem vários planos. Enquanto estava fora do mandato começou um mestrado em direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Ela se inscreveu porque “não tinha nada para fazer na vida”, mas logo ela voltou para a Câmara e teve que conciliar as duas funções, tendo aulas remotas e fazendo viagens frequentes para Florianópolis. Sua dissertação será sobre violência política de gênero e deve ser finalizada nos próximos anos. A vontade de pesquisar a temática vem da sua própria experiência,

para que não se repita. “Não deixar que aconteça com nenhuma de nós, nem com aquelas que virão”. Planeja também continuar com a sua atuação partidária e na advocacia. Voltou a presidir o PT em São Miguel do Oeste e em 2024 apoiou a candidata a vereadora Tati Brites, mulher preta, ativista contra a violência de gênero e presidente da Associação Afrodescendente de São Miguel do Oeste. Tati não se elegeu, mas o partido conseguiu duas vagas de vereador na cidade, uma a mais que na última eleição. Uma das eleitas é Ana Flávia, uma jovem de 31 anos.

Maria Tereza também quer se dedicar à família. O seu compromisso de seguir em frente é pela sociedade e com quem vai deixar para esse mundo: o filho e a filha. A inspiração para entrar para a política, inclusive, veio da família. Quando tinha apenas 12 anos, o pai, Jaime Capra, foi candidato a vereador em São José do Cedro, pequena cidade no extremo oeste de Santa Catarina. Na época, era filiado ao Partido Democrático Social e ela, a mais velha entre quatro irmãos, o acompanhava nos comícios e na distribuição de santinhos. Ele não foi eleito e colegas de escola fizeram chacota dela e do pai. Foi quando ela arrumou “encrencas” na escola.

Jaime Capra faleceu em maio de 2024, vítima de dengue. Eram muito próximos e ele deu forças para ela seguir em frente. Quando estava refugiada em Porto Alegre, Maria Tereza conversava com o pai que queria escrever sobre o que estava vivendo. Ainda alimenta esse desejo. Apesar de ter falado inúmeras vezes sobre sua perda de mandato e as ameaças que sofreu, nunca conseguiu escrever. Dizia ao pai que o título do texto seria “se eu fosse um homem”, porque não teria passado por nada do que passou se fosse um homem. Até que um dia chegou a uma importante conclusão. “Se eu fosse um homem eu nem teria falado nada. Se eu fosse um homem eu ia estar em casa olhando para aquilo e pensando: ‘mas o que isso vai afetar minha vida?’”

Mesmo sem escrever sobre sua história, Maria Tereza continua denunciando o que aconteceu com ela. Só não aceita que a utilizem para desestimular outras mulheres. “Vocês estão proibidas de usar o meu exemplo para dizer que não querem participar da

política. Aí sim, eu terei fracassado.” Não considera fracasso não poder concorrer, não considera fracasso ter sido cassada. “Fracasso é servir de exemplo para as mulheres não participarem. Só aconteceu isso comigo porque eu encarei. Eu poderia ter ficado quieta, como muita gente ficou ao ver aquilo. Eu poderia ter ficado quieta durante toda a minha vida política e ter seguido o fluxo, desviando dos obstáculos para poder me manter no cargo. Não seria eu e não é esse o meu propósito. Não existem mulheres na política sem enfrentamento”.

Capítulo V

“Conter danos”

O crime de violência política de gênero foi criado em 2021. Desde então, até outubro de 2024, o Grupo de Trabalho (GT) de Violência Política de Gênero do Ministério Público Federal mapeou 233 denúncias. Esses dados foram acessados por um pedido de acesso à informação feito ao órgão.

A maior parte dos casos ainda está sendo investigada ou em processo de julgamento. Mas há 66 que já foram arquivados, boa parte sem nenhuma investigação. Segundo Raquel Branquinho, coordenadora do GT, os arquivamentos sumários dos casos se dão pela falta de capacitação dos servidores do Ministério Público, que são responsáveis por levar adiante os casos.

Para ela, isso acontece pois eles não são capazes de enxergar as violências de gênero, não têm as lentes para olhar o problema. “A gente precisa da capacitação do sistema; que os promotores, os delegados, que a própria advocacia, todo mundo entenda como acontece. Entenda quais são os atos de assediar, perseguir, humilhar, ameaçar ou constranger uma candidata ou uma detentora de mandato eletivo, porque a gente vive numa sociedade machista, com muita violência, principalmente contra mulher, e muitos atos são normalizados.”

Por um lado, ela entende que nenhuma investigação de crime é totalmente eficaz. “Basta ver que no Brasil a resolução de crimes de homicídios é apenas de 8 a 10% dos casos. Todo crime tem problemas de investigação, operacionais ou deficiências”. Por outro,

defende que os crimes de violência política de gênero não deveriam ter tantos problemas de investigação, tantos arquivamentos e discussões de competência porque não são crimes complexos. Em um caso em que há um vídeo - exemplifica ela - nem precisaria abrir investigação policial. Com as imagens, o promotor de justiça já pode fazer a denúncia e dar início a um processo judicial.

Por discordar das decisões de arquivamento, tanto vítimas quanto o Grupo de Trabalho vêm apresentando recursos para a Câmara de Revisão do Ministério Público Eleitoral, a 2ª Câmara. É uma instância do órgão que revisa todos os arquivamentos de processos eleitorais feitos por membros do Ministério Público Federal. Essa atuação tem resultado no desarquivamento de casos para que, pelo menos, sejam investigados. A 2ª Câmara analisa as denúncias com perspectiva de gênero. “Compreendendo a situação da mulher, o papel da mulher no processo eleitoral, a sua subalternidade, a violência que acontece contra ela em várias instâncias”, explica Raquel.

No Judiciário, o julgamento com perspectiva de gênero foi tornado obrigatório em 2023, por uma resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Segundo o protocolo, deve-se julgar de maneira “atenta à realidade, buscando identificar e dismantelar desigualdades estruturais”. Os juízes e juízas vêm sendo capacitados em direitos humanos, gênero, raça e etnia, em perspectiva interseccional. Os que tiverem comportamentos preconceituosos durante processos podem ser punidos pelo órgão. De acordo com dados do CNJ, o julgamento com protocolo de gênero já foi aplicado em 6.026 casos, a maior parte no julgamento de processos por lesão corporal e homicídio. No Tribunal de Justiça de Santa Catarina foram apenas oito casos de aplicação.

O protocolo foi elaborado em dezembro de 2021, depois do Estado Brasileiro ter sido condenado na Corte Interamericana de Direitos Humanos (IDH) no caso do feminicídio de Márcia Barbosa de Souza. Assassinada em 1998, Márcia era uma estudante negra de 20 anos, que morava no interior da Paraíba. Ela foi encontrada morta depois de ter tido um encontro em um motel com o deputa-

do estadual da Paraíba, Aécio Pereira de Lima (PMDB). O deputado foi apontado como principal suspeito do caso, mas o processo contra ele só foi iniciado em março de 2003, depois de não ser reeleito como deputado. Para ser indiciado durante o mandato era preciso que a Assembleia Legislativa retirasse a sua imunidade parlamentar, o que não foi feito. A condenação só aconteceu em 2007. A Corte também apontou que a investigação e o julgamento culpabilizaram a vítima, construindo a imagem de que seria merecedora da morte pela sua sexualidade.

Nos Ministérios Públicos o protocolo ainda não é norma, mas, por atuação do GT, tornou-se uma orientação para tratar de casos de violência política e violência política de gênero. Para Raquel, a adoção é importante porque o machismo estrutura a sociedade. “Se a gente tem um problema estrutural, ele se torna um problema institucional, porque ele transporta às instituições. As pessoas que estão ali vêm dessa mesma sociedade, que é machista, com um olhar conservador no sentido do patriarcado”.

Entre as ações do GT, também está um protocolo firmado junto com os secretários de segurança pública, que comandam as polícias nos estados. Crimes eleitorais são de competência da polícia federal e do Ministério Público Eleitoral. No entanto, Raquel diz que é imprescindível a capacitação na atuação das polícias civil e militar, porque muitas vezes as vítimas procuram os policiais para fazer as denúncias.

Segundo Raquel, esses profissionais devem ter o “conhecimento do crime, para que as vítimas sejam ouvidas, tomados seus depoimentos, feito o registro adequado do que aconteceu, colhidos os elementos de prova que estão ali disponíveis”. Depois dessa escuta qualificada e de colher provas, devem encaminhar o material para os órgãos competentes, a Polícia Federal e o Ministério Público Eleitoral.

Além disso, a insistência é uma estratégia para buscar uma responsabilização adequada dos agressores. “Sempre vai haver algum promotor ou promotora que vai arquivar, que não vai dar

o encaminhamento que a gente entende como adequado. Mas o importante é as vítimas também recorrerem dessas decisões, fazerem o recurso”, reforça a coordenadora do GT.

De todas as 233 denúncias mapeadas, só 12 viraram processos judiciais e apenas 9 têm condenações contabilizadas pelo GT. Duas condenações são do mesmo caso, na Bahia. Duas são no Rio de Janeiro, uma no Ceará, uma na Paraíba e outra em São Paulo. Em Santa Catarina também são dois resultados positivos para as vítimas. Um no caso de cassação do mandato da vereadora de São Miguel do Oeste, Maria Tereza Capra, e outro no caso de importunação sexual contra a vereadora de Florianópolis, Carla Ayres, que será tratado no próximo capítulo.

No entanto, segundo o GT, a produção e gestão de dados sobre violência política de gênero foi classificada como “um longo desafio a ser enfrentado”. Todo o mapeamento de casos que fazem é manual, em uma planilha de Excel. O Grupo de Trabalho não atua diretamente sobre os casos, mas envia ofícios para iniciarem investigações, geralmente para os Ministérios Públicos estaduais. Para atualizar o andamento dos casos, também enviam ofícios.

Os números do Grupo de Trabalho não abrangem nem todas as denúncias, que podem ser feitas para os MP estaduais sem que o grupo seja notificado. A maior parte das denúncias são investigadas nos estados. São dados subnotificados, mas são os únicos produzidos no país sobre denúncias de violência política de gênero e raça.

Nas eleições de 2024, a candidata à vereadora no Rio de Janeiro, Tainá de Paula (PT) sofreu um ataque a tiros no dia 3 de outubro. Candidata à reeleição, ela, um segurança e o seu motorista estavam se deslocando para atividades de campanha quando tiveram o carro abordado por dois homens armados. Eles fugiram e tiveram o carro atingido por tiros de pistola. Sobreviveram e não se feriram porque o veículo era blindado. Três dias após o atentado, Tainá foi reeleita com 49 mil votos, a mulher mais votada da cidade e declarou para matéria da Agência Pública que seu papel “é não recuar”.

Raquel Branquinho, coordenadora do GT de violência política de gênero do Ministério Público Federal, enviou ofícios para que o caso fosse investigado como uma possível tentativa de feminicídio político. Esse é um dos casos que fazem Raquel dizer que as eleições municipais são mais violentas, porque é onde as mulheres estão mais expostas. Ainda mais as LBT, lésbicas, bissexuais e transexuais, e mulheres negras, como Tainá. A coordenadora avalia que um dos fatores de exposição à violência é a falta de estrutura dos partidos políticos em tratar as mulheres como representantes legítimas e criar formas de as protegerem. Nas eleições gerais, em que também atua, Raquel diz que as ocorrências são mais ligadas ao financiamento e violências patrimoniais.

Ela considera que o trabalho do GT tem produzido avanços no letramento de gênero dos membros do MPF e na diminuição dos arquivamentos sem investigação. A temática também vem sendo mais conhecida e discutida. Quando começou a trabalhar com violência política de gênero, no início de 2022, era um crime muito desconhecido na sociedade e no Ministério Público. Hoje - a percepção é de que é uma pauta importantíssima no sistema de justiça eleitoral e também vem avançando com pesquisas acadêmicas, com envolvimento de entidades da sociedade civil no tema.

Mas, para ela, mesmo que a lei passe a ser aplicada de forma mais efetiva e passe ter mais condenações, isso não garante a diminuição de casos. A lei serve apenas para “conter danos”. “Se por um lado a gente tem avançado na legislação, por outro a gente não tem conseguido formar uma sociedade consciente dos valores democráticos, dos valores de igualdade e, principalmente, dos direitos femininos e de outros grupos vulnerabilizados”.

Ela compara a legislação com a lei Maria da Penha, uma das melhores leis do mundo para a proteção das mulheres, que, no entanto, não diminuiu os índices de violência doméstica e de feminicídio. Só no estado de Santa Catarina, em 2024, foram 57 mulheres assassinadas por serem mulheres, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública.

Mesmo que seja redução de danos, é um trabalho importante, defende Raquel, pois a violência política de gênero é “talvez uma das maiores causas da falta de representação das mulheres na política”. A diminuição dos casos decorre de um processo social, de educação e transformação da cultura e dos papéis sociais das mulheres, que vêm a médio e longo prazo. “Não é uma situação fácil, principalmente em municípios onde as mulheres ficam mais expostas. Mas se a gente não tivesse a lei, se não tivéssemos feito tudo o que foi feito nesse período, nós estaríamos numa situação muito pior, mas muito pior mesmo.”

Denúncias em Santa Catarina

Santa Catarina tem um número expressivo de denúncias de violência política de gênero, 17. O estado fica atrás apenas dos três estados com maiores populações do país: São Paulo (48 denúncias), Minas Gerais (23) e Rio de Janeiro (20). Isso pode se dar por alguns motivos, como a existência de menos subnotificação ou a notoriedade que os casos ganharam para serem mapeados pelo MPF.

O mesmo pedido de informação feito ao Ministério Público Federal foi repetido para o Ministério Público de Santa Catarina. No levantamento do MPSC são 9 representações registradas sobre violência política de gênero. A maioria diz respeito aos mesmos já listados pelo Ministério Público Federal e há alguns casos que não estavam na listagem anterior.

A informação mais relevante desses pedidos de informação é que, em ambas as listagens, a política catarinense que mais fez denúncias de violência política de gênero é a deputada federal Júlia Zanatta (PL). São pelo menos cinco procedimentos no estado, iniciados entre 2023 e 2024.

O fato surpreende porque Júlia é uma política de extrema-direita e antifeminista. Ela foi eleita em 2022 com 111.588 votos,

na esteira do fortalecimento do bolsonarismo. Suas principais bandeiras, segundo a seção “sobre mim” do seu site oficial, são o armamento civil, fortalecimento do agronegócio e políticas antigênero, principalmente contra o direito ao aborto legal e discussões de igualdade e diversidade nas escolas.

Mesmo assim, ela faz uso de uma lei que parte do entendimento de que há machismo na sociedade, que a política é um ambiente majoritariamente composto por homens e que deve aumentar a representatividade das mulheres e grupos minorizados nos espaços de poder. Tudo que vai contra sua atuação política.

No entanto, segundo análise do Ministério Público, todas as denúncias de violência política de gênero que ela apresentou são casos que podem ser enquadrados em crime de calúnia, difamação ou injúria. Todas as denúncias foram arquivadas no âmbito eleitoral e enviadas para a justiça comum. Três delas foram contra homens que a associaram ao nazismo por conta da tiara de flores que utiliza e diz ser apenas um traje tradicional alemão, utilizado em festas como a Oktoberfest de Blumenau.

Nesse caso, o alto número de denúncias feito por Júlia faz parte de um padrão de comportamento mais amplo. A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) publica anualmente o Monitor de Assédio Judicial contra jornalistas no Brasil. O assédio judicial é o uso de processos para intimidar jornalistas e desestimular a produção ou divulgação de informações, críticas e opiniões. A publicação de 2024 mostra que Júlia Zanatta é a quarta colocada no ranking de maiores assediadores judiciais de jornalistas, com 12 processos.

Frequentemente, a deputada também processa adversários políticos. Esse é o caso de Giovana Mondardo (PCdoB), que foi processada três vezes por Julia Zanatta (PL). Em 2020, quando Giovana foi candidata pela primeira vez à vereadora em Criciúma, Júlia concorreu à prefeita. Todos os processos

são por calúnia ou difamação, pedindo indenização por danos morais, por conta de postagens em redes sociais nas eleições de 2020. Dois deles ainda estão em fase de recursos e um Giovana perdeu definitivamente.

Ela teve que pagar mais de 6.800 reais para indenizar a deputada federal. O processo se deu por conta de uma publicação em que Giovana dizia ter sido xingada por Júlia Zanatta durante as eleições de 2020. Sem provas do fato, a vereadora foi condenada. Depois de ganhar o processo, ela debochou: “dinheiro de comunista vai pagar procedimentos estéticos para uma deputada de direita”.

Giovana também processou Júlia em 2020. O primeiro processo foi por compartilhar uma notícia falsa de que ela estaria “protegendo um estuprador” e teria convencido a vítima a não denunciar o crime. Outro processo foi por Júlia dizer que ela estaria montando um grupo de “baderneiros”, que eram grupos antifascistas. O último foi por uma postagem no X, antigo Twitter, que reforçava a fala do então prefeito de Criciúma, Clésio Salvaro (PSD), de que Giovana ia a bares “encher a cara” durante a pandemia de Covid-19, que tudo que viria dela “não tem valor algum” e que ela poderia “ir para o inferno com a máscara de boa moça”. Os três processos foram arquivados porque os juízes não viram calúnia nem difamação.

Assim, por um lado, há uma falta de investigação e punição em casos de denúncia de violência política de gênero em Santa Catarina e no Brasil. Por outro, também há um uso inadequado da lei, como o feito por uma parlamentar catarinense, cujas denúncias foram arquivadas no âmbito eleitoral e enviadas para a justiça comum.

Capítulo VI

Angústias, alívios e novas angústias

A tarde de 7 de dezembro de 2022 deveria ser mais uma quarta-feira normal na vida de Carla Ayres. Vereadora pelo Partido dos Trabalhadores em Florianópolis, ela esperava descer para o plenário, discutir e votar projetos de lei. Assim como faz todas as segundas, terças e quartas, dias em que ocorrem as sessões ordinárias na Câmara Municipal.

Para ela, que é feminista e a primeira parlamentar assumidamente lésbica eleita no município, uma das propostas a ser votada naquela tarde era mais importante que as outras. A resolução para instalar a Procuradoria Especial da Mulher na Câmara seria votada naquela sessão. Essa instância, basicamente, atua na defesa dos direitos das mulheres, recebe e encaminha aos órgãos competentes denúncias de violência e discriminação. A iniciativa do projeto foi da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e Igualdade de Gênero, quando foi presidida por ela em 2021.

Mal sabia Carla que naquela tarde iria sofrer uma violência que marcaria sua trajetória, tornando-a nacionalmente conhecida. Ela participou das discussões dos projetos exaustivamente e utilizou várias vezes a tribuna, até que o vereador Marcos Leandro da Silva (Partido Social Cristão), conhecido como Mar-

quinhos, a agarrou pelas costas e tentou beijá-la à força no meio do plenário da Câmara.

Mais de um ano e meio depois, eu recebi a notícia de que o vereador Marquinhos (PSC) foi condenado a pagar a ela uma multa de 15 mil reais por danos morais. Foi um dia antes de eu entrar no seu gabinete em 13 de junho de 2024 para falar sobre o que essa violência implicou na sua vida e trajetória política e sua exaustiva tentativa de buscar punição para seu agressor.

“Vencemos $\frac{1}{4}$ da batalha relacionada à violência política de gênero”, comenta ela sobre o resultado do processo. “Não é que eu esteja feliz, é um alívio. Não pelo valor, não pelo dinheiro, mas porque as mulheres são desacreditadas tanto, em tantas esferas”. Para entender o alívio, é preciso entender de onde vem a angústia e por que ela considera sua vitória parcial.

A descrição que virá a seguir é baseada na gravação da sessão que está disponível no Youtube da Câmara Municipal de Florianópolis, nos depoimentos para o Conselho de Ética, que analisou as denúncias de quebra de decoro, e em entrevista com Carla.

O enredo da violência

Aquela sessão de 7 de dezembro de 2022 seguiu o ritual de sempre. O primeiro momento, dedicado ao horário de fala dos partidos. Os vereadores trazem diferentes pautas e discussões sobre a cidade para a tribuna. São 23 vereadores na Câmara Municipal e os temas tratados naquela tarde vão desde a necessidade do apoio à pesca e à maricultura, até o alto número de feminicídios no município.

Conforme as discussões do dia vão avançando, aumenta a tensão entre os vereadores da base do governo, de direita, e os da oposição, de esquerda. A base governista é a esmagadora maioria dos parlamentares, com 19 vereadores, e a oposição é composta por

quatro vereadores, sendo três vagas do Partido Socialismo e Liberdade (Psol) e uma do Partido dos Trabalhadores (PT).

Sempre participativa e elogiada pelos colegas pela boa oratória, a petista ocupa a tribuna para sua primeira intervenção e anuncia que “vai colocar lenha” na discussão. A fala é sobre a inscrição do município em editais das leis de incentivo à cultura. Ela alerta que a Prefeitura não está fazendo uma série de entrevistas que são requisitos e corre o risco de perder a captação de 4 milhões de reais para a execução de projetos culturais.

Quando desce da tribuna, o vereador Marquinhos (PSC) a encontra no meio do caminho. Ele toca no ombro direito de Carla e ela o bloqueia com a mão. Demonstra não querer conversar com ele, seguindo até o seu lugar no fundo do plenário. Logo em seguida, ele usa a tribuna para lamentar o fato de um ex-deputado federal do PT ter sido absolvido em um processo de corrupção, atacando uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) e dizendo que a “quadrilha do PT conseguiu inocentar mais um”. O episódio não gera maiores consequências, mas é um prelúdio do que viria em seguida.

Após mais de uma hora e meia de sessão, debate-se um projeto de lei para alterar o processo de autenticação de documentos por advogados. Carla irá votar a favor do projeto, mas usa a tribuna para discutir a redação da proposta, porque considera a forma original da matéria mais coerente do que a emenda que foi apresentada. A fala dela gerou inúmeras respostas, defesas da redação e explicações sobre o projeto.

A discussão já dura mais de 40 minutos quando Carla sobe novamente à tribuna. Comenta que acha “divertida a retranca que a base tem”. Todos os deputados da situação estão alinhados defendendo a aprovação do PL com a emenda. Diz que a base do prefeito “parece o time do Japão jogando: sempre na defesa”.

Nesse momento, o vereador Marquinhos (PSC), integrante da base governista, critica Carla por estar discutindo mais uma vez o projeto e diz que não deveria estender o debate se iria votar a favor. Ela responde que ele nem estava entendendo a discussão

anterior: “acho que agora se aquietou e está prestando atenção”. Os colegas ao redor dele riem e ela volta a defender sua posição quanto ao projeto.

Após descer da tribuna, ela se dirige para o seu lugar na bancada. Marquinhos está sentado bem ao lado do corredor central do plenário. Quando Carla passa por ali, o vereador a chama, ela o ignora e então ele puxa o seu braço. A vereadora resiste, tentando soltar o punho que está sendo segurado, mas ele é mais forte. Ela tenta continuar andando, mas ele levanta e ainda segurando o braço dela a abraça por trás. Enquanto a segura pelas costas, ele tenta beijar seu rosto. A vereadora desvia a cabeça e o beijo pega no pescoço de Carla. O vereador senta novamente em seu lugar, olhando para a colega e rindo.

Carla vai para o seu lugar na bancada e se joga na sua cadeira, visivelmente desconfortável e com raiva. O vereador Afrânio Boppré (PSOL) senta-se próximo a ela na bancada. Segundo o depoimento dele para o Conselho de Ética da Câmara, nunca a tinha visto com tamanha irritação, parecendo tão abalada durante uma sessão.

Ela lembra que, naquela hora, apenas ficou com raiva e se defendeu, puxando o braço e tentando se desvencilhar do agarrão. Depois se protegeu novamente, não aceitando conversar com o agressor. Depois da votação do projeto, Marquinhos foi até a mesa para pedir desculpas, mas ela não aceitou conversar com ele. À noite, o vereador ainda ligou para a colega, que novamente se recusou a atendê-lo.

Depois da irritação inicial, veio o entendimento da gravidade da situação a que foi submetida. Passou algum tempo para se dar conta do que tinha acontecido. “A gente nunca espera que esse tipo de atitude aconteça conosco no nosso ambiente de trabalho”. Quando absorveu o que tinha acontecido, entendeu que foi uma violação de seu corpo. Sentiu-se violada sexualmente.

Carla Ayres o denunciou publicamente, nas redes sociais, para a própria Câmara e também para o judiciário. A sessão estava

sendo transmitida ao vivo, como sempre é, e depois o vídeo fica disponível no Youtube. O trecho do vídeo do momento em que Marquinhos agarra Carla ganhou projeção nacional. Naquela noite, portais, jornais e a imprensa publicaram inúmeras matérias sobre o episódio de violência. No portal G1, por exemplo, a manchete foi “VÍDEO: vereadora é abraçada e beijada à força por parlamentar em sessão da Câmara de Florianópolis”.

Para ela, o fato de ter sido gravado a colocava em uma posição em que seria fácil provar a agressão sexual. Diferentemente da maior parte das violências de gênero, que geralmente são difíceis de provar, pois acontecem em espaço privado e sem testemunhas. Mas a imagem também fez com que ficasse marcada. Quando visitou Brasília recentemente ninguém sabia seu nome, mas todo mundo sabia que era “aquela vereadora que foi assediada”.

A repercussão trouxe visibilidade para o seu caso, mas também o tornou muito pesado. Na semana seguinte à violência, Carla travou no seu gabinete. “Eu pensei três vezes antes de descer para o plenário e não era por vergonha, não era porque eu não queria trabalhar. Era porque estava muito pesado”. Ela recebeu muito apoio, mas também muito descrédito por sua denúncia. “Mesmo vereadora, mesmo ao vivo, mesmo tendo imagens para provar”. Carla ligou para o vereador Marcos José de Abreu (Psol), o Marquito, e pediu para descer com ela para a sessão, de forma a se sentir mais confortável.

Como se nada tivesse acontecido

Enquanto esperava respostas e justiça para seu caso, Carla Ayres manteve a mesma estratégia: se blindar. Ela conviveu diariamente, por quase um ano, com o homem que a agarrou. Conseguiu porque fez “um bloqueio mental, de não cumprimentar, de fazer

de conta que ele não estava ali”. Mas é difícil fingir que alguém não existe, ainda mais quando ele se senta à sua frente no plenário. Carla encarava a nuca de Marquinhos durante todas as sessões. Já ele, de costas, não era obrigado a vê-la.

Foi quase um ano de uma violência que ficou repetindo e repetindo. Ela tendo que encarar Marquinhos e o que foi pior para ela: ver todos os colegas, de direita e de esquerda, convivendo com ele como se nada tivesse acontecido, como se ele não tivesse feito nada. Teve que conviver ainda com a falta de entendimento da violência pela qual passou, como se tivesse criado a situação desconfortável em que se encontravam. Alguns colegas fizeram até piada. “Às vezes tem eventos aqui que a gente tira fotos enfileirados. Aí chega um outro parlamentar e ele faz uma piadinha, fala assim: ‘Ah, se eu ficar aqui do teu lado não é assédio, não?’”.

Todo o ocorrido gerou um custo psicológico. “Acho que em algum momento isso ainda vai aparecer na minha saúde mental. A gente é obrigada a se blindar muito das coisas, criar estratégias para sobreviver nesse espaço”. O próprio processo da denúncia na Câmara foi muito exaustivo psicologicamente. A tramitação foi demorada, o depoimento dela foi na frente de Marquinhos, que a agarrou. Carla também precisou explicar questões que já deveriam ser consensos sociais e de civilidade, como, por exemplo, que uma relação amigável com um colega não autoriza que ele a agarre no plenário.

A denúncia na Câmara Municipal foi apresentada em 8 de dezembro de 2022. No dia 13, em uma sessão tumultuada, foi aceita para ser analisada pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, mas logo veio o recesso. Só em fevereiro de 2023 o processo foi analisado e no dia 14 daquele mês foi arquivado. A justificativa era o fato de Marquinhos ser suplente de vereador e ter saído do cargo. Ele estava no exercício do mandato desde janeiro de 2021, pois o titular, Guilherme de Paulo (PSC, quando eleito) se licenciou para ocupar o cargo de Secretário do Continente. Quando Guilherme retornou à Câmara, em 6 de fevereiro de 2023, Marquinhos saiu, motivo pelo qual o Conselho de Ética arquivou o caso.

Passados dois meses, em abril de 2023, Marquinhos retornou mais uma vez à Câmara, quando o titular reassumiu o cargo de Secretário do Continente. Seis dias depois da volta, a denúncia foi desarquivada. Em maio, aconteceram as oitivas; foram dois dias de depoimentos, tanto de Carla quanto de Marquinhos e de suas testemunhas. Foi nesse momento que a vereadora precisou explicar o óbvio. “Eu não estou aqui para ser agarrada por nenhum homem”.

Os principais argumentos da defesa de Marquinhos foram três: que eles mantinham uma relação cordial, o que ele fez foi apenas um abraço para amenizar os ânimos entre os dois e que ele tem votações favoráveis a projetos de lei que beneficiam as mulheres. A primeira argumentação foi a mais explorada nas perguntas do Conselho de Ética, pois a defesa colocou no processo dois vídeos em que Marquinhos e Carla se cumprimentam com abraços e outro em que tiram uma *selfie* juntos.

Ela teve que explicar que a relação que tinham era amigável, como com qualquer outro colega de trabalho. Os momentos dos vídeos mostram apenas cumprimentos recíprocos e ajudam a mostrar a diferença entre ações aceitáveis entre colegas, para uma ação “excessiva e não consensual” que violou seu corpo.

Ela defendeu no Conselho que foi vítima de importunação sexual e que a ação do colega foi violenta. Ao longo das perguntas, seus colegas dão a entender que acham exagerada a acusação de violência política de gênero e importunação sexual que ela apresentou à polícia e que foi veiculada pela imprensa. Até mesmo o vereador Afrânio Boppré (PSOL), colega da bancada de esquerda, disse no depoimento que, apesar de achar lamentável Marquinhos agarrar Carla no plenário, pareceu que a ação estava “tomada por um desejo de pedir desculpas”.

Na entrevista que concedeu para esse livro, Carla falou como mulheres que denunciam violências são muito descredibilizadas. No seu caso, até as imagens da agressão foram desacreditadas. Para Pri Fernandes (PSD), que também testemunhou no caso, o vídeo mostra uma cena mais agressiva do que foi no plenário. Foi ape-

nas um erro, que não teve uma intenção sexual ou de violência. “Ainda mais que a gente conhece o Marquinhos”.

O mesmo discurso foi repetido pelo próprio acusado quando prestou seu depoimento. “A imagem não condiz com o momento que eu e ela vivemos”. Além disso, defendeu que, se Carla não tivesse feito a denúncia contra ele e aceitasse suas desculpas, as coisas seriam mais fáceis. “Se ela não colocasse aquela imagem em pauta, acho que a vida nossa teria sido totalmente diferente”.

O vereador disse ainda que precisava ser avisado que o corpo de uma colega de trabalho não está a sua disposição. “Se ela viesse e falasse para mim ‘não gostei do que tu fizestes e não faça mais isso comigo, não te dou abertura’, seria muito mais louvável da parte dela”. Mesmo dizendo que não houve caráter sexual nos seus atos, falou que abraçar homens é mais fácil. “Tu podes abraçar mais forte, porque é homem e aquilo é normal e, às vezes, a mulher é casada; às vezes, a mulher não vai gostar”.

Além de uma “relação de amizade” e de uma intenção de pedir desculpas, a defesa também apresentou como prova da inocência de Marquinhos ele ter sido a favor da criação da Procuradoria da Mulher, votada naquele dia. Na sua defesa se diz “um parceiro da luta das mulheres por mais espaço na política”. Cita também um pedido que fez, em outubro de 2021, para que as mulheres suplentes ocupassem a cadeira no Legislativo municipal em março, em homenagem ao mês da mulher.

Ainda trouxe em seu favor a “Lei Olga Brasil da Luz”, que ele propôs para a conscientização das mulheres sobre a importância da participação. O nome da legislação homenageia a primeira vereadora eleita em Florianópolis. Louváveis, as propostas não alteram a possibilidade de alguém cometer uma violência de gênero.

Segundo Marquinhos, a motivação para agarrar a colega foi a fala dela na tribuna, em que o repreendia por não prestar atenção na sessão e por interrompê-la. Ele disse que, em quase dois anos de Câmara, nunca tinha se sentido constrangido como naquele dia, porque os colegas vereadores riram dele. Sua in-

tenção teria sido “colocar panos quentes” na situação e não demonstrar poder e agredir simbólica e fisicamente uma colega mulher que feriu seu ego.

Para Carla, a interpretação é justamente ao contrário. Ela pede para imaginar a situação: “você desce de uma tribuna, quando você ousa questionar o vereador que ao longo dos seus 10 minutos regimentais de fala, para discutir um projeto, te interrompe sistematicamente, debocha sistematicamente da sua fala, cria uma algazarra dentro do plenário. Você questiona, pede para ficar quieto e ele não tem a capacidade de subir na tribuna para retrucar, para contra-argumentar, porque nós estamos num parlamento, se *parla*, se argumenta. Não. Ao invés disso, ele me agarra por trás, de costas e imobiliza os meus braços”.

Além disso, Carla é uma mulher lésbica. Fato que, para ela, adiciona uma camada a mais de violência nos atos de Marquinhos. Durante seu depoimento no Conselho de Ética da Câmara ela trouxe isso à tona. “Tenho asco do corpo de um homem sobre mim, por várias questões”.

Destacar a sexualidade de Carla irritou a relatora da denúncia, a vereadora Maryanne Mattos (PL), que disse que o “estado inteiro sabe” da orientação sexual dela e isso nada tem nada a ver com o caso. Mas para Carla, passar pela violência e por toda a burocracia da busca por punição a seu agressor foi justamente por ser uma parlamentar feminista e sapatão.

Toda a tramitação do processo durou sete meses e culminou em um texto sucinto publicado no Diário Oficial de Florianópolis em 16 de agosto de 2023, que diz:

“Declarar advertido publicamente por escrito o Vereador Marcos Leandro Gonçalves da Silva por infração ao art. 6º, I, c, da Lei Complementar n. 722, de 2022 - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Florianópolis.”

Marquinhos foi condenado por quebra de decoro, mas a sua punição foi uma advertência escrita - a mais branda penalidade prevista no regimento da Casa legislativa. O artigo 6, inciso 1º, alínea c, pelo qual o vereador foi punido diz: “perturbar a boa ordem dos trabalhos em Plenário ou nas demais atividades da Câmara Municipal”. Em outras palavras, agarrar e beijar a força uma colega é apenas uma perturbação do trabalho. No parecer que definiu a punição, elaborado por Maryane Mattos (PL), ela classifica a violência cometida pelo vereador como um “deslize” e destaca que “o importante é reconhecer o erro e pedir desculpas”.

“Ele não foi cassado por covardia dos pares”, critica Carla. Ela entende que não cassar o mandato de Marquinhos foi falta de vontade política e conivência com episódios de violência de gênero. Em casos de violência contra a mulher, de racismo, de LGBTQIAfobia, é fácil repudiar casos distantes. Mas quando acontece próximo, quanto mais o agressor é conhecido, “menos os atores próximos agem”.

Não cassar o mandato do colega também selou a situação mais difícil de todo o processo para Carla Ayres: ser submetida a conviver com o seu agressor. Depois de retornar à Câmara em abril de 2023, ele permaneceu como vereador até janeiro de 2024, quando foi embora definitivamente. Foi só quando ela sentiu algum alívio no seu cotidiano nas sessões.

Fora o processo de quebra de decoro na Câmara, ela ainda tinha esperança de uma punição com o processo criminal sobre importunação sexual e violência política de gênero.

Vitórias parciais

Quando um promotor de justiça fica informado de que há um possível crime, ele inicia um procedimento de investigação, chamado de notícia de fato. Isso em casos de crime de ação penal

pública incondicionada, em que o Ministério Público é obrigado a oferecer denúncia, mesmo que a vítima não denuncie. O crime de violência política de gênero faz parte deste tipo de ação.

O Ministério Público Federal tem um grupo de trabalho (GT) especialmente criado para tratar de violência política de gênero, coordenado pela Procuradora Regional da República, Raquel Branquinho. Foi ela quem encaminhou um ofício para o Ministério Público estadual investigar o caso, baseado nas notícias veiculadas pela imprensa.

A partir desta provocação, em janeiro de 2023 o caso de Carla Ayres foi parar na 12^a Promotoria Eleitoral da Capital, sob os cuidados do promotor de justiça Andrey Cunha Amorim. Um mês depois, o promotor encaminhou o processo para a Polícia Civil porque entendeu que esse não era um caso de violência política contra a mulher; não era um crime eleitoral.

Depois de ver o vídeo em que Marquinhos (PSC) agarra Carla (PT), chegou à conclusão que “inexistiu por parte do agressor a finalidade de impedir ou de dificultar o desempenho do mandato eletivo da vereadora”. O entendimento dele, portanto, é de que um colega de trabalho agarrar e beijar uma parlamentar mulher, após ela utilizar a tribuna para uma fala que não o agradou, é um tipo de violência que não dificulta o exercício do mandato.

Ainda segundo o promotor, também não seria um crime eleitoral; seria um caso de importunação sexual, previsto no 215-A do Código Penal, que diz: “Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro”. Portanto, esse processo deveria ser tratado por uma promotoria não-especializada e pela Justiça Comum. Com essas justificativas, o promotor descartou a possibilidade de o caso, do ponto de vista judicial, ser uma violência política de gênero.

O caso foi designado para outra promotoria de justiça, onde descobriram já haver uma investigação na Polícia Civil, em função do Boletim de Ocorrência que Carla Ayres havia registrado. Esse inquérito investigou o crime de importunação sexual e chegou à

conclusão de que não houve teor sexual nos atos de Marquinhos. A delegada teve o entendimento de que aquele episódio se tratava, realmente, de violência política de gênero e indiciou Marquinhos por assédio contra mulher eleita.

O processo foi enviado para a Justiça Eleitoral, o que fez o caso retornar para o Ministério Público, pois só o promotor de justiça pode iniciar a denúncia nos Tribunais de Justiça. Ele ignorou a conclusão da Polícia Civil, manteve o mesmo entendimento e pediu novamente o arquivamento do processo. Também argumentou que a Polícia Civil não tem atuação em casos de crime eleitoral e não poderia encaminhar o inquérito diretamente para a Justiça Eleitoral. No desenho judicial, quem deve investigar crimes eleitorais é a Polícia Federal.

O processo criminal teve idas e vindas, com vários órgãos envolvidos no caso e não houve nenhuma punição para Marquinhos. O promotor reconhece que as ações dele foram “reprováveis sob o ponto de vista moral, assim como foram assediosas”. Também reconhece que Marquinhos somente agarrou Carla só porque ela é mulher. Mesmo assim, o promotor não viu “vontade em prejudicar o exercício do mandato eletivo”.

Em fevereiro de 2024, os advogados de Carla Ayres pediram a revisão do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público, de acordo com o julgamento com perspectiva de gênero. O recurso ainda está em tramitação e o processo, então, sem desfecho definitivo. Mas a conclusão final não parece promissora para Carla. Foi mais uma instância em que considera não ter tido resposta adequada para seu caso.

A partir de sua experiência e de outras, como a ameaça que sofreu junto com outras parlamentares, no contexto de cassação da vereadora de São Miguel do Oeste, Maria Tereza Capra, a vereadora Carla Ayres considera que a lei de violência política de gênero não tem uma aplicação efetiva. Embora haja a lei federal de violência política de gênero, não existe o desenho institucional das competências para agir sobre ela. “As insti-

tuições não dão respostas, não sabem o que fazer, não há um protocolo, não há uma regulamentação”.

No entanto, ela teve uma vitória. Conseguiu uma condenação de Marquinhos na esfera cível. Além dos processos já citados, na Câmara Municipal e denúncia de violência política de gênero, Carla Ayres também processou Marquinhos por danos morais. Ela considera a sentença do caso, dada pelo juiz Luiz Cláudio Broering “muito excepcional, no sentido de várias coisas que a gente luta e fala, sobre consentimento e sobre civilidade no âmbito político”.

Após uma série de negativas das instituições públicas, foi uma vitória ler: “Divergências políticas se resolvem com conversas, e não com represálias físicas, na tentativa de conter os ânimos de pessoa que, com a palavra na sessão, apenas se expressou de maneira um pouco mais enfática”.

O juiz também deu à atitude de Marquinhos o seu devido nome: um ato de violência. “Apesar de ter sido afastada, na Comissão Processante da Câmara de Vereadores de Florianópolis, a acusação contra o réu de prática de assédio sexual e de violência política de gênero, o ato por ele praticado contra a autora foi, sim, violento e desrespeitoso”. Marquinhos decidiu não recorrer da decisão. Apenas pagou a multa de 15 mil reais e o processo foi encerrado.

Essa foi a única condenação ocorrida em todos os casos de violência contra parlamentares catarinenses retratados neste trabalho. No entanto, foi na esfera civil. Foi reconhecido que o comportamento de Marquinhos feriu a moral e a imagem da vereadora Carla Ayres, mas não foi reconhecido que feriu sua integridade física, seu direito ao corpo e ao livre exercício político. Isso só seria reconhecido se Marquinhos tivesse sido condenado por violência política de gênero ou importunação sexual.

Mas, mesmo que parcial, uma vitória é uma vitória. O alívio de Carla vem daí: “essa é uma resposta a todas nós” .

Capítulo VII

“Alguém tem que aguentar”

A primeira, a única. Esses adjetivos sempre aparecem ao falar de mulheres na política. Com Giovana Mondardo não é diferente. Aos 27 anos, em 2020, tornou-se a mais jovem vereadora eleita na história de Criciúma, Sul de Santa Catarina. Aquela foi a sua primeira eleição e ela conquistou o posto de segunda mais bem votada na cidade, com 2.430 votos. Também foi a única vereadora eleita no estado pelo seu partido, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Com isso, tornou-se a única vereadora de oposição da Câmara Municipal. Mesmo com seu pioneirismo e todo o sucesso eleitoral, Giovana passou por inúmeras violências políticas de gênero que poderiam ter acabado com o seu mandato e com a sua vida.

A campanha em 2020 foi marcadamente online, por conta das medidas de isolamento social causadas pela pandemia de Covid-19. Para engajar os apoiadores, as atividades por videoconferências foram muito usadas na campanha de Giovana. Em 30 de julho de 2020, em uma reunião virtual chamada “Fala Criciúma”, ela discutia propostas sobre educação quando um homem sem camiseta e com o rosto coberto interrompeu a atividade fazendo uma dança de conotação sexual. Por alguns instantes todos ficam sem entender o que está acontecendo. Um dos participantes da reunião pergunta o que está acontecendo e ela responde “é os

caras”. Ela já sabia que eram grupos de bolsonaristas, que a estavam perseguindo virtualmente.

Ela expôs o episódio no seu perfil do X, antigo Twitter, o que a fez estampar o El País Brasil com a manchete “Sequestro machista de videoconferências tenta calar as mulheres na política brasileira”. A matéria escrita por Isadora Rupp e publicada em 19 agosto de 2020³ mostra que esses ataques foram muito usados contra candidatas feministas e eventos acadêmicos sobre gênero.

Ainda aconteceu mais uma vez com Giovana, em 3 de novembro de 2020, já na reta final da campanha. Um grupo de homens entrou na reunião do Google Meet, que discutia a importância dos jovens que iam votar pela primeira vez. Eles tocavam música e falavam: “vamos fechar essa porra. Vamos passar a noite inteira perturbando”. Além de impedirem que a atividade continuasse, a chamaram de “puta” e “vagabunda”.

Esses episódios foram apenas algumas das tentativas de acabar com sua campanha e com seu mandato. Aconteceram outras inúmeras violências. Ela recebeu várias ofensas em grupos do WhatsApp, sempre a desqualificando por ser mulher. Foi chamada de “cone”, “fraquinha”, disseram que nunca iria se eleger e que ela era o “poste do Douglas Mattos”, presidente estadual do PCdoB, que foi vereador em Criciúma por cinco mandatos. Ela também recebeu no seu perfil do Instagram vídeos pornográficos.

No dia das eleições de 2020, 15 de novembro, Giovana não conseguiu comemorar sua vitória. Começou a circular nas redes sociais uma “informação” de que Giovana tinha “acobergado um estupro”. A acusação foi feita pelas redes sociais do então candidato a vereador pelo PDT, Andriw Loch. A tentativa era atingir sua imagem na sua principal pauta: a proteção das mulheres contra violência. O boato não surtiu muito efei-

3. Disponível em: brasil.elpais.com/brasil/2020-08-19/sequestro-machista-de-videoconferencias-tenta-calar-as-mulheres-na-politica-brasileira.html

to, Giovana foi eleita e Andriw não, mas a repercussão durou muito mais tempo.

A notícia falsa voltou a circular novamente em fevereiro de 2021, logo depois que ela assumiu o cargo de vereadora. Uma matéria foi publicada em um *blog* político influente na região, de André Roldão, com a manchete “Giovana Mondardo protege estuproador”. A postagem foi compartilhada no perfil do Instagram da deputada federal de Santa Catarina, Júlia Zanatta (PL), que comentou: “Então a comunista feminista abafou um estupro porque lhe era conveniente?”.

A vereadora teve que vir a público para poder explicar a situação. Em 2015, Giovana cursava odontologia na Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina (Unesc) e fazia parte de um coletivo feminista. Por conta dessa atuação, ela foi procurada por uma colega que relatou um assédio sexual. A colega foi acolhida, no entanto, nunca quis denunciar o caso à polícia.

A vítima deu autorização para Giovana divulgar áudios, sem identificá-la, em que explica o caso. As mensagens foram enviadas originalmente a Andriw Loch, que divulgou o caso e era amigo dessa mulher. “Eu lembro bem quem estava do meu lado e não foram as pessoas que te contaram a história. Foi a Gi. Que surpresa, né? Mas foi. Não teria ninguém que me pararia caso eu quisesse ter levado a história adiante. E eu nunca quis levar a história adiante”, disse a vítima. Além de atingir a reputação da vereadora, o caso a fez reviver publicamente o abuso. Nos áudios, disse que a dor que passou por terem divulgado sua história sem autorização para atacar Giovana foi muito maior do que o próprio assédio.

Giovana processou André Roldão por publicar a notícia falsa. O processo ainda aguarda sentença, mas desde dezembro de 2021 ele foi obrigado a retirar o conteúdo mentiroso e proibido de fazer novas publicações sobre ela enquanto o processo não tem desfecho. A vereadora também processou Júlia Zanatta por difamação, ao compartilhar a desinformação e dizer que ela abafou um crime grave, como estupro. No entanto, a juíza entendeu

que a deputada não feriu a honra ou imagem de Giovana e não levou o processo adiante.

Esse não foi o único crime que atribuíram falsamente a ela. No dia 1º de fevereiro de 2021, Giovana participou da primeira sessão legislativa de sua vida como vereadora. Coincidentemente, era também seu aniversário. Não pôde fazer comemorações por conta da pandemia, mas saiu à noite para comer um lanche. Quando estava indo embora da lanchonete, esbarrou o carro em uma bicicleta. O pequeno acidente, no dia seguinte, virou uma manchete em um *blog* dizendo que ela havia atropelado um ciclista.

A notícia falsa circulou tanto e ficou tão atrelada a ela que nem familiares acreditavam quando dizia que não havia atropelado ninguém. O deputado estadual Jessé Lopes (PL) utilizou a tribuna da Assembleia Legislativa de Santa Catarina para dizer que a vereadora estava embriagada ao volante e compartilhar os dados do carro dela. Ele divulgou a placa e o número do Renavam (Registro Nacional de Veículos Automotores), que é de uso apenas dos órgãos de trânsito e da polícia.

Giovana diz que, ainda hoje, muitos políticos de direita a atacam para crescer politicamente. “Eu sou a única vereadora de esquerda da cidade, então isso acaba virando um mote; para muita gente é bater em comunista e acabou”. Considera que todas as notícias falsas foram uma tentativa de assassinato de reputação, que não funcionou, mas a abalou muito psicologicamente. Além das notícias falsas, ela já recebeu ameaças de morte e estupro e ainda passou por um assédio moral e sexual.

“Poderia ter acabado com a minha vida”

Depois das eleições de 2020 e antes de assumir o cargo de vereadora, Giovana Mondardo foi conversar com um colega vereador em seu gabinete. Ela imaginava que ele seria seu aliado político

na Câmara Municipal. Foi nesse dia que sofreu a pior das agressões. Ela diz ter sido humilhada, diminuída e ter sua capacidade questionada de “todas as formas imagináveis e inimagináveis”. Ouviu frases como: “Você não vai chegar na unha do pé do que eu sou como político”, “você não vai ser ninguém, vai ter um mandato e vai ser esquecida”. As frases de cunho sexual foram explícitas: “Quando a gente olha para ti só quer uma coisa... Você é gostosa mesmo”, “você vai me ligar de madrugada pedindo para tomar um vinho e eu vou”.

Além disso, ele disse o que a nova vereadora deveria fazer. Deveria trabalhar como ele quisesse, se não poderia “acabar” com a vida dela. Uma das coisas que ela deveria fazer era abrir mão de um assessor parlamentar, já que cada vereador de Criciúma tem direito a dois. “Ele queria me dirigir”, diz Giovana. Foram duas horas sendo humilhada. Giovana não conseguiu fazer nada. Travou. Talvez pelo inesperado ou por não acreditar no que estava ouvindo. Ainda hoje não sabe dizer por que ficou tão sem reação. Reflete que as mulheres têm de estar sempre vigilantes, senão, quando se percebe, está novamente dentro de outra violência.

Aquele episódio gerou muito sofrimento. Teve um sentimento de culpa por ter passado pela violência e mais culpa por não ter denunciado. Giovana sofreu o assédio em um momento de muitas mudanças na sua vida, causadas pela sua eleição e por todas as notícias falsas que já haviam sido criadas sobre ela. Sua vida já estava de cabeça para baixo, o que fez a violência ter ainda mais impacto na sua saúde mental.

De todas as violências políticas de gênero sofridas, o assédio foi a mais grave e a única que Giovana não denunciou. O agressor disse que se suicidaria se isso viesse a público. Mesmo sabendo que foi uma estratégia para que ela não denunciasse, a ameaça teve peso no seu silêncio. “Eu me culpei tanto e eu sofri tanto porque eu me sentia indo contra tudo que eu defendo, sendo contraditória. Me sentia: será que eu posso falar sobre isso agora? Será que tenho direito de falar sobre isso, sendo que eu não denunciei?”, diz a vereadora.

O fato de não ter denunciado é o motivo pelo qual o nome do agressor e detalhes que possam identificá-lo não serão citados aqui. É necessário denunciar e tratar a violência contra as mulheres, principalmente sexual, como um problema a ser combatido pela sociedade e pelo Estado. No entanto, não passar por todo o sistema judiciário contando e recontando violências para tentar provar o que sofreu, também é um direito da vítima. Não denunciar uma violência também não significa que ela não aconteceu. Quem a sofreu tem direito sobre a sua história, como quer tratá-la, como e para quem contá-la.

Passado o tempo ficou mais fácil falar, mas, recém chegada na política, Giovana teve medo. Teve medo de ficar marcada, rotulada, se inviabilizar politicamente, ser desacreditada ou acusada de inventar acusações para se promover. “Como eu vou subir na Câmara, na minha primeira intervenção, falar que eu fui assediada?”. Ela acredita que não tinha maturidade o suficiente para lidar com todas as implicações que a denúncia traria para sua vida pessoal e política. Mesmo com o tempo, o episódio continuou traumático, porque continuou convivendo com o agressor na Câmara até o fim de 2024. Ela o evita, mas sempre que o vê tem “um nojo, um asco, um horror”.

Mesmo sem denunciar o caso, foi muito isolada e rechaçada no início de seu mandato. Sentia-se completamente sozinha. “Ninguém queria conversar comigo, ninguém queria ouvir o que eu tinha para dizer. Não importava se eu tinha respaldo científico ou estatístico. Não interessava o que eu falava. Eu era completamente atropelada”. Também descobriu que os colegas a apelidavam nas reuniões da base do governo, da qual não participava por ser opositora. Chamavam-na de “patricinha” e “peppa pig”.

Outra decepção que teve foi com as vereadoras. Ela tinha duas outras colegas, que foram eleitas para a mesma legislatura. “Nunca recebi nenhum tipo de solidariedade das minhas colegas vereadoras. A serviço de quem as mulheres estão na política? Aliás, a serviço do machismo que muitas mulheres estão na política. Isso, para mim, rasga o peito. Ao mesmo tempo que eu

me sentia sozinha e não esperava nada de ninguém, um tapinha nas costas de uma colega vereadora acho que esperei, inconscientemente. E nunca tive.”

Tudo isso tornou os primeiros seis meses do mandato de Giovana os mais “avassaladores” da sua vida. Diariamente ela se perguntava: “O que eu fiz na minha vida? Que escolha foi essa?” Dentista de formação, com mestrado em saúde pública, queria seguir a carreira acadêmica e se perguntava porque abandonou tudo para entrar para a política. Foi em nome de um projeto de representação das mulheres, das pessoas LGBTQIAPN+ e das pautas de esquerda, mas tanta violência a fizeram questionar a escolha feita.

Para entender melhor as consequências da violência política de gênero para Giovana, nas palavras dela, um trecho de sua entrevista foi editado e está transcrito abaixo.

“Hoje eu consigo falar sobre isso com mais maturidade, podendo olhar o que foi aquilo. Como se eu estivesse de fora da ilha olhando para ela. No meio do processo ninguém sabia que eu estava mal, ninguém sabia que eu estava arrasada, que eu tinha entrado numa depressão profunda. Eu já fazia terapia há tempos, fazia análise há bastante tempo, mas ninguém sabia que eu estava precisando fazer uso de medicamento controlado, o que eu nunca tinha tido necessidade antes. Nunca tinha tido uma depressão a esse ponto. Tive crise de ansiedade, crise de pânico, e para fora eu era dura, dura, dura, dura, dura, dura... Ninguém sabia, com exceção da turma que ficava ao meu redor ou que trabalhava comigo. Ninguém sabia o inferno que eu vivia sozinha. Aquilo foi avassalador, de ter ideia suicida, sabe?

A violência política podia ter acabado com a minha vida. Podia mesmo e foi por muito pouco que não acabou. Porque imagina: você ter uma história de movimento social, de abnegação para as coisas, de voluntariado, de ações sociais, ter uma história na saúde pública, como eu tinha, e aí quando decide disputar as eleições e quando entra no mandato, a pri-

meira coisa que fazem é tentar assassinar a tua reputação, assassinar todo o seu legado. O que te levou até ali não serve para mais nada, porque tu não é idônea, tu não é impecável, tu não é como o sistema gostaria que tu fosse.

Eu vivi uma crise de identidade também, porque no meio desse processo de violência, eu tinha uma coisa assim: ‘Meu Deus, esse lugar aqui não é para mim, eu tenho que me portar diferente, eu tenho que me vestir diferente’. Porque eu já estava fragilizada psicologicamente.

Hoje, de vez em quando eu escuto alguém falar: ‘você está andando com segurança, não está andando sozinha, né?’ Daí, eu paro para pensar: ‘será que é tudo isso? Será que é para tanto?’. Eu me percebo chegando tarde da noite de agendas e quando vou entrar na garagem fico olhando para os lados, para ver se não vai entrar ninguém. Quando eu vou no carro e vejo que deixei o carro aberto sem querer, antes de entrar eu abro as portas todas, olho o porta-malas. Eu estou verbalizando isso pela primeira vez, porque são coisas que já viraram rotina. É muito perigoso que ser mulher na política seja assim.

Em resumo, a violência política não impactou só meu mandato; impactou minha vida e impactou num nível que eu podia ter morrido. Eu tinha uma tristeza profunda comigo. Pensava: o que eu fui fazer? Isso é muito ruim. Porque é tanto processo para chegar até ali. Você vence as eleições, é a segunda mais votada da cidade e mesmo assim você se pergunta: ‘O que eu fui fazer?’ ‘Se eu tivesse tomado outro rumo, como seria minha vida?’ Isso é muito duro.

Ao mesmo tempo as pessoas falam, em qualquer lugar que me encontram: ‘não sei como tu aguenta’. Eu respondo: ‘eu também não sei’. Mas a verdade é que alguém tem que aguentar. Alguém tem que aguentar para que outras possam ocupar esse lugar, em alguns anos, sem precisar passar por nada disso.”

Mesmo com todas as violências que denunciou, Giovana diz que muitas situações vividas nos bastidores da política não podem ser denunciadas. Se for denunciar todas as violências que sofre na política, diz, não se sobrevive. Ela também entende que sua experiência não é individual. Afetou-a de forma singular, mas todas as mulheres na política ou sofreram ou ainda vão sofrer violência.

Para ela, a violência política de gênero é efeito da sociedade. Se o machismo e o patriarcado não forem superados, a violência política de gênero também não será. Por isso, continua lutando para a transformação das relações sociais, para diminuir a violência contra as mulheres e também a violência política.

Mas não acabou

A violência política de gênero poderia ter acabado com a vida de Giovana Mondardo, mas não acabou. Também não conseguiu acabar com seu mandato. Mesmo sendo a única vereadora de oposição e a mais jovem já eleita, ela finalizou seus quatro anos na Câmara Municipal de Criciúma com 30 leis aprovadas. Muitas delas são relacionadas ao combate à violência e discriminação de mulheres e de pessoas negras.

Ela conseguiu a instituição do Fórum Permanente de Integração de Políticas de Combate ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial, para fomentar políticas de combate ao racismo e centralizar as ações já existentes dos órgãos públicos e organizações da sociedade civil. Também criou o Fórum de Integração de Políticas para as Mulheres, com o mesmo objetivo, voltado para a questão de gênero.

Aprovou a Política de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Intrafamiliar, que, entre outras coisas, cria grupos reflexivos de homens autores de violência. Criou o Mapa do Enfrentamento a Violências contra a Mulher em Criciúma, que determina a pu-

blicação no Portal de Transparência de dados estatísticos sobre violência contra as mulheres e sobre a execução de políticas públicas para mulheres em situação de vulnerabilidade.

Estabeleceu que a violência obstétrica é uma das expressões da violência contra a mulher em Criciúma e aprovou permissão para que gestantes tenham doulas acompanhando o parto. Criou a política pública Menstruação Sem Tabu, para conscientização sobre a menstruação e a distribuição de absorventes higiênicos nas escolas, abrigos e unidades de saúde e assistência social.

Além disso, proibiu a nomeação para conselhos municipais de pessoas condenadas por crimes de injúria racial, violência doméstica, racismo, homofobia, violência doméstica e violação de direitos de crianças, adolescentes, idosos ou pessoas com deficiência.

Apesar da aprovação, as leis não vêm sendo implementadas pelo executivo municipal. Giovana considera que a fiscalização e cobrança da efetivação das legislações são centrais para sua atuação política. Todas as legislações são vitórias tangíveis, concretas, mas a vereadora também considera muito importante outras conquistas. Uma delas é ter retomado a Parada LGBTQIAPN+ no município.

Em 2021, o então prefeito de Criciúma, Clésio Salvaro (PSD), demitiu um professor que exibiu o clipe “Etérea”, do cantor Criolo, para uma turma de 9º ano. O vídeo tem temática de diversidade e respeito às diferenças, que o prefeito disse ser “erotizado” e que não iria permitir “viadagem na sala de aula”. Em resposta a essa homofobia, o mandato de Giovana organizou uma nova edição da Parada, que há anos não era realizada na cidade. Ela, que é bissexual, celebra essa retomada como uma construção de grupo. O evento tem acontecido anualmente desde aquele ano e está sendo considerado a maior mobilização de rua da região sul de Santa Catarina.

A violência não conseguiu acabar com a vida de Giovana Mondardo, nem com o seu mandato e nem impedir que em 2024 fosse a vereadora mais bem votada da cidade. Foi reeleita com 3.481

votos. Foi chamada pelo site de notícias HN de “furacão Giovana”. No R7 foi intitulada de “nova estrela da política de Criciúma”. Nas eleições de 2024, ela também conseguiu comemorar a vitória. Discursou para seus apoiadores em frente ao seu diretório, soltou sinalizadores de fumaça, dançou e bebeu sua cerveja.

Ao refletir sobre todos os episódios de violência, ela tenta ver o copo meio cheio. Diz que conseguiu “virar o jogo”, se restabeleceu e ao redor do mandato formou-se uma rede de apoio e de proteção para ela. Isso fez com que se sentisse muito mais “safa” e “esperta com as coisas” nas eleições de 2024. “Estou leve. Eu brinco que agora vão ter que se esforçar muito para me tirar do sério”, conta.

A Câmara Municipal de Criciúma passou de duas mulheres eleitas em 2020 para quatro em 2024. Mas Giovana continua sendo a única feminista e comprometida com os direitos das mulheres, pessoas negras e LGBTQIAPN+.

Capítulo VIII

Vanguarda e atraso

O direito ao voto das mulheres foi reconhecido no Brasil em 1932 durante o governo de Getúlio Vargas. A eleição seguinte, em 1934, foi a primeira em que as mulheres puderam votar e ser votadas, mesmo o voto sendo facultativo. Foi neste ano que Antonieta de Barros, mulher negra, concorreu ao cargo de deputada estadual em Santa Catarina, pelo Partido Liberal Catarinense (PLC). Ela ficou na primeira suplência da chapa e foi convocada ao cargo quando o candidato eleito, Leônidas Coelho de Souza, não tomou posse. Antonieta assumiu o cargo na primeira Legislatura do parlamento catarinense, de 1934 a 1937, tornando-se a primeira mulher negra a conquistar um mandato de deputada em todo o Brasil.

Segundo a página Memória Política, mantida pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc), ela foi constituinte do estado em 1935. Foi a responsável por escrever os capítulos da Constituição estadual sobre Educação e Cultura e sobre o Funcionalismo. Em 19 de julho de 1937, Antonieta também presidiu uma sessão da Assembleia Legislativa e se tornou a primeira mulher a assumir a presidência de uma casa legislativa estadual no Brasil.

Em novembro de 1937, com a instalação da ditadura do Estado Novo, de Getúlio Vargas, o mandato de Antonieta foi interrompido. A legislatura foi dissolvida e a Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) foi fechada até 1947. Após a queda do regime, ela concorreu novamente à deputada estadual, dessa vez

pelo Partido Social Democrático (PSD). Recebeu 2.092 votos e ficou na segunda suplência. Foi novamente convocada e ocupou o cargo de 1948 até 1951.

Passaram-se 72 anos até que outra mulher negra ocupasse a tribuna do Palácio Barriga Verde, sede do legislativo em Santa Catarina. Vanessa da Rosa (PT) assumiu uma cadeira na Alesc em 19 de outubro de 2023 e permaneceu no cargo durante 33 dias, até 20 de novembro, dia da Consciência Negra. Ela foi convocada porque o titular da chapa, Padre Pedro Baldissera, se licenciou.

A licença, na verdade, faz parte de uma prática comum em partidos de esquerda, chamada de rodízio. O titular afasta-se para que os suplentes possam ter chance de vivenciar a rotina legislativa por um período, manter-se presentes no debate público e ganhar visibilidade para suas pautas. No caso de Vanessa da Rosa, para chamar atenção às causas raciais.

Antes dela, um homem negro já havia ocupado o mandato de deputado estadual, também em período de suplência. Sandro Silva (Partido Popular Socialista, atual Cidadania) concorreu nas eleições de 2010 e ficou na posição de primeiro suplente de seu partido. Ele exerceu o mandato em períodos em que o titular, Altair Guidi, se licenciou. Foram três momentos diferentes em 2012, 2013 e 2014.

Depois de Antonieta, nenhuma outra pessoa negra foi eleita ou assumiu um mandato inteiro como deputado estadual em Santa Catarina. Mesmo que, segundo o Censo de 2022, cerca de 23% da população do estado seja negra, sendo 19% parda e 4% preta.

Nos últimos anos, a memória de Antonieta de Barros vem sendo retomada como uma figura importante para o movimento negro e para a política brasileira e catarinense. Em janeiro de 2023, a deputada foi incluída no Livro de Heróis e Heroínas da Pátria. O projeto de lei para a inserção foi autoria do deputado federal Alessandro Molon (PSB-RJ), e foi assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em conjunto com as ministras da Cultura, Margareth Menezes, e da Igualdade Racial, Anielle Franco, ambas mulheres negras.

Pelo grande simbolismo de sua trajetória, a deputada também dá nome a muitas coisas em Florianópolis. Como o túnel que liga o centro à parte leste da cidade, a Medalha Antonieta de Barros e o auditório Antonieta de Barros. As duas últimas iniciativas exaltam a participação política de pessoas negras e mulheres no estado, mas nos últimos anos também estão ligadas a uma tentativa da extrema-direita, contrária a direitos das mulheres, em se apoderar de seu legado.

A medalha Antonieta de Barros é concedida desde 1997 pela Câmara Municipal de Florianópolis. Homenageia mulheres que tenham se destacado nas áreas cultural, política, desportiva, empresarial, de prestação de serviços ou ação social. A honraria é entregue anualmente em uma sessão solene na semana do Dia Internacional da Mulher. Em 16 de março de 2023, por iniciativa da vereadora Maryanne Mattos (Partido Liberal), a medalha foi dada para as deputadas antifeministas e bolsonaristas, Ana Campagnolo e Caroline de Toni. Eleitas pelo PL, mesmo partido de Maryanne, Ana Campagnolo é deputada estadual e Caroline de Toni é deputada federal.

A entrega foi contestada pela própria família da deputada estadual, segundo reportagem publicada em 16 de março de 2023 no G1, escrita por Joana Caldas⁴. A matéria traz declaração de Flávio Soares de Barros, sobrinho-neto de Antonieta, que diz que conceder a medalha para as deputadas antifeministas “desrespeita a memória e a luta de Antonieta de Barros. Em nenhum momento a atuação dessas deputadas se aproxima das lutas e ideais de Antonieta. Conceder essa honraria a duas pessoas que atuam em direção oposta aos valores defendidos por Antonieta é meramente uma disputa política”. A premiação também foi criticada por organizações feministas, como o Coletivo de Mu-

4. Disponível em: g1.globo.com/sc/santa-atarina/noticia/2023/03/16/ve-readores-aprovam-medalha-antonieta-de-barros-para-deputada-anti-feminista-de-sc-mesmo-apos-familia-contestar.ghtml

Iheres Negras de SC. Mesmo assim as medalhas foram entregues pela Câmara Municipal de Florianópolis.

A cerca de um quilômetro de distância da Câmara Municipal fica a sede do legislativo estadual de Santa Catarina, a Alesc. É onde fica localizado o auditório Antonieta de Barros. O espaço possui 420 lugares e é onde se realizam diversas audiências públicas, atos parlamentares solenes, congressos, fóruns e seminários. Foi batizado pela resolução número 15 de 2006⁵, por um projeto assinado pelos líderes de todos os partidos da Casa, e a publicação aconteceu em 20 de novembro, dia da Consciência Negra.

Passados 18 anos dessa homenagem, em 8 de março de 2024, o auditório com o nome da primeira deputada negra foi palco de um ataque aos direitos das mulheres. Ana Campagnolo (PL) realizou ali o primeiro Congresso Antifeminista de Santa Catarina. O evento foi organizado com o objetivo de atacar os movimentos feministas e disseminar a ideologia que a deputada prega: que as mulheres devem ser submissas aos seus maridos e cumprir o papel que estaria naturalmente destinado a elas - ser heterossexual, mãe, cristã e conservadora.

A descrição do evento feita aqui é baseada na gravação do Congresso, que foi acessada por um pedido de acesso à informação. Eventos do tipo são transmitidos ao vivo e disponíveis no YouTube da Alesc, mas a diretoria de comunicação do órgão decidiu não transmitir e não disponibilizar a gravação. Isso para que não fosse associado a um evento institucional e demarcar que foi uma iniciativa da deputada.

As palestrantes do congresso foram Cris Correa, Pietra Bertolazzi e Patricia Silva. Cris Correia é uma das “influencers antifeministas” que se proliferam pelas redes sociais e nos podcasts. Ela deu a palestra “não existe feminista cristã”, na qual defendeu que a bíblia é a única obra necessária para pautar a vida pessoal e social das mulheres. Para ela, refletir sobre a condição das

5. Disponível em: leis.alesc.sc.gov.br/html/resolucao/2006/015_2006.html

mulheres na sociedade não seria compatível com o cristianismo, pois seria a criação de uma “teologia”.

A América Latina tem uma tradição histórica de cristianismo ligado aos movimentos sociais e ao feminismo. No Brasil existem grupos ativos como o Católicas pelo Direito de Decidir e Mulheres Evangélicas pela Igualdade de Gênero. Para a influencer Cris Corrêa, no entanto, feministas cristãs são “filhas de Eva que continuam preferindo ouvir as propostas da serpente ao invés de obedecerem às ordens do Criador”. Chegou a falar também que “toda a feminista convicta do seu feminismo, é por essência anticristo”. Esse tipo de retórica justifica violências contra mulheres feministas ou qualquer uma que não se enquadre nessa visão limitada sobre a existência das mulheres.

Pietra Bertolazzi é ex-comentarista da rádio Jovem Pan e prega a “modéstia”. Sua palestra foi sobre como o sexo sem finalidade reprodutiva gera “doenças mentais” nas mulheres, e só nas mulheres. De acordo com ela, “essa perversão do instinto materno, porque ser mãe é algo natural da mulher, gera toda essa dilaceração moral, psicológica e em todos os aspectos, fazendo com que a mulher vire feminista, se torne uma pessoa mentalmente fraca”. Além disso, defendeu que “ter um ato sexual fora do casamento é tão grave quanto matar alguém” e que “o pecado sempre começa na mulher, e a mulher convence o homem a pecar”.

Já Patricia Silva contestou a participação dos movimentos feministas no acesso das mulheres ao mercado de trabalho. Ela é uma mulher negra e se dedica a criticar discussões do movimento negro brasileiro e o pensamento de feministas negras. Para ela, são “grupos identitários com mentalidade de vitimização” e de “ideologia *woke*”. É doutora em educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), experiência que descreveu, de maneira pejorativa, como “cercada de macumbeiros, progressistas e feministas, por todos os lados”. De forma contraditória, ela reconhece que a população negra está submetida à pobreza e à desigualdade no país, mas diz que é algo a ser resolvido de uma forma individual, através da meritocracia.

No entanto, o mais interessante de todo o evento é a análise que Cris Corrêa faz. “Há dez anos atrás era inimaginável que estaríamos em uma casa pública cheia de pessoas interessadas em ouvir o que nós temos a dizer em relação ao movimento feminista”. “Muito disso é mérito da Ana”, diz ela. Ana Campagnolo, assim como as convidadas, têm utilizado as redes sociais e, no caso da parlamentar, a estrutura de um órgão público, para normalizar um discurso de fundamentalismo religioso e contrário aos direitos das mulheres.

A deputada catarinense é uma das alunas mais destacadas do falecido Olavo de Carvalho, o “guru ideológico” da família Bolsonaro, aplicando sua agenda de extrema-direita em Santa Catarina. Além de atuar contra os direitos das mulheres, também é contra os direitos das pessoas LGBTQIAPN+. Por conta dessa agenda, em 2022, foi eleita para seu segundo mandato como a deputada estadual mais votada na história de Santa Catarina, com 196.571 votos. A segunda colocada na mesma eleição foi Luciane Carmignatti (PT), que teve 92.478 votos, mais de 100 mil a menos.

Essas mulheres atuam de forma muito parecida, em um projeto ideológico de divulgar conservadorismo, fundamentalismo religioso e ataques aos direitos das mulheres e pessoas LGBTQIAPN+. Ana Campagnolo e suas discípulas se utilizam de estratégias típicas de marketing digital - participando de podcasts, fazendo cortes para as redes sociais e vendendo cursos e aulas. Isso faz com que ganhem notoriedade, sejam reconhecidas como autoridades pelos seus seguidores e ajudem a radicalizar ideologicamente mais mulheres.

Elas têm conseguido atingir mulheres com mandato e eleger mulheres conservadoras. Assistiram ao Congresso vereadoras de várias cidades de Santa Catarina, como Florianópolis, Meleiro, Itapoá, Benedito Novo, São Miguel do Oeste e Bombinhas. Além de duas secretarias do governo do estado e a deputada federal de Santa Catarina, Júlia Zanatta (PL).

Além disso, tornam suas ações também um projeto financeiro. Para fazer o curso de Cris Corrêa, chamado “Não existe feminista cristã”, o preço é de apenas 19,99 reais. Custa o mesmo valor acessar algum dos vários cursos da própria Ana Campagnolo. Cursos e mentorias com Patrícia Silva estão disponíveis por 34,99 por mês. Já no caso de Pietra, o valor é mais salgado. Ela organiza o “Clube raízes da verdade”, que ensina mulheres a encontrarem “propósito, ordem e verdade em sua vida”. A assinatura custa a bagatela de 597 reais, que podem ser parcelado em até 12 vezes. Juntar-se ao clube dá acesso a vários benefícios, como uma “mentoria exclusiva ao vivo sobre moda e modéstia” e a “sequência de aulas ‘saúde *redpill*’”.

O auditório Antonieta de Barros foi propositalmente escolhido por Ana Campagnolo para o Congresso Antifeminista. No evento, ela se comparou a Antonieta e acusou as feministas de terem “se apropriado” da imagem da primeira deputada negra, pois Antonieta não se dizia feminista. Em 2023, Ana Campagnolo também já havia feito no mesmo local um encontro anti-aborto, chamado “Escolhe, pois, a vida”. Nesse evento ela falou sobre a “CPI do Aborto” - a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) aberta para investigar o aborto realizado em uma menina de 11 anos vítima de estupro. A menina conseguiu o procedimento depois de ter sido impedida de acessar seu direito pela juíza Joana Ribeiro Zimmer, que, em audiência, perguntou se ela “suportaria ficar mais um pouquinho?”. O caso foi divulgado pelo Portal Catarinas e o The Intercept⁵, e como gerou repercussão nacional, a menina conseguiu acessar o procedimento. Então, a deputada abriu a CPI como represália às jornalistas que divulgaram a situação.

Ana Campagnolo já utilizou a estrutura do Parlamento de Santa Catarina diversas outras vezes para propagar fundamentalismo religioso e ataque aos direitos das mulheres. Ela lançou

5. Disponível em: [catarinas.info/video-em-audiencia-juiza-de-sc-induz-menina-de-11-anos-gravida-apos-estupro-a-desistir-de-aborto/](https://www.catarinas.info/video-em-audiencia-juiza-de-sc-induz-menina-de-11-anos-gravida-apos-estupro-a-desistir-de-aborto/)

pelo menos dois livros na Assembleia Legislativa. Em 20 de maio de 2022, foi o livro “Ensino Domiciliar na Política e no Direito”. Já em 26 de novembro de 2021, foi lançado o “Guia de bolso contra mentiras feministas”. Nesse lançamento estava presente Alexandre Paiva, companheiro de partido de Campagnolo. Ele tem feito uma cruzada contra a Lei Maria da Penha, contando com o apoio da deputada.

Epicentro do ataque à Lei Maria da Penha

Santa Catarina também tem se tornado o epicentro do ataque à principal legislação de proteção das mulheres contra violência, a Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha. Em 30 de novembro de 2024, aconteceu em São Paulo o “1º Simpósio Nacional Sobre Direitos Humanos Masculinos”. Organizado pelo Instituto de Defesa dos Direitos do Homem (IDDH), fundado por Alexandre Paiva.

Conhecido nas redes sociais como Paiva, o fundador do IDDH é morador de Florianópolis há cerca de 22 anos e em 2020 foi candidato a vereador na cidade pelo PL. Entre julho de 2020 e abril de 2023, foi assessor parlamentar do ex-vereador da capital catarinense, Maikon Costa (PL). Defende abertamente acabar com a Lei Maria da Penha. De acordo com suas próprias postagens em redes sociais, ele começou a ser “militante pelos direitos dos homens” depois de ser acusado de violência doméstica pela ex-companheira em 2020. Ele também é impedido de conviver com as suas duas filhas por medidas protetivas.

Entre os palestrantes do evento organizado por Paiva estava a deputada estadual de Santa Catarina, Ana Campagnolo (PL). Outras palestras foram ministradas por Alexandre Corrêa, ex-marido de

Ana Hickmann, também processado por violência doméstica, e Marco Antonio Heredia Viveros, o homem que tentou matar duas vezes a ex-esposa, Maria da Penha Maia Fernandes, homenageada com o nome da Lei sancionada em 2006.

A tentativa de acabar com a lei que protege mulheres de violência doméstica começou com a descredibilização da história de Maria da Penha. Paiva procurou Marco Antônio no final de 2021 para trazê-lo para a mídia. Também lhe ajudou a lançar livros dizendo que Maria da Penha mentiu no processo. Além disso, fez Marco Antônio criar um perfil no Instagram e começou a juntar doações para ele.

Marco Antonio Heredia Viveros já esteve em Santa Catarina. Em setembro de 2021 visitou o deputado estadual Jessé Lopes, também do PL. O deputado o recebeu em seu gabinete e publicou uma foto com ele no perfil do Instagram. “O marido da Maria da Penha visitou meu gabinete e contou a versão sobre o caso que virou lei no Brasil. Sua história é, no mínimo, intrigante”, dizia o story, que foi reproduzido e noticiado por diversos veículos de mídia⁶.

Além dos esforços de Paiva, apoiados por deputados do PL, outro grupo tenta descredibilizar a história de Maria da Penha, o Brasil Paralelo. É uma produtora de documentários e cursos, que é conhecida por fazer revisionismo histórico, disseminar desinformação e propagar conteúdo de extrema-direita. Em 2023, eles lançaram o documentário “Investigação Paralela: O Caso Maria da Penha”, em que acusam Maria da Penha de mentir e dizem que mulheres usam a Lei para atacar e denunciar falsamente homens. O mesmo discurso de Alexandre Paiva. A deputada Ana Campagnolo também tem uma série de vídeos no canal do Youtube da produtora.

6. Disponível em: <https://ndmais.com.br/politica/versao-de-ex-marido-de-maria-da-penha-e-no-minimo-intrigantediz-deputado-de-sc/>

Esse cenário de hostilidade e ataque aos direitos das mulheres, com o protagonismo de políticos catarinenses, torna qualquer mulher que se levante contra violências machistas alvo de ataques. Os dirigidos à Maria da Penha culminaram em uma série de ameaças de morte. Ela teve que ser incluída no Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos (PPDDH) do estado do Ceará em 7 de junho de 2024, conforme foi divulgado pela mídia⁷.

Mesmo com as tentativas de falsificação, a história de Maria da Penha foi amplamente divulgada pela mídia, está registrada no judiciário e pode ser conferida no site do Instituto Maria da Penha. Em 1983, Marco Antonio tentou matá-la com um tiro nas costas enquanto ela dormia. Como o tiro atingiu sua coluna, ela ficou paraplégica e passou quatro meses internada no hospital. Ele dizia que o tiro veio de uma tentativa de assalto frustrada, mas a perícia policial desmentiu a versão.

Depois que Maria da Penha saiu do hospital, ainda durante a recuperação, Marco Antonio a manteve em cárcere privado por 15 dias e tentou eletrocutá-la em uma banheira. Com ajuda de familiares, Maria saiu de casa e o denunciou. O primeiro julgamento aconteceu só em 1991, oito anos após o crime. O agressor foi sentenciado a 15 anos de prisão, mas por conta de recursos pedidos pela defesa, ele saiu do fórum em liberdade. Passou por novo julgamento em 1996 e foi novamente condenado, mas o julgamento foi anulado e Marco Antonio permanecia livre.

Pela falta de punição, em 1998, ela processou o Estado brasileiro por omissão na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA). Como resultado, a OEA fez uma série de recomendações para o Estado brasileiro punir o agressor e se comprometer no combate à violência doméstica. Foram 19 anos e 6 meses de luta para que final-

7. Disponível em : g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2024/06/07/maria-da-penha-tera-protecao-apos-receber-ameacas-da-extrema-direita-pelas-redes-sociais.ghtml

mente o agressor fosse punido. Ele foi preso somente em 2002, condenado a oito anos e seis meses de prisão.

A história de sobrevivência de Maria da Penha resultou na Lei n. 11.340/2006, batizada em sua homenagem. A legislação diz que “configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. Essa é a principal lei que protege as mulheres de violência no Brasil e reconhece que são vitimadas por conta dos papéis de gênero atribuídos a elas.

A Lei Maria da Penha também define os tipos de violência que podem ser cometidas: física, psicológica, moral, sexual e patrimonial. Essa lei é base para todas as legislações que protegem as mulheres, inclusive, a lei de violência política de gênero, que prevê punição para as mesmas modalidades de violência, mas no âmbito político.

Capítulo IX

Fora de lugar

A vereadora Tânia Ramos (Psol), de Florianópolis, caminhava com alguns de seus assessores parlamentares para a sessão daquela quarta-feira, 22 de novembro de 2023. Antes de chegarem ao plenário, passaram mais uma vez para olhar a exposição do Novembro Negro, que foi proposta pelo seu mandato. Eram pinturas, fotografias e um manequim com roupas afro, que foram utilizadas pela cantora Dandara Manoela, ícone da música na capital catarinense. As obras retratavam e eram feitas por pessoas negras, exaltando a sua cor e cultura, em comemoração ao Dia da Consciência Negra, que havia sido dois dias antes.

A mostra foi montada em frente aos retratos dos presidentes da Câmara Municipal. Uma galeria composta por três longas fileiras de quadros pintados a óleo, em estilo barroco, retratando os rostos daqueles que tiveram poder ao longo da história da cidade. Todos os quadros são de homens brancos. Nenhuma mulher jamais foi eleita para presidir a Casa. O mais próximo disso foi em agosto de 2022, quando a vereadora Pri Fernandes (Podemos) ocupou o cargo interinamente por uma semana. Ao longo dos mais de 350 anos de fundação da cidade, apenas 13 mulheres foram eleitas como vereadoras e Tânia Ramos foi a primeira mulher negra a ocupar um mandato.

Todas as obras da exposição continuavam iguais ao planejado, mas havia um objeto fora de local. Estava em uma mesa de centro, ao lado do manequim e de frente para os quadros dos ex-presidentes da Câmara. Consistia em um bloco retangular de concreto pintado de preto, com um pedaço de corrente atado a ele e um cilindro de metal projetando-se para cima. Era um aparelho utilizado para torturar pessoas escravizadas.

A vereadora foi direto para a sessão denunciar o caso. Utilizou o microfone do plenário para pedir para que o aparelho fosse retirado da exibição e que as imagens das câmeras fossem verificadas para descobrir quem o colocou naquele lugar. Tânia também chamou seus colegas para acompanhá-la e constatar a exibição do aparelho de tortura. O vereador Claudinei Marques (Republicanos), vice-presidente da Câmara, que preside a sessão naquele dia, pede para que a assessoria da Casa verifique o pedido. A sessão está disponível na íntegra no Youtube da Câmara Municipal de Florianópolis⁸.

Cerca de trinta minutos depois, o vereador Bericó (PL), que foi ver o objeto da denúncia, retoma o assunto: “Esse objeto, eu iria passar a vida inteira por ele e não saberia o que é”. Disse que já o tinha visto várias vezes sem saber o que era e também pediu a retirada.

Quando Tânia começa a falar sobre a exibição do objeto de tortura pela segunda vez, agora na tribuna, sua voz está embargada. “Dói, vocês não sabem como dói, me deparar com um aparelho que foi tortura para o povo negro.” Enquanto estava fora da sessão investigando o caso, descobriu que foi colocado naquela mesa por uma funcionária terceirizada da Câmara, que trabalha na limpeza.

O vereador Claudinei, que presidia a sessão, explicou que o objeto de tortura está desde a década de 1980 no acervo da Câmara Muni-

8. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=GZWaO5rIjvc&t=3114s

cipal de Florianópolis e desde 2011 era exibido naquele local. Exibido sem nenhuma identificação ou contexto. A funcionária apenas o recolocou no lugar em que já ficava. Ela não sabia o que era, nem o que significava. “Várias vezes brinquei com aquilo sem saber o que era”, também disse Claudinei. “Em nome de todos os funcionários dessa Casa, eu peço perdão à raça negra”, se desculpou.

“Por mais que tenha sido sem querer, sem conhecimento, foi mais uma agressão”, denuncia Tânia. Também diz que já sofreu muitos episódios de racismo na Câmara, mas que não vai descrevê-los porque está ali para combater a discriminação.

Na mesma sessão, o vereador João Luiz (PSC) utilizou seu tempo de fala para contar que um motorista da Câmara Municipal foi vítima de racismo. Mais cedo naquele mesmo dia, o funcionário foi xingado várias vezes com ofensas racistas em frente à Câmara. Enquanto a sessão acontecia, o motorista estava em uma delegacia prestando depoimento.

O relato dos vereadores, que brincavam com um aparelho de tortura de pessoas escravizadas, faz refletir o que está fora de lugar naquela Casa Parlamentar. Aquele objeto estava há 12 anos exposto na Câmara e desde 1980 no acervo, enquanto a primeira mulher negra com mandato só chegou em 2023. Ao longo da história da cidade foram oito homens negros vereadores, eleitos ou suplentes. O levantamento é de Carina Santiago dos Santos, no artigo “A representatividade político-partidária negra em Florianópolis: entre desafios e conquistas”⁹.

São nove pessoas negras na Câmara em mais de 350 anos de fundação da cidade. Mais de 350 anos para que uma mulher negra ocupasse um mandato. E quando ela chega a esse lugar de poder, é lembrada constantemente de que não a consideram pertencente àquele espaço.

9. Disponível em: revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/20001/209209216736

“Resistência, resistência, resistência”

Encontrar um objeto de tortura de pessoas escravizadas foi doloroso para Tânia e para a sua equipe, toda composta de pessoas negras. Esse episódio foi o mais grave, mas a vereadora relata ter sofrido violências simbólicas diversas vezes na Câmara. A que mais se repetiu foi não a reconhecerem como uma parlamentar, como quando foi barrada ao entrar na Câmara.

A deslegitimação também se estendeu aos colegas vereadores. “É uma violência que há todo o tempo. Eles tentam nos calar o tempo todo, porque para os homens brancos é uma afronta nós estarmos aqui dentro”. Ela vê a violência como cultural. Os colegas não estão acostumados a ver uma mulher negra em um espaço de poder tradicionalmente ocupado por homens brancos. “É um espaço feito para homens brancos, que não nos dão espaço”.

O espaço não foi dado, mas Tânia conseguiu conquistar seu lugar na Câmara com muito trabalho. Ela tem cerca de 30 anos de militância no movimento negro e atuação na área da cultura, principalmente do samba. Também é uma das fundadoras do Psol em Florianópolis. Foi a primeira mulher a filiar-se e a primeira mulher negra candidata pelo partido na cidade.

Em 2008 e 2012, ela já havia se candidatado a vereadora e em 2010 a deputada estadual. Foi candidata tantas vezes porque entende a necessidade de ter mais mulheres, principalmente negras, nas Câmaras e também atuando dentro dos partidos. “A gente vem concorrer para dizer: ‘Olha, nós estamos aqui’”. Foi em 2020 que ela garantiu sua vaga na Câmara. Recebeu 1.581 votos, o que a deixou na primeira suplência da vaga cujo titular era Marcos José de Abreu. Em 2022, ele elegeu-se deputado estadual, abrindo a vaga para que Tânia tomasse posse como vereadora em 27 de janeiro de 2023.

A atuação política da vereadora vem de ainda mais longe. Ela é uma liderança da Coloninha, bairro continental de Florianópolis, onde nasceu e mora até hoje. A sua atuação na Sociedade Recreativa e Cultural Unidos da Coloninha, escola de samba da comunidade, foi fundamental para ser reconhecida dessa forma. Tânia já passou por todas as áreas da escola, foi vice-presidente, conselheira e presidente da Velha Guarda. Também foi uma das fundadoras da Associação das Velhas Guardas do Carnaval de Florianópolis, criada em 2015, sendo a primeira mulher a presidir a entidade.

A mulher e a escola nasceram muito próximas, tanto no espaço quanto no tempo. Tânia nasceu em 1960 e a escola foi fundada em 1962. Suas trajetórias se cruzaram quando eram meninas. Aos dez anos de idade, Tânia desfilou pela primeira vez. Desde então, elas têm uma relação de amor que desfila todos os anos na passarela Nego Quirido. A construção da igualdade racial, pauta central para a vereadora, também está retratada no estandarte da escola. Uma mão negra e outra branca estão estampadas em um aperto de mão eterno no centro do pavilhão verde, azul e branco da Coloninha.

Outra escola também é parte marcante da trajetória de Tânia. A escola Otília Cruz é localizada na Coloninha, bairro em que Tânia nasceu. Foi ali que ela estudou durante o ensino fundamental e foi uma das fundadoras do grêmio estudantil. Ela considera esse momento o primeiro ato político da sua vida: ajudar a organizar os estudantes para que pudessem ter suas identidades e suas lutas dentro da escola. Considera que a política é muito maior do que as eleições, ainda mais quando se é uma mulher preta. “Tudo que a gente faz é política”.

Foi nesse período também que se tornou mãe pela primeira vez. Aos 14 anos, engravidou de gêmeas e teve que deixar a escola por um período. Com a ajuda dos pais e apoio da família, conseguiu voltar a estudar. Quando as meninas estavam entrando para a primeira série, ela estava terminando a oitava, mas na escola estadual Irineu Bornhausen, no bairro Estreito, região

continental de Florianópolis. Depois de finalizar o ensino médio, conseguiu se formar técnica de enfermagem. Mais tarde, já com mais estrutura, teve mais dois meninos.

Muitos anos depois, Tânia voltou para Otília Cruz, levando a Colônia para dentro da escola. Por volta de 2011, o governo do estado tinha um projeto de transformar a escola em um reformatório. A comunidade se mobilizou contra e três anos depois foi municipalizada, tornando-se uma creche em 2014. Nesses três anos, a vereadora desenvolveu na escola cursos de mestre sala e porta bandeira, ritmistas, teatro e baianas.

Para ela, a participação na cultura popular negra faz toda a diferença no seu modo de fazer política. Considera que a diferença da sua atuação em relação a dos vereadores homens, brancos e de direita é trazer as pautas de fora para dentro, fazer chegar as necessidades da comunidade ao Parlamento. Diz que a partir das discussões dos movimentos sociais, suas propostas vão mais fundo na questão da educação, da segurança pública e do serviço social.

Além do “povo do samba”, a vereadora traz fortemente para seu mandato reivindicações das religiões de matriz africana, das mulheres artesãs e da educação. A tradição religiosa vem de família. Sua mãe era da macumba. Uma das vitórias que cita neste mandato é a criação do Dia Municipal do Ogã, comemorado em 9 de outubro. O ogã é um cargo dentro da umbanda e candomblé responsável pela percussão durante as cerimônias religiosas.

Também homenageou a pintora Valda Costa (1953-1991). Valda foi uma mulher negra, que nasceu no morro da Colônia e depois morou no morro do Mocotó, no centro de Florianópolis. De origem pobre e autodidata, teve grande ascensão com suas pinturas nas décadas de 1970 e 1980. No entanto, morreu na pobreza e passou anos sem o reconhecimento de sua arte. Segundo a justificativa do projeto de lei, “a artista elevou o povo negro como atores principais em suas obras”. Agora ela dá o nome para uma escadaria no centro de Florianópolis, na rua Pedro Soares. O local, até então, não tinha nome oficial, mas era informalmente co-

nhecido como escadaria da Ubro, por ficar na mesma rua de um teatro com esse nome.

Para Tânia, a maior vitória do seu mandato foi a proibição de dar nome de escravocratas para ruas e espaços públicos, como praças. “A gente vê espaços sendo nomeados com pessoas que nos escravizaram e recebem homenagem como heróis e a gente sempre sendo serviçal e ficando no esquecimento.” Além de escravistas, também proíbe nomear em homenagem a pessoas condenadas por racismo, injúria racial ou violações de direitos humanos.

A lei foi aprovada com ressalvas. A vereadora queria alterar os nomes de bens públicos que já têm nome de escravocratas e de pessoas condenadas por racismo. Isso acontece frequentemente e a deixa frustrada. “É muito difícil a gente abrir um debate, trazer para o debate, e aprovar algum projeto aqui”.

Nessas dificuldades cita, por exemplo, as negativas para os pedidos de audiência pública. Ao longo de seu mandato, propôs quatro audiências e todas foram rejeitadas. Mesmo que fossem aprovadas, pondera que a estrutura da Câmara dificulta a participação de trabalhadores: “Como que nosso povo vem para uma audiência pública às 14, às 16 da tarde?”.

Esse tipo de dificuldade em aprovar projetos de lei e requisições geraram uma frustração que Tânia não esconde. “Você entra aqui na ideia: eu vou abrir essas pautas e vão discutir comigo. Vamos fazer audiências públicas e nada disso é feito. Diz um não na tua cara. Nem botam lá, porque isso não vai passar”.

Já os projetos de lei nem são colocados para votação. Quem decide quais projetos serão votados em plenário, depois de ter passado pelas comissões, é o presidente da Casa Legislativa. Se o projeto de lei não for votado até o fim da legislatura, é automaticamente arquivado. Um dos projetos que não foi votado e foi arquivado no final da legislatura é o que previa a criação da Semana Escolar de Combate à Violência Contra a Mulher, visando contribuir para o conhecimento da Lei Maria da Penha nas escolas municipais. Outra legislação, apresentada em conjunto com a também

vereadora do Psol, Cíntia Mendonça, institui a Política Municipal de Enfrentamento à Violência Política de Gênero e Raça. A principal ação do projeto - também arquivado - seria criar atividades educativas, como campanhas, treinamentos e ações nas escolas e na sociedade em geral, para conscientizar sobre a violência política de gênero e raça - o que é, como acontece, seus impactos negativos e as medidas para prevenção.

Outras leis propostas por Tânia e não votadas visavam a criação de Política Municipal de Incentivo e Fomento às Rodas Culturais de Batalhas de Rimas, Saraus, Slams, Breaking e Skate Street, e o veto à nomeação, pela administração municipal, de pessoas condenadas por racismo ou injúria racial.

Os projetos que ela conseguiu aprovar tiveram muita estratégia por trás. “Tem que trazer um projeto menos polêmico, que dá para fazer a discussão do projeto, que dá para sentar e explicar para eles realmente qual é o significado”. Mesmo com a frustração, nunca pensou em desistir do mandato.

“Enquanto eu tiver força, coragem, porque às vezes desanima. Você fica frustrada com todas as coisas que escuta. Você fica: ‘é mais fácil ir para casa, vou continuar na luta, da mesma forma. Se alguém precisar, vou estar na luta, vou para as manifestações, vou apanhar da polícia’. Mas aqui, queira ou não, é um espaço importante de debate que você tem que estar. Essa consciência a gente tem que ter. Então é isso: resistência, resistência e resistência”.

Para Tânia Ramos, suas conquistas vêm “abrindo portas para outras mulheres”. Apesar de ser a primeira, “não gostaria de ser a única negra daqui para frente”. Ela acredita que eleger mulheres e construir uma política e um mundo mais igualitário é uma necessidade. E quando fala em eleger mulheres, são mulheres esquerda, comprometidas com as causas do feminismo, das pessoas negras e dos pobres.

Na sua experiência, mulheres de direita repetem a mesma política dos homens. “Tem mulheres que estão ali com capa de

mulher, mas o pensamento é totalmente de direita. Elas pensam política naquilo que vai favorecer a burguesia, que vai favorecer quem tem.”

Tânia Ramos foi candidata a vereadora novamente em 2024, fez 2.003 votos, mas não conseguiu se eleger, ficando novamente na primeira suplência. A Câmara Municipal de Florianópolis voltou a ficar sem vereador ou vereadora negra. O número de mulheres eleitas, que em 2020 havia sido cinco, caiu para quatro. A única vitória, em termos de representatividade, foi a eleição de Ingrid Sateré-Mawé. É a primeira mulher indígena eleita em Florianópolis, pelo partido de Tânia, o Psol.

Para Tânia, é necessário preparar as mulheres para estarem nas Câmaras. “Nós temos que preparar as nossas mulheres, temos que encorajar, mas também ser sincero e dizer que é mais uma resistência para nós estarmos aqui.

Capítulo X

“Miséria entre as frestas”

“O lugar da mulher negra no PT em Florianópolis é subir e descer os morros levando candidaturas que não nos representam, não representam a nossa pauta, nem quando elas são candidaturas femininas”. Essa é uma das falas que mais marcou a trajetória política de Marlina Oliveira, primeira vereadora negra eleita em Brusque, cidade catarinense de 140 mil habitantes. A fala foi dita por uma companheira de partido, Maria Aparecida, militante negra e vinda da periferia. A falta de representação, mesmo dentro do próprio partido, motivou Marlina a concorrer nas eleições de 2020.

Eleger-se foi inesperado. “Da noite para o dia eu sou eleita”, diz a vereadora. Seu principal objetivo era aproveitar as eleições, um período em que as pessoas estão mais propensas a pensar sobre política, para debater sobre questões das mulheres, educação e, principalmente, as pautas raciais. Ela vê o racismo como um organizador e estruturador da sociedade e com a sua candidatura pretendia “colocar esse debate na rua”. A discussão deu certo. Com 753 votos, tornou-se a primeira vereadora negra e a sexta mulher eleita na cidade. Também foi a única mulher da legislatura 2021-2024, a única parlamentar de esquerda eleita e a única opositorista da Câmara. Dentro da casa legislativa, os desafios aumentaram e ela passou por episódios de violência.

A história de Marlina com a política começou na universidade. Ela é natural de Erechim, cidade no Rio Grande do Sul muito próxima da fronteira com Santa Catarina. Em 2007, formou-se em pedagogia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) e entre 2015 e 2017 fez mestrado em educação pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), duas universidades na sua cidade natal. Foi nesses espaços que se envolveu com discussões sobre feminismo, racismo, desigualdades e política. De 2019 a 2023 fez doutorado na Universidade Federal do Paraná (UFPR), com sua tese já voltada para pesquisar relações raciais na educação infantil.

A história com Brusque também está totalmente ligada à educação. Em 2009, ela passou no concurso e começou a dar aula na educação infantil da cidade ou, como prefere falar, tornou-se “professora de crianças pequeninhas”. Em 2010, foi para a função de coordenadora pedagógica, que ocupa até hoje e da qual não se afastou durante a vereança. Ela afirma que nunca saiu “da base” e continuar trabalhando a fez continuar experienciando a cidade, sem se isolar na bolha política. A profissão também é parte muito importante do que ela é. “Eu sou um ser político e pedagógico”, define-se.

Já a política partidária, a vereadora a classifica como mais recente em sua vida. A filiação no Partido dos Trabalhadores aconteceu em 2017, mas ela já era simpática ao partido havia mais tempo. “Minha família sempre votou no Lula, sempre votou em candidatos do PT no Rio Grande do Sul”. Dentro da sigla, a vereadora vem se dedicando, principalmente, a debater o feminismo negro. Seu início no partido já foi em discussões com outras mulheres negras, fazendo parte da fundação do primeiro coletivo de mulheres negras petistas do Brasil. Em uma dessas reuniões e formações foi que ela escutou sua colega de partido falar sobre o papel das mulheres negras dentro do partido. Marlina resolveu se candidatar pelo incentivo que recebeu do coletivo de negras petistas.

Em 2019, além de Marlina, o coletivo lançou mais oito candidaturas. Entre elas, a de Ana Lúcia Martins, eleita a primeira ve-

readora negra de Joinville. Ana Lúcia se afastou do grupo antes da finalização do processo eleitoral. Mesmo assim, Marlina conta como uma candidatura do coletivo. Avalia como um processo bem sucedido: eleger duas entre nove candidatas.

Unir forças veio da necessidade de se mostrarem como candidatas viáveis, com discussões importantes para o PT e para a sociedade. “Nós não somos a prioridade do partido. Se as mulheres brancas já não são, as mulheres negras menos ainda”, avalia. Para ela, mesmo em um partido com um discurso oficial que valoriza as mulheres e as mulheres negras, enfrenta-se obstáculos como a dificuldade de financiamento de campanhas. “Sempre é um homem e não uma mulher negra que está ali cotado para ser eleito. Então, nas contas partidárias, não é a mulher negra que está tendo incentivo, mesmo ela tendo história”.

Os níveis mais altos de decisão dentro dos partidos também costumam ser dominados por homens e isso é um problema para os investimentos nas candidaturas de mulheres. Dos 29 partidos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2024, somente seis são presididos por mulheres. Dessas, apenas duas são negras. Mas depois de organizadas pelo coletivo, as candidaturas do coletivo foram bem recebidas pelo PT.

A campanha de Marlina em 2020 teve poucos recursos. Segundo prestação de contas do PT à Justiça Eleitoral, a candidata recebeu 3.919,80 reais para campanha. O valor, no entanto, não é muito diferente do restante dos candidatos do partido na cidade. De toda a chapa, quem mais recebeu recursos foi uma mulher branca, que teve 8.919,8 reais à disposição, mas não se elegeu, ficando como suplente.

Depois de vencidas as eleições, os obstáculos aumentaram para Marlina. Na legislatura de 2021-2024, dentre 15 cargos de vereador, ela foi a única mulher eleita, a única parlamentar de esquerda e, conseqüentemente, a única opositorista da Câmara de Brusque. A composição dificultou muito a aprovação de projetos de lei de caráter progressista, que tratem de questões raciais ou políticas públi-

cas para mulheres.

Alguns dos projetos de Marlina que ficaram parados ou foram protelados até ser arquivados ao fim da legislatura de 2024, por exemplo, preveem o direito de mulheres terem acompanhantes em procedimentos e exames médicos que utilizam anestesia. O projeto foi apresentado em setembro de 2023 e foi demorando para ir a plenário, pois o vereador Marcos Deichmann (Patriota) pediu vistas e apresentou uma emenda para estender esse direito a todas as pessoas, o que descaracterizaria o projeto. Outro caso semelhante é do projeto de lei que dá prioridade de vagas em Centros de Educação Infantil para crianças cujas mães tenham câncer.

Além da dificuldade de fazer avançar suas pautas, no início de seu mandato, Marlina passou por episódios de descrédito. “Hoje com menos intensidade, mas no início eu ouvi muito: ‘a senhora não sabe, vereadora; a senhora não leu o projeto; a senhora não entendeu’”. Quando ia discutir os projetos e dava sua posição “vinham 13 falar o contrário”, então muitas vezes ela questionava-se: “Meu Deus, será que, de fato, eu li corretamente? A gente fica se sabotando nesses processos também”.

De tanto ouvir que não tinha lido, que não entendia, que estava errada, ela começou a ter a autoestima minada. Terminou o primeiro ano de mandato não conseguindo falar na tribuna. Começou a ter medo de falar informações erradas, de tanto ouvir que não sabia sobre as discussões e projetos. “Eu comecei a escrever todos os discursos, checando todos os dados, todos os pontos. Coisa que nenhum colega faz. Eles falam absurdos na tribuna, falam mentiras, falam dados que não existem, falam *fake news* e eu perdia o meu precioso tempo batendo dados para falar, por causa da insegurança que aquele ambiente machista e misógino me provocava”.

Também no primeiro ano do mandato, em 2021, Marlina organizou o Fórum Brusquense da Mulher Negra, que aconteceu em 16 de julho. O evento fazia alusão ao 25 de julho, que é o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra e Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha. O tema

foi “a presença da mulher negra nos espaços sociais e de tomada de decisões”. Durante a divulgação do Fórum nas redes sociais e na mídia local houve uma série de comentários racistas, principalmente questionando a necessidade de debater a participação política de mulheres negras.

Outro episódio marcante de violência política racista foi quando recebeu ameaças de morte, junto com outras quatro vereadoras de Santa Catarina. Em 4 de fevereiro de 2023, recebeu um e-mail que continha xingamentos racistas por ter defendido o mandato da companheira de partido e vereadora de São Miguel do Oeste, Maria Tereza Capra (PT). Até hoje, mesmo depois de denúncias que Marlina e as outras parlamentares fizeram, o caso permanece sem solução.

Mesmo que seus projetos não sejam aprovados e que tenha passado por episódios de violência, Marlina vai ocupando todos os espaços possíveis. Para ela isso, faz parte da resistência do povo negro no Brasil. “A gente adquiriu uma forma de sobrevivência que é entre as frestas. A gente faz miséria entre as frestas. A gente vai driblando, vai encontrando espaços e isso diz muito da resistência.”

Ela preside a comissão mais importante de uma Casa Legislativa, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Todos os projetos de lei passam pela CCJ para que tenham a constitucionalidade analisada. O regimento da Câmara de Brusque prevê que um projeto seja arquivado se for rejeitado por unanimidade nesta comissão. Quem preside essa comissão também pode fazer os projetos tramitarem mais devagar, já que passam pelo colegiado em primeiro lugar. “Isso significa que eu sou uma boa articuladora, eu sei fazer política. Nós, mulheres, sabemos fazer política.”

Além disso, se dedicou mais a levar discussões para a tribuna e fiscalizar as ações da prefeitura. Ela recebe diariamente ligações e mensagens de eleitores e apoiadores com reclamações, principalmente relacionadas à infraestrutura, e as leva para requerimentos e pedidos de informação. Se os secretários não a atendem, para resolver problemas trazidos pela população, ela usa as

redes sociais. Grava e publica vídeos e em “um dia eles estão lá com as máquinas arrumando”, conta ela.

Com a resistência conseguiu ter duas vitórias importantes no mandato. A primeira foi a aprovação de uma lei que proíbe a nomeação ou contratação de servidores municipais que foram condenados pela Lei nº 11.340/2006, a Lei Maria da Penha. A segunda vitória foi ter conseguido recesso de inverno para serventes, merendeiras e monitores das escolas municipais. Antes o direito era somente para professores. Mesmo sem trabalho, os outros funcionários tinham que cumprir expediente nas escolas. Para ela, todos os profissionais de uma escola “do porteiro à diretora escolar, são educadores por excelência”. Marlina apresentou o projeto de lei, que não seguiu adiante por ter que ser de origem do Executivo. Mas ela se orgulha de ter pautado a discussão e conseguido levar a reivindicação a ser atendida pelo prefeito, André Vecchi (Democracia Cristã), em novembro de 2023.

Ao longo do tempo Marlina foi ocupando espaços e demarcando seu lugar na política. “Mas eu não acho que eu esteja imune à violência, porque ela é a todo momento e ela é para todas as mulheres.” Para exemplificar, ela cita um caso de uma ex-vereadora de Brusque com quem conversou. Uma mulher de direita, branca, loira e de olhos azuis. Segundo Marlina, ela era tida como “a bonequinha da Câmara”. No entanto, teve o seu mandato cerceado o tempo todo. “Se você acessar o YouTube da câmara, você vai ver que esta pessoa só conseguiu falar seis vezes na tribuna. Seis vezes em todo o seu mandato.” Na conversa que tiveram, ela disse que não gostou de ser vereadora, porque “não faz nada”. Marlina não concorda com a ideia, acredita que o mandato de vereador(a) é um papel muito importante e que gosta de exercê-lo. Mas entende de onde vem o conteúdo do comentário da ex-vereadora. “Ela não conseguia falar por causa dessa incidência masculina, de ter sempre um homem dizendo para ela o que tinha que fazer, como tinha que votar e acompanhar o companheiro homem de partido nas votações.

Censura

O primeiro capítulo do livro *Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano*, da psicanalista e artista Grada Kilomba, fala sobre a máscara de silenciamento. A máscara é muito retratada em livros de história com a imagem de uma mulher escravizada, a Anastácia.

“Ela era composta por um pedaço de metal colocado no interior da boca do sujeito negro, instalado entre a língua e o maxilar e fixado por detrás da cabeça por duas cordas, uma em torno do queixo e a outra em torno do nariz e da testa. Oficialmente, a máscara era usada pelos senhores brancos para evitar que africanas/os escravizadas/os comessem cana-de-açúcar ou cacau enquanto trabalhavam nas plantações, mas sua principal função era implementar um senso de mudez e de medo, visto que a boca era um lugar de silenciamento e de tortura. Neste sentido, a máscara representa o colonialismo como um todo. Ela simboliza políticas sádicas de conquista e dominação e seus regimes brutais de silenciamento das/os chamadas/os ‘Outras/os’: Quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre o que podemos falar?”

É impossível não pensar na tentativa de calar mulheres negras como uma forma de violência política de raça, que há gerações reverbera no Brasil. O que antes era feito de forma física, agora é feito por instrumentos políticos mais refinados. Marlina sofreu com o silenciamento explícito e formal em seu mandato.

Em 15 de março de 2022, Marlina Oliveira usou a tribuna da Câmara Municipal de Brusque para pedir a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (Samae). A empresa pública vinha sendo alvo de investigação do Ministério Público e de diversas matérias na imprensa sobre casos

de corrupção denunciados por ex-funcionários. Segundo matéria do jornal *O Município*, as denúncias englobavam acesso antecipado a gabarito de prova, desvio de função, compra de licença-prêmio, tráfico de drogas e lavagem de dinheiro¹⁰.

Segundo o discurso de Marlina, a situação não era surpreendente. Para ela, o prefeito Ari Vequi (MDB) “loteou” a prefeitura na candidatura de 2020, concedendo para o então presidente do PTB e ex-secretário de Desenvolvimento Regional de Brusque, Jones Bósio, uma grande fatia do poder executivo do município. Isso teria proporcionado nomeações de pessoas ligadas a Bósio no Samae e os esquemas de corrupção. A afirmação mais forte de Marlina foi que o Samae virou uma “cracolândia”, com a complacência do então diretor Luciano Camargo, porque foi divulgado pela mídia que carros oficiais buscavam drogas para revender dentro da autarquia.

Para Marlina, ela apenas estava cumprindo seu papel de parlamentar diante de denúncias gravíssimas. “É o meu papel como fiscalizadora, é algo inerente à minha função”. No entanto, os colegas rejeitaram o pedido de CPI. Além disso, aceitaram um pedido de quebra de decoro parlamentar feito por Luciano Camargo, o ex-diretor da Samae. Ele já havia pedido exoneração do cargo por indícios de envolvimento no escândalo. Mas queria punir a vereadora com a cassação do mandato.

Desde que ficou sabendo do pedido de cassação de mandato, Marlina denunciou ser uma violência política motivada pelo gênero e pela raça. “Que a gente estude, aprenda, acompanhe a evolução social e saiba o que é violência política e de gênero. As mulheres

10. Disponível em: omunicipio.com.br/entenda-como-esta-investigacao-de-denuncias-de-irregularidades-no-samae-de-brusque/ e omunicipio.com.br/diretor-presidente-do-samae-de-brusque-se-pronuncia-sobre-investigacao-de-denuncias-de-irregularidades/

omunicipio.com.br/diretor-presidente-do-samae-de-brusque-se-pronuncia-sobre-investigacao-de-denuncias-de-irregularidades/

vão resistir e nós não daremos um único passo para trás”, disse na tribuna em 29 de março de 2022.

Enquanto passava pelo processo de julgamento pela Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara, descobriu que inúmeros parlamentares negros e de esquerda estavam sofrendo processos de cassação. Cita como exemplo o vereador Curitiba, no Paraná, Renato Freitas (PT); Duda Hidalgo (PT), vereadora de Ribeirão Preto, em São Paulo; Estela Balardin (PT), vereadora de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul. Todos sofreram pedidos de cassação entre 2021 e 2022.

Ela não perdeu o cargo, mas diz que “é muito tranquilo, é muito natural querer tirar o vereador, a vereadora negra, da conjuntura política se ele é alguém que enfrenta. E todos nós com esse traço, todos nós negros e negras, todos de esquerda, todos combativos, todos de primeiro mandato”. Durante a tramitação do seu processo de quebra de decoro, Marlina também apresentou um requerimento para fazer uma sessão especial sobre violência política. A ideia era ser didática, mostrar que esse tipo de tentativa de retirada de mandato, que vinha passando, não é isolada e é parte de um sistema político racista e misógeno. O requerimento foi rejeitado por 12 dos 15 vereadores.

Em setembro de 2022 veio a punição. Marlina recebeu sete dias de censura, proibida de falar durante as sessões. “Liberdade de expressão para quê? A favor de quem? Quando? Liberdade de expressão nesses moldes que a gente vê tem gênero, cor e, tem, sobretudo, classe social. Se você é homem, é branco, é rico e se é amigo dos amigos tem total liberdade de expressão”. A vereadora fez esse questionamento em uma sessão ordinária, no dia 30 de agosto de 2022, quando soube que propuseram a ela uma punição de censura por sete dias¹¹.

11. Disponível em: <https://www.camabrusque.sc.gov.br/imprensa/noticias/o/59/o/5180>

Nas eleições de 2024, Marlina Oliveira foi candidata à reeleição. Naquele pleito, foi a candidata a vereadora de Brusque que mais recebeu recursos do Partido dos Trabalhadores. Foram 9.469 reais investidos pela sigla na campanha. O segundo concorrente que mais recebeu recursos do partido teve menos da metade do dinheiro dela, recebeu 4.466 reais. O investimento deu resultados: ela recebeu 1119 votos.

No entanto, Marlina não conseguiu eleger-se; ficou na primeira suplência do PT. O partido manteve uma cadeira na Câmara Municipal, a eleita foi Bete Eccel, também professora, com 1.474. A nova vereadora faz parte de uma família com mais tradição política. O marido dela, Paulo Eccel, já foi vereador e prefeito de Brusque. Depois do fim do mandato, Marlina voltou a ser coordenadora pedagógica em tempo integral, continua mantendo a militância no PT pela educação e pelas questões raciais. Ela acredita que fez um trabalho bonito.

Capítulo XI

Abrindo trilhas

Um grupo de mulheres caminha por uma trilha fechada no mato. A vegetação é espinhosa, arranha e machuca seus braços e pernas. O caminho é difícil, estreito e precisa ser alargado para que depois outras passem. Revezam-se em tomar a frente, porque a que está liderando o grupo é a que se machuca. Elas percebem que já passaram outras por ali, mas não o suficiente para que se abrissem clareiras, para que o caminho já estivesse marcado.

É dessa forma que Cíntia Mendonça (Psol) descreve sua vereança, de 2021 a 2024, em Florianópolis. A metáfora também serve de forma mais geral. Todas as entrevistadas para este livro reportagem falaram sobre caminhos, portas, janelas e frestas sendo abertas, em sistema que exclui as mulheres da política. Cada mulher eleita, comprometida com os direitos de todas as demais, pavimenta parte do caminho para as próximas que virão.

Cíntia também não fez sozinha seu mandato. Ela é porta-voz de um coletivo, ou pelo menos era, até novembro de 2022. A Coletiva Bem Viver foi a primeira candidatura coletiva eleita na capital catarinense em 2020, e segue sendo a única. A proposta era dividir o trabalho, a organização, as responsabilidades, a mobilização de movimentos sociais e até mesmo o salário entre Cíntia e as co-vereadoras Joziléia Daniza Kaingang, Lívia Guilardi, Marina Caixeta e Mayne Goes. A modalidade de candidatura coletiva, no entanto, não é regulamentada no Brasil. O CPF no registro eleito-

ral foi da porta-voz, assim como a foto na urna e o nome, “Cíntia Coletiva Bem Viver”. Ela também era a única com poder de voto durante as sessões, não poderia ser substituída pelas co-vereadoras, a não ser que se licenciasse.

A vereadora defende que o trabalho parlamentar é melhor se feito coletivamente. “Eu sinto isso, imagino na minha mente. O que a gente está fazendo é abrir caminho e tem que ser assim; se for só uma, com certeza vai tombar, porque vai machucar muito.” Cíntia acredita que, por ter um grupo no mandato, se machucou menos do que se estivesse sozinha. Ainda assim, seus dois primeiros anos foram cheios de violências contra ela. Enquanto passava por isso, conta ela, não teve apoio dentro do gabinete por dificuldades de organização e relacionamento com as co-vereadoras.

Dentro do plenário, lembra Cíntia, desde o início foi a vereadora “mais rebatida, retrucada e mais avacalhada”. O intuito era silenciá-la. Passou por violências morais e simbólicas, como ter a fala constantemente interrompida, ser humilhada por colegas em discursos na tribuna e ser apelidada. Assim como relatado por outras vereadoras entrevistadas, ela também teve a capacidade intelectual menosprezada. Os colegas homens diziam que ela não estava entendendo as discussões ou projetos quando discordava das opiniões deles.

Ela explica que a proposta do mandato sempre foi ser radical de esquerda e fazer discursos combativos, uma expectativa que também era de seus eleitores. “Eu cheguei para fazer isso, não cheguei para fazer qualquer coisa, para fazer conciliação”. Mas, enquanto suas falas eram sobre projetos e discussões, muitos dos colegas a atacavam pessoalmente. Prática que não era adotada contra o seu colega homem de partido, Afrânio Boppré (Psol), mesmo quando defendiam as mesmas coisas. Isso a revoltava. “Eu ficava indignada e ia para o microfone dizer: ‘O vereador Afrânio falou a mesma coisa que eu, defendeu a mesma tese e vocês falam que eu estou confusa, tentando me deslegitimar. Isso é violência’. Eu tentava explicar para eles, sendo violentada e ainda tentando ser didática”, afirma Cíntia.

Quem mais a atacou, segundo a vereadora, foi o vereador Roberto Katumi (PSD), que entre 2021-2022 foi o presidente da Câmara Municipal. “Se eu chegasse perto dele, dizia ‘ih: lá vem a encrenqueira’. Ele me desrespeitava muito. Eu me sentia muito desrespeitada por ele, como se eu fosse menos. Ele pegava dois, quatro, cinco, seis, dez minutos dos outros vereadores para acumular nele, porque cada vereador tem dois minutos para falar, e ficava 10 minutos falando de mim”.

Um desses episódios foi no dia 13 de dezembro de 2021. A sessão está disponível no YouTube da Câmara¹². Cíntia estava discutindo sobre um projeto de lei, de origem do prefeito, para construção de um busto. Ela pediu diligências para entender quem seria o homenageado, que ela não conhecia, e questionava a pertinência de usar dinheiro público para a construção de uma estátua em plena pandemia, com um cenário de crise sanitária, econômica e aumento da fome.

Depois da sua fala, o vereador Katumi abre mão do papel de presidente para discutir o projeto. Passou a condução dos trabalhos para o vereador Edinon da Rosa (União Brasil) e usou seu tempo de fala para gritar que Cíntia tenha “respeito aos companheiros”, que precisa “pensar antes de subir à tribuna”. Ainda disse que sua fala passou dos limites e que ele não poderia aceitar. De acordo com ele, os vereadores de esquerda apresentam “projeto para dar nome à praça de Marielle Franco e a gente tem que aprovar, eu também não conheço Marielle Franco”. O projeto ao qual ele faz referência é, na verdade, da vereadora Carla Ayres (PT), colega da bancada de esquerda de Cíntia. Em 2020, ela protocolou um projeto de lei para que um trecho da calçada central da Avenida Hercílio Luz passasse a se chamar Passeio Marielle Franco.

A situação ficou ainda pior. O vereador Marcelo Fernando de Oliveira (Republicanos) pediu a palavra e, exaltado, disse: “Eu

12. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=Klk1l2ChCoE&t=6904s&ab_channel=C%C3%A2maraMunicipaldeFlorian%C3%B3polis%2FCanalOficial

não tenho mais como dialogar com essa gente, é muito mimi-mi, é muita palhaçadinha. Eu não suporto mais essa gentalha”. Quando Cíntia pediu questão de ordem para rebater alguns dos ataques que foram feitos contra ela, o microfone foi cortado. Segundo o presidente da Câmara, “questão de ordem não é para discussão”.

“Aqui dentro não tem justiça”

Ser interrompida, humilhada e ter a capacidade reiteradamente questionada é violência política de gênero do tipo psicológica. Todas essas situações foram recorrentes nesses primeiros dois anos de mandato de Cíntia. “Eu fazia uma fala e vinha outro e dizia: ‘ela não leu, ela não sabe, ela fala de uma forma muito confusa, não sabe do que está falando’”. Para a vereadora, essas tentativas de silenciamento, por não serem tão explícitas como uma violência física, são difíceis de denunciar. “É como a questão do racismo. Acaba sendo muito velado, muito sutil, como que a gente caracteriza essas coisas?”

Ela pensou em fazer denúncias de violência política de gênero desse e outros casos, mas diz que faltou uma assessoria jurídica para apontar os caminhos. Onde e como denunciar não estava explícito para ela. “Alguns mandam ir na ouvidoria do TRE, outros falam que tem que mandar para a Procuradoria da Mulher na Alesc. Não existe uma campanha boa que diz o que é violência política de gênero e o que precisa para denunciar; se é só o depoimento, precisa de foto, vídeo?”.

A falta de conhecimento - dela mesma e da população em geral - sobre o que é e como denunciar violência política de gênero, leva Cíntia a dizer que não vê a lei de violência política sendo aplicada. Por isso, junto com a colega de Psol, Tânia Ramos, propôs a lei municipal para criar a “Política Municipal de Enfrentamento à Violência Política de Gênero e Raça”. A ideia das vereadoras era

garantir e reassegurar a lei federal e dar visibilidade para o tema. No entanto, o projeto não foi votado. Foi tramitando lentamente até ser arquivado no fim da legislatura em 2024.

Além disso, considera que, se fosse denunciar cada vez que acontece alguma prática violenta, seria impossível trabalhar. “Às vezes, a gente normaliza mesmo. A gente não denuncia para poder sobreviver, assim como acontece nos casos de violência doméstica. Se eu protocolar, como eu vou viver? Eu vou sofrer mais violência, é bem pesado.” Além de não entender os caminhos para denunciar no judiciário, dentro da Câmara ela sabia que não iria conseguir punição. “Aqui dentro não tem justiça”, lamenta ela.

Como exemplo da falta de justiça, cita o caso da vereadora Carla Ayres (PT), que denunciou o colega Marquinhos (PSC) por quebra de decoro parlamentar, pois ele a agarrou e tentou beijá-la à força no Plenário. Cíntia não estava no momento do acontecimento, mas fez parte do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal, que julgou o caso. Ela foi a única que defendeu a cassação do mandato do vereador pelo que fez com Carla, mas foi voto vencido. O vereador apenas sofreu uma advertência escrita. “Eu fui para uma comissão que eram todos de direita, a composição já dizia que iam passar a mão na cabeça do cara. Por mais que tenha uma lei, um regimento, nada disso serve, porque é político”, novamente lamenta.

Durante os depoimentos para julgar o caso de Carla, o então presidente da Casa, João Cobalchini (MDB), também confirmou as violências que Cíntia sofria no Plenário. “Quando não respeitam a vereadora Cíntia que está em tribuna, dão risada dela”, exemplificou ao dizer que ficava “triste e chateado” quando as discussões fogem do debate de ideias.

Mesmo com a existência do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, prossegue Cíntia, os colegas se sentiam autorizados a menosprezá-la porque também sabiam que não seriam punidos. Possíveis denúncias não prosseguiriam, pois a esquerda é

minoria na Câmara Municipal e todos sabem disso. Certo dia Cíntia falou para um dos vereadores: “isso que vocês estão fazendo é sério, é uma quebra de decoro, estão me deslegitimando pela minha fala. Independentemente de ser violência política de gênero, é uma quebra de decoro parlamentar, é motivo para botar um processo no Conselho de Ética”. Segundo a vereadora, o colega respondeu “me coloca” e saiu rindo.

Cíntia também não encontrou apoio entre as colegas de direita, que ajudavam a defender os colegas homens, quando ela apontava violência política de gênero. Se Cíntia dizia que se sentia desrespeitada enquanto mulher por alguma fala, elas argumentavam que os colegas fizeram falas normais da política, que apenas estavam discordando de maneira ideológica. Essa situação a deixou bastante decepcionada com as colegas, porque as defendeu quando foi necessário. Em 1 de abril de 2022, ajudou a proteger fisicamente a colega Priscila Fernandes (Podemos) no plenário, pois ela seria agredida pelo vereador Maikon Costa (PL). Todas as vereadoras mulheres, Cíntia, Carla Ayres, Maryanne Mattos e Manu Vieira, ajudaram a protegê-la e a escoltaram até o elevador para que chegasse em segurança ao seu gabinete.

A questão ideológica também impediu que formassem uma bancada feminina na Câmara Municipal. Cíntia tomou essa iniciativa, mas as vereadoras de direita não aderiram.

A Câmara de vereadores foi o local onde Cíntia mais se sentiu “apertada pelo machismo, assim, esmagada”. Chegou a ter problemas de saúde mental, procurou psicólogos e se afastou por um período. A situação de ser atacada no plenário só melhorou depois de 2023, quando houve a troca de presidente da Câmara Municipal. Depois da mudança considera que ficou mais fácil tocar seus trabalhos. “Não é confortável, mas eu aprendi a jogar o jogo.”

Dificuldades coletivas

Depois de todos os embates e violências que aconteciam cotidianamente com Cíntia no plenário, a vereadora subia para seu gabinete e a situação continuava tensa. Os assessores e as co-vereadoras a pressionavam, e havia disputas de poder em torno de pequenas situações. “As pessoas diziam como eu tinha que me vestir, como que eu tinha que falar, o que eu tinha que fazer. Se eu fosse falar com o presidente da Câmara, eu tinha que ser vigiada, eu tinha que ser controlada, tinha que ter alguma co-vereadora comigo”. Relata que era acusada de ser muito personalista, de não agir de forma tão coletiva quanto se comprometeram em ser.

Essa situação se manteve desde o início do mandato em 2021 até novembro de 2022, quando Cíntia demitiu um assessor parlamentar. A partir disso todas as co-vereadoras saíram do mandato e a acusaram de “golpismo” e de não respeitar acordos do mandato coletivo. Em fevereiro de 2023, em uma assembleia, o mandato foi reorganizado. Começaram a integrar o gabinete, as militantes do Psol Mirê Chagas, Arianide Jean-Baptiste, Janaina Barbosa e Deise Montiel se tornaram as co-vereadoras, e o nome passou de “Coletiva Bem Viver” para “Mandata Bem Viver”.

O mandato coletivo protocolou 42 projetos de leis nesses quatro anos. Só dois foram aprovados: o projeto que institui a Semana Municipal dos Povos Indígenas, entre os dias 9 e 15 de agosto, e o projeto que tornou o 14 de março o Dia Marielle Franco de Enfrentamento à Violência Política Contra Mulheres Negras, LGBTQIA+ e Periféricas. Entre os projetos parados está o que institui a lei municipal de combate à violência política de gênero, proposto em coautoria com a vereadora Tânia Ramos (Psol).

No entanto, Cíntia considera que uma das maiores vitórias do mandato foi a Central dos Direitos Humanos Marielle Franco. A iniciativa conta com um posto de atendimento da Defensoria

Pública na Câmara Municipal e uma parceria com a Central de Penas e Medidas Alternativas, para que pessoas cumprindo trabalho comunitário possam realizá-lo na Câmara e em comunidades com supervisão de profissionais da instituição.

Em 2024, Cíntia concorreu à reeleição com a candidatura coletiva. Duas das co-vereadoras se mantiveram - Janaína Barbosa e Arianide Jean-Baptiste - e outras três ingressaram, Laura Parintin, Ariadne Teles e Anajara Moura. Elas não conseguiram se eleger novamente.

Por que aguentar?

Ao longo das entrevistas feitas para essa reportagem, as vereadoras foram questionadas sobre o que as motiva a continuar, o que as fortalece para seguir em frente e enfrentar violências. Algumas dessas respostas estão aqui e ajudam a entender o porquê e como elas persistem mesmo em um cenário tão difícil.

Giovana Mondardo (PCdoB), vereadora de Criciúma, falou a frase que dá nome a esse livro-reportagem. Para ela, “alguém precisa aguentar” para que o caminho das próximas mulheres seja mais fácil. Na sua cidade, vem cumprindo esse papel. O que a ajudou a superar a violência foi o apoio do partido e de outras mulheres. “As mulheres sentiam mais” as violências sofridas pela vereadora e a entendiam sem que ela precisasse “dizer muita coisa.” Os amigos também ajudaram a criar uma rede de proteção para que consiga exercer o mandato.

A vereadora também está envolvida no Instituto E se fosse você?, da ex-deputada federal pelo Rio Grande do Sul, Manuela d’Ávila. A Organização Não Governamental foi criada para divulgar conteúdo educacional sobre *fake news* e violência política de gênero

e raça. Em 2024, o instituto lançou o projeto “Onde Ela quiser”, para candidatas e mulheres eleitas, que foram vítimas de violência política. Elas têm à disposição atendimento psicológico e jurídico e um aparato de acompanhamento dos mandatos. Segundo Giovana, esse trabalho ajuda a superar as violências já expostas, mas lamenta que não conseguem prevenir.

Para a vereadora de Florianópolis, Cíntia Mendonça (Psol), o que a ajudou a concluir seu mandato foi estar presente em territórios indígenas. Quando estava triste ou passando por um período difícil, ia à Casa de Passagem Indígena de Florianópolis, o *Goy ty Sá*, no bairro Saco do Limões. Ao redor do fogo, tomava chimarrão, conversava e recebia conselhos. As cerimônias de “medicina da floresta”, com rapé e ayahuasca, também fazem parte do seu cotidiano. Os rituais a ajudam a limpar as energias ruins. “Se não fosse esses rezos na fogueira, com certeza, eu teria ficado bem malzinha.” Além disso, a dança ajuda a manter a mente e o corpo saudáveis. Faz parte de um grupo de mulheres que dançam coco, uma dança de roda de origem afro-indígena, típica da região Nordeste. Ela diz que é parecida com as danças do povo Pataxó Hã-Hã-Hãe, originário da região da Bahia, do qual é descendente.

A também psolista e vereadora de Florianópolis entre 2023 e 2024, Tânia Ramos, se fortalece estando em meio às pessoas. “Eu estive, por exemplo, na ocupação Anita Garibaldi e você não se sente superior a ninguém. Você está junto com as pessoas e elas te olham assim: “Chegou a Tânia, que nos representa na Câmara Municipal. Ela é como nós, ela é daqui da comunidade, ela está com a gente, come e dorme com a gente. Isso me fortalece muito. A gente sabe que existe hierarquia, mas eu não me coloco dentro desse espaço como alguém maior. Eu só fico muito feliz de poder representar”, diz a parlamentar.

Durante seu mandato, Tânia teve o anseio de construir um gabinete de “portas abertas” para atender quem quisesse, não importando a origem ou posição política. A preocupação é construir uma política ampliada, uma visão maior sobre o papel de

parlamentar e o que é exercer política. Com muitos enfrentamentos no plenário, manter o gabinete como um lugar acolhedor a ajudou depois de sessões difíceis. “Chegar aqui no meu espaço, olhar as minhas coisas para eu começar a voltar e me identificar e dizer: ‘Não. Continua porque é assim que eles agem, é assim que eles vão fazer.’”

Para Marlina Oliveira (PT), vereadora de Brusque, é preciso ajudar as pessoas que estão ao seu redor a entender a importância de votar em quem não está nos espaços de poder. Para ela, as Câmaras legislativas são espaços de “homens brancos e velhos” e certas pautas só chegam para discussão através da presença de mulheres. “Eu tenho certeza que o debate sobre creche teria uma outra qualidade se nós tivéssemos mais mulheres nos parlamentos, o debate da licença-maternidade e licença-paternidade também, assim como o debate da pobreza menstrual ganha força quando as mulheres estão nesses espaços.”

Como conselho para mulheres que querem começar ou estão começando na política, recomenda procurar e conversar com as que já passaram por esses espaços. “É uma forma de se inspirar, porque eu senti muita falta disso. Quando eu venci as eleições, eu tinha uma necessidade desesperada de conversar com outras mulheres e de buscar vídeos das outras que já tinham passado por lá”. Mesmo assim ela encontrou dificuldade. Brusque só teve seis mulheres eleitas em 140 anos de história e duas delas não têm registros gravados em áudio ou vídeo. “A gente tem pouco referencial para alguém se espelhar.”

Carla Ayres (PT), vereadora em Florianópolis, acredita que é preciso dizer às meninas que é possível ocupar a política e os espaços de poder. Era o que ela mesma queria ter escutado. “Eu gostaria de ter ouvido que era possível. Ainda que sempre tenha tido pessoas junto comigo, sempre foi um exercício muito interno, de se dizer: ‘é possível. Você é capaz. É necessário’. Então, o mais importante é dizer para as meninas que é possível e necessário. Não é o espaço ideal, é muito cruel, mas é necessário e importante que a gente esteja aqui. Se há

alguma disposição política, acredite e vá cativando as pessoas no entorno.”

Para Carla, foi possível chegar ao parlamento municipal e também ao federal. Durante 2024, ela ocupou por três meses a posição de deputada federal por Santa Catarina. Ela foi candidata em 2022 e ficou na primeira suplente da chapa do PT, ocupada pelo titular Pedro Uczai. Ela deseja continuar sendo parlamentar e seu horizonte é Brasília para cumprir mandato de quatro anos. Enquanto não chega, já considera uma grande vitória ser reconhecida como uma representante da cidade que escolheu para viver.

“Quando a gente é mulher existe muito aquele discurso de que mulher representa mulher. Então, a Carla é uma representante das mulheres. A democracia representativa passa por isso. Eu acho que a gente tem que colocar mais corpos nesse espaço, mais perspectivas. Mas independente de eu ser mulher, jovem, lésbica e ter uma representação para esses agrupamentos, eu tenho que ser vista como uma representante da política. Então, um homem tem que me olhar e me reconhecer uma representante”, enfatiza a vereadora.

Maria Tereza Capra (PT), vereadora de São Miguel do Oeste, que foi cassada por denunciar um gesto semelhante à saudação nazista feito durante uma manifestação bolsonarista, diz ter voltado para o mandato como uma forma de resistência e de constrangimento para os homens que a cassaram. Ela fez questão de lembrá-los do que fizeram. Ela exemplifica citando uma discussão relativa a uma mudança da qual não estava sabendo. “Eu disse: ‘Mudou Regimento Interno, mas quando?’ Daí eles disseram: ‘quando a senhora não estava aqui’ ou ‘quando a senhora tinha saído’. Eu disse: ‘Não, eu não saí, eu fui cassada, é diferente, vocês me saíram daqui’. Essas coisas a gente não pode esquecer”.

Ela não pode concorrer às eleições de 2024 por estar inelegível, por uma condenação em processo de improbidade administrativa. Então, a sua prioridade é ajudar a manter ao menos um petis-

ta eleito na Câmara Municipal. Também deseja que quem ocupa a cadeira do partido tenha a coragem para denunciar o avanço da extrema-direita no seu município e em Santa Catarina, assim como ela fez. “Nós só vamos ter uma sociedade mais justa quando nós tivermos mais mulheres, mais negros e negras, mais LGBTQs nos espaços de poder. Fundamentalmente, a luta feminista tem que continuar. Santa Catarina é o polo do antifeminismo, olha a luta que nós temos para fazer”.

Para finalizar, tomo emprestado outras palavras da Maria Tereza Capra. Ela já repetiu para várias mulheres que estão proibidas de usar o seu exemplo para dizer que não querem participar da política. Você, leitora, está proibida de usar esse livro para não participar politicamente. O cenário não é fácil, mas precisamos de mais Marias Terezas, Carlas, Giovanas, Tânicas, Marlinas, Cíntias e Anas Lúcias.



A violência política de gênero é “toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos da mulher”, de acordo com a Lei 14.192/2021. A legislação tipifica e criminaliza a violência política motivada por gênero, raça ou etnia. Essa violência pode se dar de diferentes formas: simbólica, moral, econômica, física, sexual ou ainda combinando essas modalidades. As agressões também podem ser cometidas tanto no ambiente físico quanto no virtual.

Carla Ayres, Cíntia Mendonça, Giovana Mondardo, Maria Tereza Capra, Marlina Oliveira e Tânia Ramos. Seis mulheres. Todas vereadoras em municípios de Santa Catarina, feministas e de partidos de esquerda. Todas sofreram e resistiram a episódios de violência política de gênero ou raça durante suas campanhas e mandatos. São elas que doam suas histórias a este livro-reportagem para discutir como a violência política afeta os mandatos e as existências de mulheres, como vem sendo aplicada a lei de violência política de gênero e o que fazer quando o ambiente político é moldado pela exclusão de mulheres.